



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 21 de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. nº 059/15-C

Ref.: Ofícios SGP-12 nºs 559, 560, 607, 608, 609, 610, 612, 613, 614, 615, 618 e 620, de 2014

DOCREC
118/2015

Senhor Presidente

Reportando-me aos ofícios em epígrafe, em atenção aos requerimentos de autoria do Vereador Mário Covas Neto, aprovados pela Comissão de Administração Pública, transmito a Vossa Excelência, por cópia, as informações prestadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania a respeito dos questionamentos formulados, relativos às Metas 43, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69 e 71 do Programa de Metas da Cidade de São Paulo.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

FRANCISCO MACENA DA SILVA
Secretário do Governo Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

ANTONIO DONATO

Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

JAM/LMS/bam
Req CAP 559, 560, 607, 608, 609, 610, 612, 613, 614, 615, 618 e 620-14

16.43 22/01/2015 01:05:31 - Protocolo Legislativo - 589.22

ACOMPANHA OFÍCIO ATL Nº 05^o/2015 - C

Req CAP 559, 560, 607, 608, 609, 610, 612, 613, 614, 615, 618 e 620-14

Coordenação de Políticas para Migrantes

Folha de Informação nº 22

(a)

Guilherme Arosa Proietti
Assessor Técnico II
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Do Processo administrativo nº 2014-0.338.040-2

Assunto: Requerimento solicitando informações à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania relativas às Metas 43, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 69 e 71

SMDHC/GAB

Sr. Giordano Morangueira Magri,

Chefe de Gabinete,

COPIA

1) Em resposta ao requerimento de fls. 13 sobre a meta nº 65 que prevê a criação e implantação da Política Municipal para Migrantes e de Combate à Xenofobia relatamos que na Lei nº 15.764, de 27 de maio de 2013 de criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais dispôs-se a criação da Coordenação de Políticas para Migrantes que tem a atribuição de articular essa política de forma transversal com as demais Secretarias do Município promovendo políticas públicas que atendam às especificidades dessa população e realizando as ações que constituem essa política, e que estão previstas no PPA e na referida meta.

Esta construção é realizada de forma participativa e transversal através de diálogos, articulações junto às Secretarias Municipais e à sociedade civil, além de outras esferas de governo. Em novembro de 2013 foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo que contou com a participação de 695 imigrantes de 28 nacionalidades e aprovou 57 propostas as quais tem guiado a atuação desta Secretaria no tema. As referidas propostas estão registradas no documento final da Conferência, disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/Doc%20Final_Conf%20Mun%20Imigrantes%20de%20SP_2014.pdf

Entre as ações realizadas no âmbito desta política podemos citar:

- a) Curso de Português para Estrangeiros via PRONATEC – quatro turmas ofertadas no 2º semestre de 2014 em parceria com SENAC e Instituto Federal (102 alunos matriculados);
- b) Oficinas de Capacitação e Sensibilização com Servidores Públicos (Saúde em parceria com a Escola Municipal de Saúde – 688 AGPPs e Assistência Sócia - 56 entre AGPPS, gerentes e técnicos de serviço);
- c) Bancarização da população imigrante: Cooperação com a Caixa Econômica (publicada no DO de 08 de outubro de 2013) e com o Banco do Brasil (publicado no DO de 10 de maio de 2013) para bancarização de imigrantes;
- d) Disponibilização de abrigo provisório e articulações para agilizar a emissão de CTPS para imigrantes a partir da chegada em grande número de imigrantes haitianos a partir de maio/2014. O abrigo funcionou até a abertura do CRAI-SP
- e) Implementação do primeiro Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes da cidade de São Paulo (CRAI-SP) em parceria com o Ministério da Justiça, inaugurado em 11/11/2014;
- f) Mutirão de cadastramento e informação para imigrantes sobre o CadÚnico no CRAI-SP no âmbito do 2º Festival de Direitos Humanos e Cidadania.
Durante 5 dias foram atendidos para cadastro, atualização de cadastro e informações 373 imigrantes de diversas nacionalidades.
- g) Articulações com o Ministério do Trabalho e com a Superintendência Regional do Trabalho para agilizar a emissão de carteiras de trabalho para imigrantes e para que possam ser confeccionados nos CATs da Prefeitura.

CÓPIA

2) No que se refere às feiras e festividades migrantes, nos anos de 2013 e 2014 foram regularizadas as feiras culturais do Largo do Rosário (Portaria nº 24/SP-Penha/2014 de 03 de abril de 2014) e da Rua Coimbra (portaria conjunta nº 001/SP-MO/SMDHC/ 2014 publicada no dia 20 de novembro de 2014) e foi incluída no Calendário Oficial da Cidade a festa Alasitas (Decreto 54.788 de 24 de janeiro de 2014);

3) Nos dois primeiros anos da gestão, a Secretaria apoiou a campanha Aqui Vivo, Aqui Voto promovida pelos imigrantes e tem se posicionado sempre favorável a esta

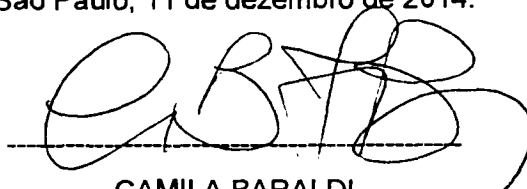
reivindicação, reforçando a compreensão da necessidade de inclusão cidadã plena desta população. Nesse sentido, no dia 30 de março deste ano, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania promoveu em conjunto com a Secretaria de Relações Governamentais a eleição de conselheiros participativos imigrantes para o Conselhos das Subprefeituras. Foram 20 conselheiros eleitos para 19 Subprefeituras, de 13 nacionalidades com 1700 votantes. A SMDHC também apóia a Marcha do Imigrante realizada todos os anos para dar visibilidade às demandas dos imigrantes, cujo lema deste ano foi: "Basta de violência para os imigrantes".

No conjunto desta agenda está previsto para o ano de 2015 uma campanha publicitária e de mobilização para conscientização da população e prevenção à xenofobia, além da promoção dos direitos dos imigrantes estruturada em conjunto com a Secretaria de Governo Municipal e com a Secretaria Municipal de Comunicação.

4) No que se refere ao Mapeamento, em 11 de dezembro de 2013 foi assinado um Acordo de Cooperação sem repasse de recursos com o Instituto de Relações Internacionais da USP que prevê a realização de diagnóstico dos órgãos da Prefeitura que mantêm contato com os imigrantes com sugestões para melhor qualificar os servidores públicos sobre a questão migratória. Este diagnóstico já foi realizado e está em fase de finalização. Além disso, no dia 13 de agosto de 2014 foi lançado o Portal Cosmópolis (www.cosmopolis.iri.usp.br) no âmbito da mesma cooperação, o qual que reúne informações já disponíveis sobre o tema das migrações: pesquisas científicas, notícias, eventos. Para o ano de 2015 há previsão na proposta orçamentária enviada à Câmara Municipal de Vereadores de recursos para realização de um mapeamento com dados quantitativos sobre a presença e o perfil dos imigrantes na cidade de São Paulo.

CÓPIA

São Paulo, 11 de dezembro de 2014.



CAMILA BARALDI

Coordenadora Adjunta
Políticas para Migrantes

Coordenação de Políticas para



02/12/2014 14h50

CadÚnico para Imigrantes

A atividade integra a programação do 2º Festival de Direitos Humanos "Cidadania nas Ruas"

Folha n.º	35	de Proc.
N.º	2014	0 53 5 0 4 0 - 2
Guilherme Arasa Proff Otero Assessor Técnico II RF: 811.096-4 SMDHC/CPMig		

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



O acesso aos programas sociais do município e do governo federal é garantido aos imigrantes. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) iniciarão, no dia 8 de dezembro, o cadastramento da população imigrante nos programas sociais do município e do governo federal, de acordo com os requisitos do CadÚnico*. Os cadastros serão realizados no Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI), espaço inaugurado pela Prefeitura de São Paulo em novembro que oferece acolhida e atendimento especializado para a população imigrante como orientação jurídica, apoio psicológico, curso de português e oficinas para qualificação profissional.

O cadastramento não significa a inclusão imediata no Programa Bolsa Família ou em outros programas sociais. Mais informações: <http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsa-familia/cadastro-unico/gestor/cadunico-institucional>

*São incluídas no CadÚnico as famílias com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo e as que possuam renda familiar mensal de até três salários mínimos. É necessário possuir CPF.

Quando: 8 a 12/12, 9h às 17h

Onde: Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes

Endereço: Rua Japurá, 234, Bela Vista



Confira a programação completa do 2º Festival de Direitos Humanos "Cidadania nas Ruas"



Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

08/07/2014, 12h53

Aberto na Cidade curso de português voltado a imigrantes de países de língua francesa

Aulas terão turmas de até 30 alunos e poderão ser abertas, no futuro, a imigrantes que falam outros idiomas. Curso é certificado pelo PRONATEC

Em cerimônia realizada nesta segunda-feira, dia 7, no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, foi inaugurado o Curso de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira.



Publicly recommend this as Luiz Campos

O curso, com certificação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), terá turmas de até 30 alunos e será voltado inicialmente a imigrantes de países de língua francesa, podendo, no futuro, ser aberto a imigrantes que falam outros idiomas. As aulas ocorrerão no próprio IFSP e na Biblioteca Mário de Andrade, três vezes por semana, até outubro, quando a carga horária de 160 horas será completada.

Além do governo federal, por meio do PRONATEC, a iniciativa contou com a parceria das prefeituras de São Paulo e de Santo André, em uma ação intersecretarial.

Estiverem presentes no evento o reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Eduardo Antonio Modena; o prefeito de Santo André, Carlos Grana; o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, Rogério Sottili; o secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo de São Paulo, Arthur Henrique Santos; a secretária municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão de São Paulo, Leda Paulani; além do secretário de Trabalho, Emprego e Economia Solidária de Santo André, Cicero Firmino da Silva.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de São Paulo, por meio da Coordenação de Políticas para Migrantes, apresentou a demanda ao Comitê Gestor do PRONATEC e mobilizou a comunidade de imigrantes de língua francesa para participarem das aulas.

O secretário Rogério Sottili aproveitou a oportunidade para ressaltar os avanços da Prefeitura de São Paulo na garantia dos direitos daqueles que escolheram a Cidade para viver. "No ano passado, realizamos a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Migrantes; garantimos a presença de imigrantes nos Conselhos Participativos do Município; assinamos acordos com a Caixa Econômica e o Banco do Brasil para facilitar a abertura de contas bancárias por essa população. Também trabalhamos de forma transversal para garantir o atendimento adequado aos imigrantes, como ocorreu na atenção emergencial que construímos para os haitianos que chegaram recentemente à Cidade, o que será transformado em uma política pública permanente. Ainda há muito que fazer, mas estamos comprometidos a avançar", declarou.

CÓPIA

Folha n.º	26	do Proc.
N.º	2014	0333010 2
Ass.	Guilherme Arose Proietto Assessor Técnico II RF: 811.096-4 SMDHC/CPMIS	

PRONATEC *tem a Ver*

O PRONATEC TEM A VER COM O DIA DA PRIMAVERA NA BOLÍVIA

sucesso do PRONATEC Imigrantes tem se refletido nas salas de aula sempre cheias e em atividades pedagógicas interativas. A classe de Língua Portuguesa e Cultura Brasileira para Estrangeiros sediada no Centro Cultural da Penha, em parceria com a unidade do SENAC no bairro da zona Leste, é um exemplo disso.

A semana de entrada da primavera é um momento importante para os bolivianos, comunidade preponderante nessa turma, e foi mote para celebrar a amizade entre os estudantes. A troca de lembranças marcou a noite de festa e aprendizado.

Atualmente o programa na capital conta com 4 turmas de Português para as comunidades imigrantes de 10 nacionalidades diferentes, latino-americanas, africanas e do Oriente. O Instituto Federal e o SENAC atuam como as ofertantes, em parceria com o Comitê Gestor do PRONATEC na Prefeitura. Mais de 100 alunos foram matriculados.

Em 2015 a expectativa é ampliar o atendimento nessa modalidade, incluindo também o público em cursos voltados para a aprendizagem e desenvolvimento de conhecimentos profissionais, na perspectiva de integrar os imigrantes à vida social e para gerar emprego e renda.

CÓPIA


PDE PRONATEC
27/08/2011 11:30:00



TEM A VER COM TELECOMUNICAÇÕES

Articular diversos atores tem sido prioritário para o Comitê Gestor. No último mês de setembro representantes estiveram em Brasília para garantir que sejam abertas turmas do PRONATEC Comunicações (MiniCom) e PRONATEC Brasil Maior (MDic), em uma parceria com as empresas de setores estratégicos - Telecom é um deles -, poder público e ofertantes, garantindo formação de qualidade e inserção dos concluintes em vagas de empresas parceiras.

N.º 2014 003330010 2
Guilherme Acosta Prol Otelo
Assessor Técnico
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Ass.

CÓPIA



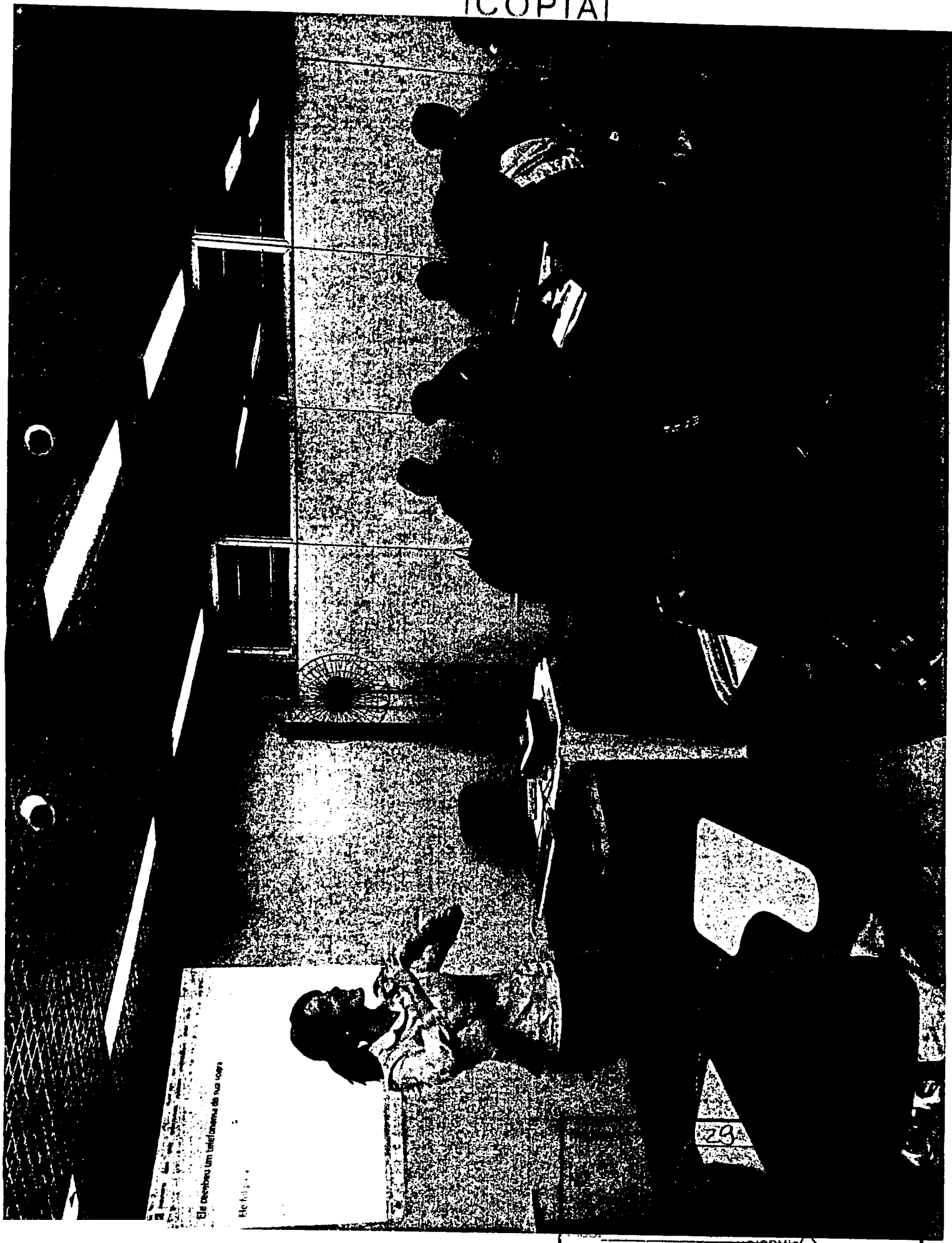
ing.º

COC.

Ass.

RF. 811.000
SMDHC/CPM19

CÓPIA



Ele recebeu um telefonema de sua mãe

29

Coordenação de Políticas para



Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

23/09/2014, 14h13

Servidores municipais participam de curso voltado ao atendimento aos migrantes

Com o tema Migrantes e Memórias do Atendimento ao Cidadão na Saúde, curso prevê qualificação de 500 AGPPs

Começou na quinta-feira, dia 18, na sede da Escola Municipal de Saúde (EMS), em Santo Amaro, o curso de atualização Excelência no Atendimento ao Cidadão 2014: Migrantes e Memórias do Atendimento ao Cidadão na Saúde. O curso é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e foi construído em parceria com a Coordenação de Políticas para Migrantes da SMDHC. A ação visa formar cerca de 500 Assistentes de Gestão de Políticas Públicas (AGPPs) sobre as questões da mobilidade humana, direitos de imigrantes e refugiados, perfil dos novos fluxos de migração e especificidades em seu atendimento.

A qualificação da atenção aos migrantes por agentes públicos está prevista na Meta 65 do Programa de Metas Municipal e foi uma das principais reivindicações da sociedade civil na 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes de São Paulo, realizada em novembro de 2013. Seu principal objetivo é garantir o atendimento humanizado e igualitário a todas as pessoas migrantes dentro dos equipamentos públicos da cidade, independente de sua nacionalidade ou situação migratória.

Participaram do encontro 20 facilitadoras, que terão a incumbência de multiplicar o conteúdo para AGPPs de todas as regiões da Cidade até o final deste ano, com especial atenção as seis Supervisões Técnicas de Saúde, selecionadas a partir da distribuição de imigrantes no território paulistano: Sé, Mooca/Aricanduva/Vila Formosa/Carrão, Vila Maria/Vila Guilherme, Penha, São Mateus e Santo Amaro/Cidade Ademar.

A Saúde, considerada prioritária pela comunidade migrante, é somente a primeira área de atuação da meta. Ainda este ano, pretende-se iniciar a qualificação dos servidores da Assistência e Desenvolvimento Social, em parceria com a SMADS. Em seguida estão no cronograma projetos de qualificação nas áreas de Trabalho e Empreendedorismo, Educação, Esportes e Lazer e Políticas para Mulheres.

CÓPIA

Folha n.º	30	do Proc.
N.º	2014	0.532.000 2
Guilherme Arosa Prol Otero		
Assessor Técnico		
RF: 811.096-4		
SMDHC/CPMIG		
Ass.		

CÓPIA



Folha n.º	31	do Proc.
Assessor Técnico II		
RF: 811.096-4		
SMDHC/CPMig		

CÓPIA

1) Dificuldade de comunicação
2) Falta de clareza
3) Falta de clareza
4) Falta de clareza
5) Falta de clareza
6) Falta de clareza
7) Falta de clareza
8) Falta de clareza
9) Falta de clareza
10) Falta de clareza
11) Falta de clareza
12) Falta de clareza
13) Falta de clareza
14) Falta de clareza
15) Falta de clareza
16) Falta de clareza
17) Falta de clareza
18) Falta de clareza
19) Falta de clareza
20) Falta de clareza
21) Falta de clareza
22) Falta de clareza
23) Falta de clareza
24) Falta de clareza
25) Falta de clareza
26) Falta de clareza
27) Falta de clareza
28) Falta de clareza
29) Falta de clareza
30) Falta de clareza
31) Falta de clareza
32) Falta de clareza
33) Falta de clareza
34) Falta de clareza
35) Falta de clareza
36) Falta de clareza
37) Falta de clareza
38) Falta de clareza
39) Falta de clareza
40) Falta de clareza
41) Falta de clareza
42) Falta de clareza
43) Falta de clareza
44) Falta de clareza
45) Falta de clareza
46) Falta de clareza
47) Falta de clareza
48) Falta de clareza
49) Falta de clareza
50) Falta de clareza
51) Falta de clareza
52) Falta de clareza
53) Falta de clareza
54) Falta de clareza
55) Falta de clareza
56) Falta de clareza
57) Falta de clareza
58) Falta de clareza
59) Falta de clareza
60) Falta de clareza
61) Falta de clareza
62) Falta de clareza
63) Falta de clareza
64) Falta de clareza
65) Falta de clareza
66) Falta de clareza
67) Falta de clareza
68) Falta de clareza
69) Falta de clareza
70) Falta de clareza
71) Falta de clareza
72) Falta de clareza
73) Falta de clareza
74) Falta de clareza
75) Falta de clareza
76) Falta de clareza
77) Falta de clareza
78) Falta de clareza
79) Falta de clareza
80) Falta de clareza
81) Falta de clareza
82) Falta de clareza
83) Falta de clareza
84) Falta de clareza
85) Falta de clareza
86) Falta de clareza
87) Falta de clareza
88) Falta de clareza
89) Falta de clareza
90) Falta de clareza
91) Falta de clareza
92) Falta de clareza
93) Falta de clareza
94) Falta de clareza
95) Falta de clareza
96) Falta de clareza
97) Falta de clareza
98) Falta de clareza
99) Falta de clareza
100) Falta de clareza

Coordenação de Políticas para



01/09/2014 18h06

Começa a funcionar o primeiro Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes da Prefeitura de São Paulo

Centro de Acolhida recebeu os primeiros imigrantes nesta sexta-feira, dia 29. Serviços do Centro de Referência terão início em breve

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

O primeiro Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI) da Prefeitura de São Paulo foi aberto nesta sexta-feira, dia 29, com 110 leitos e oferecerá serviços complementares ao abrigo como suporte jurídico, apoio para documentação e aulas de português. Com abertura do CRAI, a administração desativou o abrigo emergencial aberto em maio para o atendimento de imigrantes haitianos. O novo abrigo funciona em um prédio reformado na Bela Vista, região central, e dará prioridade aos imigrantes mais vulneráveis e recém-chegados ao País. O objetivo é oferecer a estrutura de uma "casa de passagem" e auxiliar os imigrantes na adaptação à vida em São Paulo e dar condições para a autonomia.

O atendimento será realizado em parceria entre as secretarias municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Uma equipe multidisciplinar acolherá e dará suporte a imigrantes em trânsito, independentemente da nacionalidade, gênero, do status migratório ou do amparo legal para a sua estada em território nacional.

"Acolher os estrangeiros que vêm para o Brasil em busca de melhores condições de vida é uma tarefa desafiadora para o País. Com a criação do primeiro acolhimento específico para imigrantes, a Prefeitura de São Paulo inova e faz a sua parte", afirmou a secretária Luciana Temer (Assistência e Desenvolvimento Social).

"É fundamental que, ao chegar aqui, o imigrante tenha um local onde ele possa ser informado dos seus direitos e receba o apoio necessário para se inserir na sociedade e adquirir sua autonomia", disse o secretário Rogério Sottili (Direitos Humanos e Cidadania).

Entre o público esperado estão refugiados, solicitantes de refúgio, portadores de visto humanitário, retornados e estudantes estrangeiros. Para superar as barreiras linguísticas, uma das estratégias será a contratação de imigrantes para trabalhar no local. Assim, espera-se facilitar o contato com as pessoas que procurarem o local.

No centro, os imigrantes terão acesso a assistência social, jurídica e psicológica especializada, cursos de língua portuguesa e profissionalizantes e orientações com relação aos direitos dos imigrantes no Brasil e para obtenção de documentos. Os serviços do Centro de Referência ficarão a cargo da SMDHC. Haverá também encaminhamento a vagas de emprego. É estimada uma demanda de cerca de 200 atendimentos por mês. No mesmo espaço, funcionará o abrigo, com 110 vagas noturnas e 80 diurnas.

O imóvel, de 840 m², possui três pavimentos, pelos quais estão distribuídos pelo menos 10 dormitórios - com a média de 10 leitos em cada -, banheiros, áreas de convivência, cozinha, refeitório e vestiário. O edifício atende a normas de acessibilidade, tendo um quarto e um banheiro no térreo adaptados a cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. O prédio está localizado na Rua Japurá, 232, próximo à Câmara Municipal.



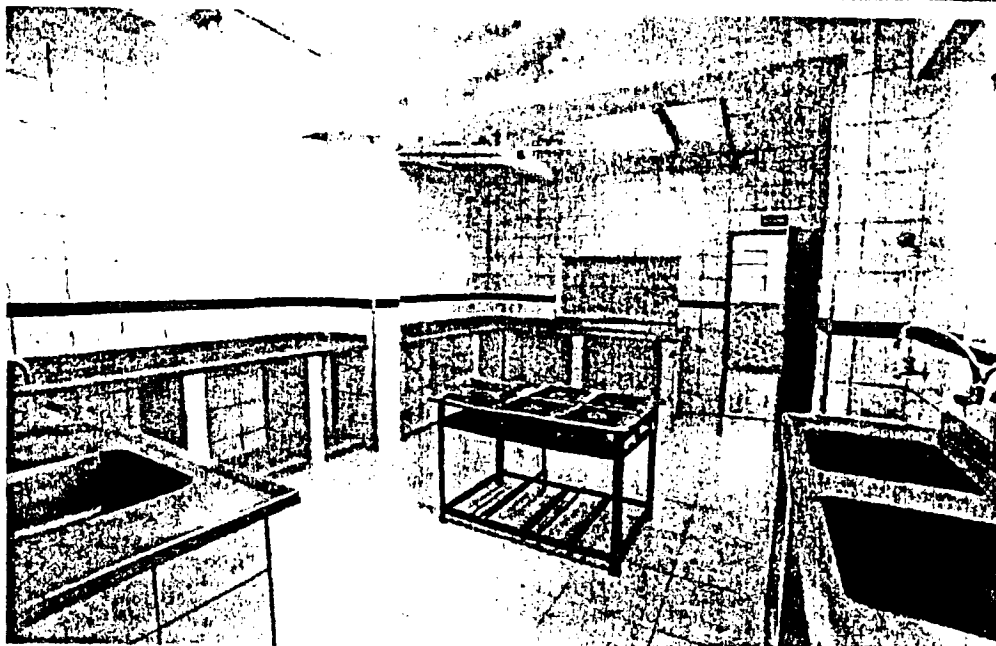
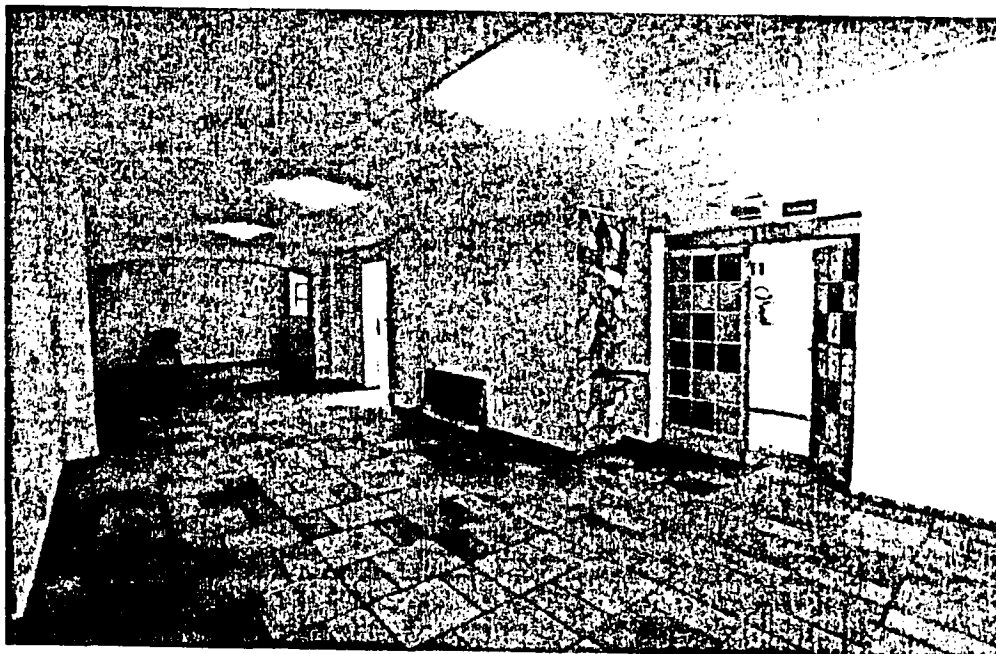
Proc.

N.º 2014

Assessor Técnico
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Ass.

2



Fotos: Fábio Arantes / SECOM

O equipamento será mantido por intermédio de um convênio com o Ministério da Justiça, que investiu R\$ 1,2 milhão, verba que deverá ser utilizada ao longo de 18 meses. O serviço de acolhimento, por sua vez, ficará a cargo da ONG Serviço Franciscano de Solidariedade (Sefras), que firmou um convênio com a SMADS. Pela parceria, a Prefeitura fará um repasse mensal de R\$ 99.292,97 à instituição que, entre outras coisas, ficará responsável por capacitar de forma continuada os profissionais que atuarão no local, além de elaborar e colocar em prática um plano de trabalho de acordo com as diretrizes da pasta.

Fonte: SECOM

CÓPIA

Folha n.º	34	do Proc.
N.º	2014	043 000 - 2
Ass.	Guilherme Arose Proal Otero Assessor Técnico II RF: 811.096-4 SMDHC/CPMig	

Coordenação de Políticas para



08/08/2014 11h51

Cosmópolis: novo portal reúne notícias, estudos e bases de dados sobre o tema das migrações

Desenvolvido pela SMDHC em parceria com o Instituto de Relações Internacionais da USP, portal será lançado na quarta-feira, dia 13

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



O portal Cosmópolis foi criado para unificar, em uma base de dados comum e acessível, pesquisas, notícias, informes e bancos de dados de diferentes áreas sobre o tema das migrações internacionais. A ferramenta, que estará disponível no endereço usp.br/cosmopolis, integra o plano de ações do Projeto Cosmópolis, formulado para facilitar a implementação de uma política pública para migrantes na Cidade.

O projeto é fruto de uma parceria firmada, em dezembro de 2013, entre a Coordenação de Política para Migrantes da SMDHC e o Instituto de Relações Internacionais da USP. A médio prazo, espera-se reunir pesquisadores de todas as áreas do conhecimento e instituições que se dedicam à temática das migrações no município de São Paulo, a fim de construir uma visão do conjunto da produção acadêmica e estatística, hoje bastante fragmentada, e facilitar o acesso à informação aos pesquisadores, aos atores políticos e sociais e especialmente aos migrantes.

O portal conta ainda com o apoio da Fundação Friedrich Ebert, do Centro Universitário Maria Antônia (USP) e do Coletivo Educar para o Mundo (EpM).

O evento de lançamento é aberto ao público e contará com a presença do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, e do coordenador de Políticas para Migrantes da SMDHC, Paulo Illes. A cerimônia acontece na quarta-feira, dia 13, a partir das 18h30, na Biblioteca Municipal Mário de Andrade.

Lançamento do portal Cosmópolis
Biblioteca Municipal Mário de Andrade
Rua da Consolação, 94, Consolação
Tel.: (11) 3256-5270 / 3241-4384
Dia 13/8, das 18h30 às 20h30
Entrada livre e gratuita

CÓPIA

Folha n.º 25 do Proc.
N.º 2014 0.633.040 2
Ass. Guilherme Arosa Proi Otero
Assessor Técnico II
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Coordenação de Políticas para



28/05/2014 13h05

Folha:

N.º 2014

Guilherme Arosa Proietto
Assessor Técnico II
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

2

Ass.

1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio debate a construção de políticas para a população de imigrantes

Encontro aconteceu na Casa de Portugal, entre os dias 30 de maio e 1º de junho. Processo de implementação da COMIGRAR teve início em 2013, com a realização de eventos participativos, como a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, organizada pela SMDHC

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



(Atualizado em 2/6/14)

Aconteceu entre os dias 30 de maio e 1º de junho a 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR), que teve como objetivo reunir migrantes, profissionais envolvidos na temática migratória, estudiosos, servidores públicos e movimentos sociais que vivenciam a realidade da migração e do refúgio para uma reflexão coletiva e a elaboração de aportes para a construção da Política e do Plano Nacionais de Migrações e Refúgio.

Participaram da abertura da Conferência o ministro da Justiça, Eduardo Cardozo; o secretário Nacional de Justiça, Paulo Abrão; o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; a secretária estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania, Heloisa de Sousa Arruda; entre outras autoridades.

Rogério Sottili disse que a questão dos imigrantes é central na Prefeitura de São Paulo, concretizada na instituição da primeira Coordenação de Políticas para Migrantes do País, no âmbito da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). "Sabemos o quanto é importante o imigrante para a nossa política, o nosso desenvolvimento econômico e social e para o desenvolvimento da democracia brasileira."

Sottili também anunciou a criação do Centro de Referência e Acolhimento ao Imigrante no Município, "numa parceria que envolve, no âmbito do governo federal, os ministérios do Desenvolvimento Social e da Justiça e, no governo municipal, as secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania e Assistência e Desenvolvimento Social".

"Esse centro visa dar abrigo a aproximadamente 200 pessoas em nossa cidade. Pretende dar apoio psicossocial e jurídico a todo imigrante que precisar do centro de referência. Ministraremos aulas de português, trabalharemos por meio de encaminhamento ao PRONATEC, do Ministério do Trabalho, e prestaremos informações sobre acesso aos direitos dos imigrantes. É esse equipamento que nós pretendemos construir na nossa cidade o mais breve possível. Os trâmites burocráticos já estão sendo desenvolvidos com a equipe do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento Social e a equipe da SMDHC", afirmou o secretário.

Confira a programação completa do evento

Veja o Manual do Participante

CÓPIA

O processo de implementação da 1ª COMIGRAR teve início em 2013, com a realização de eventos participativos junto à população de imigrantes, como conferências presenciais (regionais, estaduais e municipais), virtuais e livres. Em novembro, a SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para Migrantes, realizou a 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, que terminou com a aprovação de 57 demandas prioritárias da população imigrante e a eleição de 50 delegados, assim



como 16 suplentes, para atuar na 1ª COMIGRAR.

Confira as propostas aprovadas na 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes e a lista de delegados eleitos

A construção da Política Municipal para Migrantes está prevista no Programa de Metas 2013-2016 do prefeito Fernando Haddad e reafirma o compromisso da atual gestão com a população imigrante da Capital. Parte deste compromisso teve início quando a Prefeitura criou, no âmbito da SMDHC, a primeira Coordenação Municipal de Políticas para Migrantes do País.

1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR)

Dias 30/5 e 1/6

Casa de Portugal

Av. da Liberdade, 602, centro

Dia 30/5, a partir das 16h (credenciamento); dia 1/6, a partir das 9h

Dia 31/5

Uninove

Rua Vergueiro, 235/ 249, Liberdade, centro

A partir das 7h (credenciamento)

CÓPIA

Folha n.º 37 do Proc.

N.º 2014 0.233.040 - 2

Ass. Guilherme Arosé Pról Otero
Assessor Técnico II
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Coordenação de Políticas para



15/10/2014 17h56

Consulado do Equador adere ao acordo firmado entre a Prefeitura de São Paulo e a Caixa para bancarização de imigrantes

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

De acordo com o termo, consulado se compromete a divulgar os acordos à população de seu país e colaborar na liberação de documentos

Em ato de adesão ocorrido nesta terça-feira (14), a Coordenação de Políticas para Migrantes deu mais um passo importante na ampliação da política de bancarização para imigrantes ao fechar um acordo em conjunto com o Consulado do Equador em São Paulo e a Caixa Econômica Federal. O acordo prevê ampliação da divulgação do tratado firmado em setembro do ano passado entre a população equatoriana residente na Cidade.

Segundo Paulo Illes, coordenador de Políticas para Migrantes da SMDHC, a bancarização é uma ação importante para garantir a cidadania e a inclusão dos imigrantes em São Paulo e reduzir a vulnerabilidade desta população. Com o acordo "os imigrantes passam a enviar remessas ao seu país de forma regular e não por meios informais, como são feitos hoje", salientou. Além de Illes, estiveram no evento Luis Wladimir Vargas Anda (cônsul-geral do Equador em São Paulo) e Antonio Marsura (gerente regional da Caixa Econômica da Sé).



Em discurso, Paulo Illes destacou a importância de políticas públicas para imigrantes

CÓPIA

Folha n.º	38	do Proc.
N.º	2014	0.333.040-2
Ass.	Guilherme Arosa Proietto Assessor Técnico II RF: 811.096-4 SMDHC/CPMig	



Imigrantes equatorianos posam para foto com autoridades e integrantes da SMDHC

O acordo com a Caixa Econômica Federal prevê, além da abertura de conta-corrente e poupança, o acesso a serviços como o microcrédito e o envio de recursos para o exterior em condições facilitadas. Para abrir a conta, os imigrantes precisarão apresentar o protocolo de pedido de encaminhamento do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE); uma cópia do Sistema Nacional de Cadastro de Registros de Estrangeiros (SINCARE), emitido pela Polícia Federal; o documento que originou o SINCARE (passaporte ou documento de identidade do país de origem); e o CPF, que pode ser obtido, em cerca de uma semana, com o protocolo da Polícia Federal e passaporte ou documento de identidade.

CÓPIA

Folha n.º	39	do Proc.
N.º	2014	0.333.040 2
Ass.	Guilherme Arosa Prol Otero Assessor Técnico II RF: 811.096-4 SMDHC/CPMig	



17/04/2014 16h03

Prefeitura e Banco do Brasil assinam convênio para bancarização de imigrantes

O acordo prevê a abertura de contas para imigrantes de qualquer nacionalidade

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro

Tel.: (11) 3113-9671

Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



(Atualizado em 29/5/14)

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e o Banco do Brasil assinaram na noite do dia 22 um Termo de Cooperação para a bancarização de imigrantes. A ação busca colaborar na efetivação dos direitos humanos e da cidadania de imigrantes residentes no Município, além de incentivar a regularização migratória, com base na legislação vigente.

Durante o evento, o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, ressaltou a importância do acordo para a garantia de direitos aos imigrantes da Cidade e do Brasil. "Há uma exclusão histórica das comunidades de estrangeiros em todos os lugares do mundo, mas estamos trabalhando para essa não ser a realidade de São Paulo. Mais do que isso, para que a política de inclusão de São Paulo possa ser referência em outras cidades do Brasil."

O acordo prevê que imigrantes de qualquer nacionalidade possam abrir uma conta corrente ou poupança no Banco do Brasil, munidos de:

- Um CPF válido, emitido pela Receita Federal
- Um documento de identidade pessoal, podendo ser o Registro Nacional de Estrangeiro (RNE); o protocolo de RNE; ou a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) de Estrangeiro
- Um comprovante de residência em seu nome

O Termo de Cooperação contempla ainda concessão de crédito, sujeita à análise cadastral, e envio de remessa de recursos financeiros ao exterior.

A importância da abertura da conta bancária está diretamente relacionada à questão da violência que atinge os imigrantes que, sem terem a conta, são obrigados a guardar suas economias em casa, tornando-os vulneráveis a ações criminosas – como no trágico assassinato do menino Bryen Capcha, em 2013, cuja família já havia sido assaltada em casa outras vezes até o dia que vitimou a criança.

Em outubro do ano passado, a Prefeitura de São Paulo, por meio da SMDHC, assinou acordo de bancarização semelhante com a Caixa Econômica Federal, beneficiando imigrantes do Mercosul e Países Associados.

Além de Rogério Sottili, estiveram no evento Paulo Illes, coordenador de Políticas para Migrantes da SMDHC; Artur Henrique, secretário municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Vicente Treves, secretário-adjunto municipal de Relações Internacionais e Federativas; Arturo Jarama, cônsul-geral do Peru; Ramon Alberto Jimenez, cônsul-adjunto do Paraguai; José Alvas Maria Fernandes, vice-cônsul de Angola; Evaldo Borges, superintendente de Governo do Banco do Brasil; e dos conselheiros imigrantes das Subprefeituras da Sé, Mooca, Pinheiros e Santana.

Folha n.º 40 do Proc.

N.º 2014 - 0.732.040-2

Guilherme Arosa Proti Otaro
Assessor Técnico
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Ass. _____



28/04/2014 15h35

Imigrantes eleitos para Conselhos Participativos Municipais tomam posse em cerimônia na Prefeitura

Secretário Rogério Sottili aproveitou o ato para falar sobre situação dos haitianos vindos do Acre

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Foram empossados na manhã desta segunda-feira, dia 28, os 20 imigrantes eleitos para os Conselhos Participativos Municipais no pleito realizado em 30 de março, na Praça das Artes, centro, pela Secretaria Municipal de Relações Governamentais (SMRG) e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC). Ao todo, 1.710 eleitores participaram da votação.

Confira a lista dos conselheiros eleitos

A cerimônia de posse aconteceu no Edifício Matarazzo, sede da Prefeitura, e contou com a presença do prefeito Fernando Haddad; da vice-prefeita Nádia Campeão; do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; do secretário municipal de Relações Governamentais, Paulo Frateschi; do secretário municipal de Relações Internacionais e Federativas, Leonardo Barchini; e da conselheira da Subprefeitura do Ipiranga Olga Luiza Leon de Quiroga, representando os imigrantes.

Segundo Fernando Haddad, a eleição simboliza a ruptura da visão tradicional dos imigrantes como força de trabalho. "Entendemos que a presença de imigrantes em nossa cidade quer dizer muito mais que produção material; quer dizer que vocês querem conviver conosco, construir conosco e, portanto, exercer plenamente os direitos de cidadãos."

O secretário Rogério Sottili ressaltou o marco histórico que foi a eleição do dia 30 de março, já que, pela primeira vez no Brasil, essa população pôde votar e ser votada. Sottili também lembrou a situação dos haitianos que estão chegando a São Paulo, vindos do Acre. "Recebemos essas pessoas de braços abertos e estamos atuando para dar as condições básicas para garantir sua dignidade. Esperamos solucionar essa situação emergencial da melhor forma e inserir os imigrantes haitianos em todas as políticas públicas para estrangeiros de São Paulo."

O secretário ainda disse que a Prefeitura "faz coro à luta pelo direito amplo ao voto daqueles que escolheram nosso país para viver". "O sucesso da eleição para os Conselhos Participativos indica que esse é um primeiro passo muito importante e podemos avançar ainda mais."

Folha n.º 41 do Proc.

N.º 2014 - 0.339.040 - 2

Guilherme Arosa Proci Otero
Assessor Técnico III
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig

Ass. _____



Fernando Haddad, Nádia Campeão e Paulo Illes posam para fotos com alguns dos conselheiros eleitos

Ampliação da participação social

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio das coordenações de Políticas para Migrantes e da Política de Participação Social, buscou desde o princípio, em parceria com outros órgãos da Prefeitura, como subprefeituras, a Secretaria Municipal de Relações Governamentais (SMRG) e a Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos (SNJ), inserir a população de imigrantes nos Conselhos Participativos, o que foi alcançado na assinatura do Decreto nº 54.645, de 29 de novembro de 2013. Este decreto prevê a criação da cadeira de conselheiro extraordinário nos Conselhos, "visando garantir a participação dos imigrantes moradores da Cidade".

O direito ao voto para imigrantes também foi uma demanda discutida na 1ª Conferência Municipal de Políticas para Imigrantes, realizada no fim de 2013 pela Coordenação de Políticas para Migrantes da SMDHC. A questão agora será levada à 1ª Conferência Nacional de Migrações e Refúgio (COMIGRAR), que acontecerá entre os dias 30 de maio e 1º de junho.

Política para imigrantes

Criar e implementar a Política Municipal para Migrantes e de Combate à Xenofobia, promovendo uma cultura de cidadania e valorização da diversidade e reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas, é uma das prioridades da SMDHC que constam do Programa de Metas da Prefeitura. A missão está a cargo da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), pioneira no País, que tem como objetivo promover políticas públicas que garantam a efetividade dos direitos dos imigrantes e a sua integração social e cultural na Cidade.

Fotos: Comunicação/SMDHC

CÓPIA

Folha n.º 42 do Proc.

N.º 2014 0.032.040-2

Ass. Guilherme Arose Prof Otelo
Assessor Técnico II
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMig



24/01/2014 18h00

Cidade recebe a festa boliviana Alasita

Artesanato e comidas típicas marcam a celebração voltada ao "deus da abundância", Ekeko, que acontece em São Paulo desde 1999

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A edição 2014 da Alasita, tradicional feira de artesanato boliviana, aconteceu no dia 24, sexta-feira, em diversos locais da Cidade, como o Parque Dom Pedro II e o Memorial da América Latina.

Com origem em La Paz, a festa é marcada pela aquisição das alasitas, miniaturas de bens materiais que simbolizam a ascensão social e econômica, a fim de que, durante o ano, os desejos se realizem, graças ao "deus da abundância", Ekeko.

Durante a feira, o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, anunciou a inclusão da Alasita no Calendário Oficial do Município. "Essa festa representa a importância da comunidade da Bolívia na nossa sociedade. Vocês têm que ser respeitados e reconhecidos", declarou Sottili. O secretário afirmou ainda que a gestão do prefeito Fernando Haddad está comprometida com a luta pela cidadania do povo boliviano e de todas as comunidades estrangeiras que adotam a capital paulista para viver.

"Passamos da repressão ao apoio total. Há dois anos, fomos reprimidos na Rua Coimbra e hoje temos o apoio a partir de uma nova visão do atual governo municipal", declarou o boliviano Luiz Vasquez, organizador da edição 2014 da festa.

Criar e implementar a Política Municipal para Migrantes e de Combate à Xenofobia, promovendo uma cultura de cidadania e valorização da diversidade e reduzindo as manifestações de discriminação de todas as naturezas, é um dos compromissos da Prefeitura previstos no Programa de Metas para os próximos anos de gestão e uma das 13 metas sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que tem entre as ações já em execução o apoio às festividades de imigrantes.

Além do artesanato, compõem a Alasita comidas típicas bolivianas, como o prato paceño (original de La Paz) e a chicha. O paceño é feito de milho (o choco, que tem grãos grandes), carne, queijo frito e feijão cozidos (vagem). Já a chicha é uma bebida fermentada, que pode ser alcoólica ou não, com variações de ingredientes, sendo um deles o amendoim. O nome "chicha" homenageia o estado boliviano homônimo, onde a população tem o costume de consumir a bebida.

Na comunidade boliviana residente no município de São Paulo, a feira é celebrada desde 1999, em diferentes locais. Em 2013, a Rua Coimbra, na Mooca, reuniu cerca de 30 mil pessoas e também recebeu o secretário Rogério Sottili.

Alasita

Dia 24/1

Entrada gratuita

- Parque Dom Pedro II

Avenida do Estado, 3.600, centro (ao lado do terminal de ônibus Pedro II)

A partir das 8h

- Memorial da América Latina - Praça Clóvia

Av. Auro Soares de Moura Andrade, 664, Barra Funda (ao lado da Estação Barra Funda do Metrô)

A partir das 10h

- Feira Patujú

Av. Mendes da Rocha, 1.014, Jardim Brasil

A partir das 10h

CÓPIA

Folha n.º 43 do Proc. N.º 2014
Ass. Guilherme Arose Profl. Otávio
Assessor Técnico II
RF: 811.096-4
SMDHC/CPMID 2

Coordenação de Políticas para



30/09/2013 18h36

SMDHC trabalha para regularizar e valorizar feiras de imigrantes do Município

Conheça algumas ações em andamento, como na Rua Coimbra e no Largo do Rosário

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, vem trabalhando para regularizar e valorizar as feiras de imigrantes do Município, cumprindo a proposta da Prefeitura de apoiar e reconhecer esses espaços como verdadeiros patrimônios culturais contemporâneos de São Paulo.

Veja a seguir algumas das ações da CPMig:

CÓPIA

Rua Coimbra

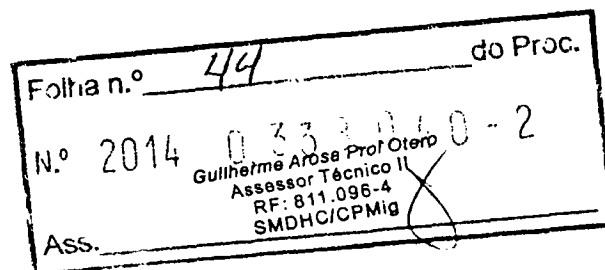
A Feira da Rua Coimbra, que ocorre aos sábados, há dez anos, na região do Brás, nunca foi formalmente reconhecida, apesar das demandas da sociedade civil. Após articulação da SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para Migrantes, junto ao subprefeito da Mooca, Francisco Carlos Ricardo, foi criado o Grupo de Trabalho "para estudo e elaboração de proposta para a regulamentação da Feira de Arte e Artesanato da Rua Coimbra", com a presença de representantes da SMDHC, da Secretaria Municipal de Cultura, além da própria Subprefeitura (veja mais detalhes aqui).

Largo do Rosário

Ao lado da igreja Nossa Senhora do Rosário, patrimônio histórico de São Paulo localizado na Penha, ocorre aos fins de semana a Feira Cultural Boliviana do Largo do Rosário, já tradicional no bairro. Em um esforço conjunto da SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para Migrantes, da Subprefeitura da Penha, da sociedade civil e de feirantes bolivianos do Largo, iniciaram-se os trabalhos para a regularização do espaço. No momento, os feirantes estão se formalizando como associação, para que se possa dar prosseguimento legal ao reconhecimento de mais esse ponto de encontro, lazer e cidadania dos imigrantes da Cidade.

Praça Kantuta

O prefeito Fernando Haddad lançou neste ano o projeto Praças Digitais, que instalará redes de internet sem fio (wi-fi) em diversos espaços públicos, incluindo a Praça Kantuta, uma importante referência para a comunidade boliviana de São Paulo, localizada no Pari. Para acompanhar o lançamento da rede sem fio, a CPMig prepara diversas atividades de ocupação do espaço público a serem construídas com a própria comunidade, como oficinas de informática, intervenções artísticas, apresentações musicais e diálogos sociais.



CÓPIA

Fo:

45

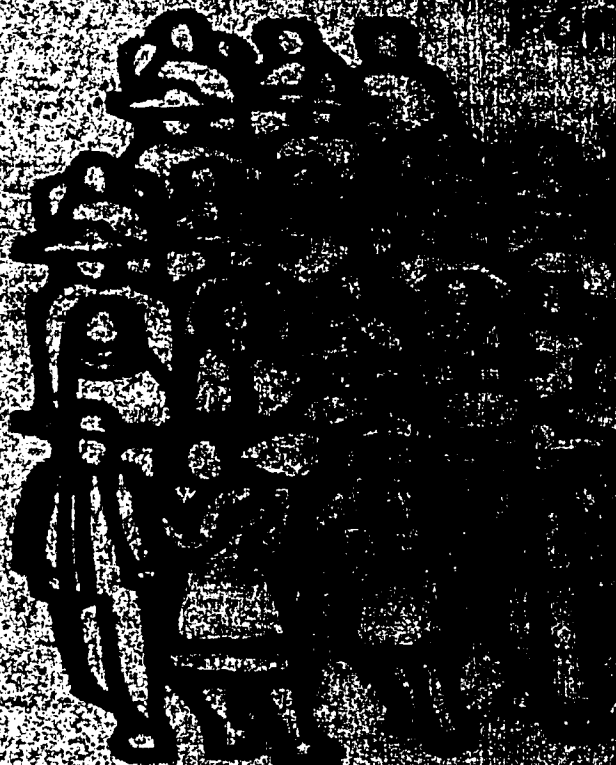
Nº 2014

Guilherme Arosa Procurador
Assessor Técnico II
RE: 811.098-4
D. 13/08/2014

AQUI VIVO, AQUI VOTO!

Campanha Permanente

Pelos Direitos Políticos e Cidadania de todos os Imigrantes no Brasil



Na América Latina, a maioria dos imigrantes não possui o direito de votar e ser votado. Isso ocorre porque eles não possuem a nacionalidade brasileira, o que impede a participação política plena. A campanha busca garantir que todos os imigrantes tenham acesso aos direitos políticos e cidadania no Brasil.

www.imigrantes.org.br

Coordenação de Políticas para



09/06/2014 15h42

Abrigo Emergencial da Prefeitura atendeu 842 imigrantes

Funcionamento do local é gerenciado pela Coordenação de Políticas para Migrantes da SMDHC

Endereço

Rua Líbero Badaró, 119, 6º andar,
Centro
Tel.: (11) 3113-9671
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Folha n.º 46 do Proc. N.º 2014

Guilherme Arose Protor
Assessor Técnico II
0996-4
SMDHC

Ass. _____



Imigrantes têm aulas de português básico no Abrigo

O Abrigo Emergencial da Prefeitura de São Paulo aberto para atender imigrantes haitianos que estavam abrigados na Paróquia Nossa Senhora da Paz, no Glicério, região central, completou um mês de funcionamento no domingo, dia 8. Ao todo, 842 imigrantes já passaram pelo local, que oferece pemoite em duas alas (masculina e feminina), duchas quentes, tanques para lavar as roupas, bagageiro e alimentação, além de aulas de português básico para estrangeiros. Cerca de 650 imigrantes já seguiram viagem para se reunirem com familiares e amigos ou foram contratados pelas dezenas de empresas que procuram pela mão de obra haitiana todas as semanas.

Apesar de a maioria dos acolhidos ser formada por haitianos, imigrantes de 12 nacionalidades diferentes estiveram no local, entre os quais, peruanos, colombianos, cubanos, dominicanos, angolanos, congoleses e burquineses.

O funcionamento do Abrigo Emergencial envolve a Subprefeitura da Sé e as Secretarias Municipais de Governo (SGM), Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SDTE), Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), que, por meio de sua Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig), gerencia a estrutura.



Local conta com unidade do CAT Móvel

A Missão Paz segue realizando os seus serviços de assistência social e intermediação trabalhista para os imigrantes, em colaboração com o Abrigo Municipal. Uma unidade móvel do Centro de Apoio ao Trabalho (CAT) presta auxílio diretamente no local.

Equipes da Prefeitura já buscam um local permanente para o Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes da cidade de São Paulo, anunciado no dia 30 de maio, na abertura da 1ª Conferência Nacional sobre Migrações e Refúgio (COMIGRAR). A medida é essencial para a garantia dos direitos humanos e da cidadania dos imigrantes e se insere no âmbito da construção da Política Municipal para

Migrantes e de Combate à Xenofobia, meta da atual gestão municipal que está a cargo da Coordenação de Políticas para Migrantes da SMDHC.

CÓPIA

Folha n.º	47	da Proc.
N.º	2014	0 33 40 10 2
Guilherme Xrossa Prol Ojeda Assessor Técnico II RF: 811.096-4 SMDHC/CPMig		
Ass.		

Folha de informação nº 52

em /12/2014 (a) _____

Do Processo 2014.0.338.040-2

ASSUNTO: Requerimento solicitando informações à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania relativas à Meta 43.

Sr. Giordano Morangueira Magri
Chefe de Gabinete

CÓPIA

Prezado Senhor, conforme solicitado, segue informações sobre a Meta 43:

O PLANO JUVENTUDE VIVA EM SÃO PAULO

A implementação do Plano Juventude Viva nos territórios priorizados está colaborando para o processo de descentralização das políticas públicas municipais e ampliando os canais de escuta e participação dos jovens e suas diferentes formas de organização.

Para a chegada do Plano a Coordenação tem feito um trabalho de reconhecimento do território para modular a melhor forma de construir os comitês gestores, que possuem a participação dos atores locais que atuam nas mais variadas áreas da Prefeitura e das organizações e coletivo jovens que realizam um trabalho social e cultural.

- 1) Iniciamos o plano pela zona sul (M'Boi Mirim e Campo Limpo) que desde 2013 já tem em funcionamento comitê local. Em 2014 constituímos os comitês na Brasilândia, Pirituba/Perus e São Mateus. Damos início ao diálogo com governo local do Itaim Paulista e Itaquera, no primeiro bimestre de 2015 esses comitês serão constituídos e será dado início ao diálogo para a constituição do comitê local do Jardim Helena.

Com os comitês locais já em funcionamento iniciamos o mapeamento participativo para a produção do diagnóstico do território. Realizamos primeiramente oficinas com o governo e depois realizamos com a sociedade civil para aprofundar a análise a partir de uma nova ótica. Todas as informações estão sendo georreferenciadas e constituem instrumento importante para o enfrentamento de violações de direitos, ausência de ações do poder público e também para identificar atores estratégicos e equipamentos que promovem direitos e podem ser potencializados.

Meta 43 Implementar as ações do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia - SMDHC

CÓPIA

Meta proposta – Número de entregas propostas pra cada meta

No escopo da meta 43, que trata da implementação do Plano Juventude Viva como estratégia de prevenção à violência, ao racismo e à exclusão da juventude negra e de periferia, estão previstas enquanto entregas da meta: (i) elaboração do Guia de políticas públicas da Juventude; (ii) a elaboração e publicação do Mapa da Juventude; (iii) a implantação de unidades da Estação da Juventude (itinerante e complementar); (iv) a realização de campanhas de mobilização da rede Juventude Viva, (v) o apoio a projetos locais de prevenção da violência nos territórios prioritários (Campo Limpo, Capão Redondo, São Luís e Jardim Ângela, na zona sul; Brasilândia e Pirituba, na zona norte; Itaim Paulista, Itaquera, Jardim Helena e São Mateus, na zona leste); (vi) a execução de projetos especiais para fortalecimento e (vii) qualificação do sistema sócioeducativo e a (viii) implementação de um conjunto de diretrizes e ações transversais para os territórios prioritários.

Vale observar que além dessas ações, previstas na meta 43, o Juventude Viva, lançado em outubro de 2013, prevê ações da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, da Secretarias Municipais de Promoção da Igualdade Racial, Segurança Urbana, Saúde, Cultura, Educação, Assistência e Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Trabalho e Empreendedorismo, Esportes, Lazer e Recreação, Políticas para Mulheres, Serviços, Comunicação, Verde e Meio Ambiente; assim como as ações do governo Federal, com as Secretarias Geral da Presidência, Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Política para Mulheres e Direitos Humanos; e Ministérios da Justiça, Saúde, Cultura, Educação, Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego.

Entregas realizadas:

- a 1ª etapa do Mapa da Juventude (uma análise quantitativa): pesquisa pronta, passando por revisão, será entregue na primeira quinzena de 2015.
- o Portal da Juventude: A empresa contratada entregou o produto solicitado que será lançado no primeiro bimestre de 2015.

- o Edital de Articuladores Juventude Viva: Foram selecionados 25 (vinte e cinco) articuladores(as) e 1(um) coordenador de equipe, por meio de edital de chamamento para credenciamento.
- o Edital de Comunicação – Concurso Cultural Plano Juventude Viva: foram selecionados 12 produtos artísticos- culturais de jovens moradores da cidade de São Paulo.
- o Edital de Chamamento para Apoio a Projetos da Sociedade Civil: Foram selecionados 20 projetos da sociedade civil no valor máximo de R\$ 50.000,00
- a constituição dos Comitês Regionais na zona sul (M'Boi Mirim e Campo Limpo), zona norte (Pirituba/Perus e Brasilândia) e zona leste (São Mateus);
- a constituição do Comitê Gestor Intersecretarial do Plano;
- o convênio Saúde Ampliada e suas diversas linguagens com as juventudes e os/as servidores/as com Ministério da Saúde (em parceria com Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial): Será publicado edital para seleção de Instituição.

CÓPIA

São Paulo, de dezembro de 2014



Fernanda Arantes e Silva
Coordenadora Adjunta
Coordenação de Políticas para Juventude

Coordenação de Políticas para



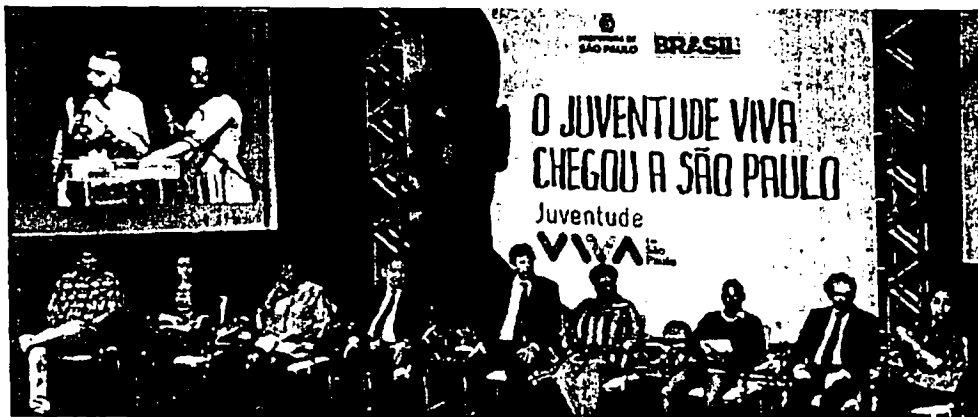
Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 7º andar
Tel.: (11) 3113-9730 / 9734 / 9721
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

25/10/2013 18h00

Plano Juventude Viva é lançado em São Paulo

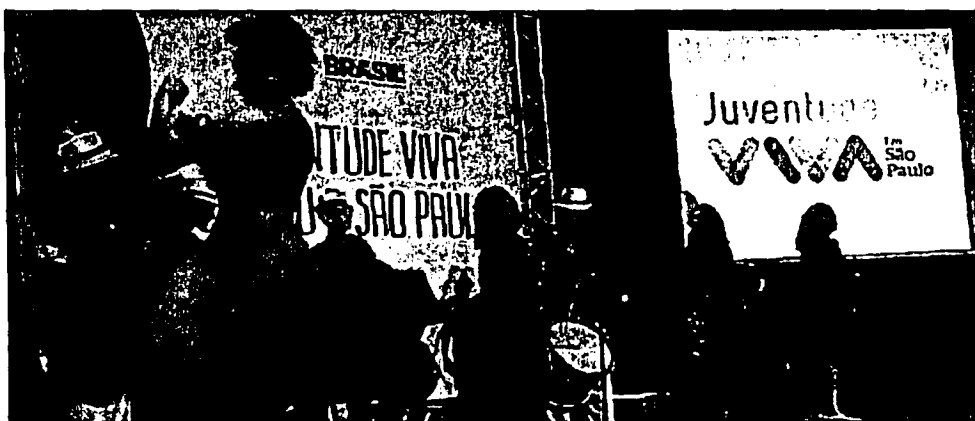
A iniciativa do governo federal foi instituída na Cidade em cerimônia com a presença do prefeito Fernando Haddad e dos ministros Gilberto Carvalho e Luiza Bairros. "O Plano é um passo para a mudança de uma cultura de violações, que naturaliza a discriminação e a violência", disse o secretário Rogério Sottili, da SMDHC.



Foi lançado na manhã desta sexta-feira, dia 25, no CEU Casablanca, no Campo Limpo, o Plano Juventude Viva na cidade de São Paulo, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia, que são as principais vítimas de homicídios, e criar estratégias de prevenção à violência. Iniciativa do governo federal, o Plano terá a sua implementação na Cidade coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).

Comandado pelos artistas Max B.O e Negra Li, o evento contou com a presença do prefeito Fernando Haddad; da vice-prefeita Nádia Campeão; dos secretários municipais Rogério Sottili (SMDHC) e Neto de Paula (SMPIR); dos ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República) e Luiza Bairros (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial); da secretária nacional de Juventude, Severine Macedo; e do coordenador de Políticas para a Juventude da SMDHC, Gabriel Medina.

"O Plano Juventude Viva faz parte de uma agenda civilizatória. Ele é um passo para a mudança de uma cultura de violações, que naturaliza a discriminação e a violência, em favor de uma cultura de garantias de direitos", disse o secretário Rogério Sottili. "A mortalidade dos jovens, na contramão das tendências nacionais para o total da população, é crescente, tem idade, tem endereço e tem cor. As principais vítimas de homicídios são jovens do sexo masculino, pretos ou pardos, que moram nas periferias. Essa é uma realidade escancarada e nós não podemos ficar inertes."



Segundo o secretário, trazer o Plano Juventude Viva para São Paulo foi uma prioridade estabelecida já no primeiro dia da atual gestão. "Hoje, nós apresentamos o resultado do trabalho de todo esse tempo, que envolveu muita gente. Aliás, considero essa uma das principais características do Plano. É uma política de governo intersecretarial e com o compromisso de todos. Todo o governo, todos os secretários se envolveram pessoalmente, diretamente na construção do Plano."

Sottili também destacou o processo participativo que marcou a elaboração das ações do Juventude Viva. "Esse plano existe porque houve pressão, porque houve demanda da sociedade civil. E ela participou ativamente do processo de construção."

Veja o vídeo da elaboração do Plano junto aos jovens da Cidade

Proc. N.º 2014 0.533.040-2
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
Ass. RE 816.262-1
SMDHC/CAB

CÓPIA

Outro ponto abordado pelo secretário foi a urgência da aprovação, pelo Congresso Nacional, do projeto de lei que estabelece a apuração dos casos de vítimas que morrem por supostamente reagirem a abordagens policiais. "Precisamos extirpar a ação violenta do próprio Estado. Uma das ações em que estamos empenhados no âmbito do Juventude Viva é a aprovação do projeto de lei que estabelece regras de apuração dos chamados autos de resistência ou resistência seguida de morte. Nós não podemos permitir injustiças e impunidades quando falamos da vida dos nossos jovens."

O secretário Neto de Paula, da SMPJR, também ressaltou a importância da aprovação do PL. "Perdi muitos amigos e parentes por falta de tolerância, por ignorância e, principalmente, por causa de uma polícia que nunca respeitou a juventude negra. O pior desenho do racismo são as resistências seguidas de morte." Para Netinho, é urgente priorizar as políticas que combatem as desigualdades raciais. "As barreiras do racismo são concretas. E é nesse cenário que o Juventude Viva chega a São Paulo, um Plano que tem origem na luta e no protagonismo da juventude negra e de periferia."

Fechando a cerimônia, o prefeito Fernando Haddad afirmou que o Plano vai além do serviço público. "Ele fala da dignidade, da integridade das pessoas. Não dá para continuar com índices epidêmicos de mortalidade dos jovens negros." Haddad ainda abordou a importância da parceria entre governo e sociedade civil para a consolidação das ações do Juventude Viva em São Paulo. "Precisamos de canais de comunicação desobstruídos. O poder público erra menos quando está perto da população." Por fim, o prefeito disse que vai monitorar a execução do Plano "passo a passo, para fazer São Paulo sorrir e celebrar a vida".

Saiba mais sobre o Juventude Viva

CÓPIA

Folha n.º	56	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico	
Ass.	RF. 816.267.1	
	SMPJR/CAR	



Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de
São Paulo adicionou 4 novas fotos.

10 de junho de 2014 - Editado -

Foi assinado nesta segunda, dia 9, um termo de referência entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a UNICAMP para a primeira fase de desenvolvimento do Mapa da Juventude, que está previsto no âmbito do Plano Juventude Viva e terá como objetivo identificar e organizar diversos aspectos da condição de vida dos jovens de todas as regiões da Cidade, oferecendo subsídios à formulação e ao direcionamento de políticas públicas voltadas à transformação dos territórios com altos índices de violência contra a juventude. É a primeira vez que um levantamento desse tipo é feito na Cidade.

Participaram do encontro o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, o coordenador de Políticas para Juventude da SMDHC, Gabriel Medina, o professor do Núcleo de Estudos Populacionais (NEPO) da UNICAMP, Alberto Jakob, além dos professores do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) da UNICAMP Marcelo Proni, Denis Gimenez e Marilane Teixeira.



Bate-papo - (33)

[Curtir](#) · [Comentar](#) · [Compartilhar](#)

Juliana Moura Bueno, Phamela Godoy, Eduardo Santarelo e outras 38 pessoas curtiram isso.

[Principais comentários](#)

5 compartilhamentos



Escreva um comentário...



Maria Adria Excelente iniciativa!

[Curtir](#) · [Responder](#) · 11 de junho de 2014 às 10:10



Heloisa Langoski Legal! Secretário Rogério....

[Curtir](#) · [Responder](#) · 10 de junho de 2014 às 22:31



Gelson Guedes de Oliveira Bueno Gêio...

[Curtir](#) · [Responder](#) · 10 de junho de 2014 às 12:29



Jaime Cabral Filho Grande iniciativa, parabéns a todos(as)

[Curtir](#) · [Responder](#) · 10 de junho de 2014 às 11:36



Carlos Guimarães Muito bom companheir@s!

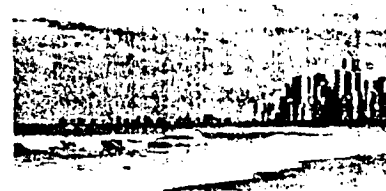
Acho que o conselho municipal de juventude da cidade de sp ajudou bastante inclusive nas blits na câmara para aprovação dos recursos do mapa de outros projetos imprescindíveis aos jovens paulistanos, nao sei sao os mesmos recurso... Ver mais

[Curtir](#) · [Responder](#) · 12 de junho de 2014 às 01:06

PATROCINADO

[Criar Anúncio](#)

Compre na Dafiti!
dafiti.com.br
M. Officer por R\$ 43,99 na Dafiti.
Compre.



Voos para Recife
voos.com
Promoções Imperdíveis! Garanta a
Melhor Tarifa. Só Hoje!

Português (Brasil) · Privacidade ·
Termos · Cookies · Mais
Facebook © 2015

CÓPIA

Folha n.º 53 do Proc.
N.º 2014 0.333.040-2
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
Ass. RE 816.267.1
SMDHC/GAB

Coordenação de Políticas para



15/10/2014 15h11

SMDHC lança edital para seleção de projetos da sociedade civil em apoio ao 'Juventude Viva'

As propostas poderão ser encaminhadas por organizações sem fins lucrativos e serão analisadas pela Coordenação de Políticas para Juventude

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 7º andar
Tel.: (11) 3113-9730 / 9734 / 9721
Preencha o formulário e entre em contato conosco.

Foi publicado nesta semana no 'Diário Oficial da Cidade', edital de Apoio a Projetos da Sociedade Civil para o Plano Juventude Viva. A Coordenação de Políticas para a Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) selecionará vinte projetos, com custos de até 50 mil reais, que dialoguem com as temáticas e ações do Plano Juventude Viva no município de São Paulo.

O incentivo às ações do Plano que já acontecem nos territórios é fundamental para que o protagonismo dos jovens e o sentimento de pertencimento à cidade sejam fortalecidos. As propostas deverão atender a um ou mais dos seguintes eixos temáticos:

- Promoção de direitos da população jovem
- Formação de redes e Comunicação Juvenil
- Resgate e valorização da cultura afro-brasileira
- Promoção da ocupação dos espaços públicos e circulação pela cidade
- Formação de jovens como promotores de direitos humanos
- Prevenção da violência e promoção da cultura de paz

As inscrições poderão ser realizadas no período de 20 de outubro a 7 de novembro, por correio ou pessoalmente na Coordenação de Políticas para Juventude da SMDHC, localizada na Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar, de segunda a sexta-feira, das 10h às 13h e das 14h30 às 18h, e aos sábados, das 10h às 14h.

Confira o edital na íntegra

CÓPIA

Juventude Viva

Lançado na Cidade no ano passado, o Plano Juventude Viva tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia, que são as principais vítimas de homicídios, e criar estratégias de prevenção à violência. Iniciativa do governo federal, o Plano tem a sua implementação em São Paulo coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Juventude, e pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).

Folha n.º	58	do Proc.
N.º	2014.0.333.040 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.2671 SMDHC/GAB	



17/06/2014 12h34

Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania abre edital para credenciamento de articuladores do Plano Juventude Viva

As inscrições podem ser feitas até 25 de julho; edital oferece 21 vagas em 10 distritos da Cidade

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 7º andar
Tel.: (11) 3113-9730 / 9734 / 9721
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Foi publicado nesta terça-feira, dia 17, no 'Diário Oficial da Cidade', edital que abre inscrições para o credenciamento de 21 articuladores do Plano Juventude Viva no Município. Neste primeiro momento, as inscrições são voltadas a moradores das regiões de Campo Limpo, Capão Redondo, Jardim São Luis, Jardim Ângela, Brasilândia, Pinubá, Itaim Paulista, Itaquera, Jardim Helena e São Mateus, onde o Plano está sendo implementado inicialmente.

Os articuladores atuarão na construção de parcerias com organizações da sociedade civil, grupos e coletivos de jovens, para auxiliar na formação e no fortalecimento de uma rede de apoio e de denúncia de violações de direitos da juventude. Realizarão também o acompanhamento e o monitoramento das ações governamentais que compõem o Juventude Viva e das atividades, ações e eventos realizados nos territórios que dialoguem com os objetivos do Plano.

O edital prevê a prestação dos serviços em regime contratual de um ano, com possibilidade de renovação por mais um ano.

Os interessados devem fazer a inscrição até o dia 25 de julho, pessoalmente, na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (Rua Libero Badaró, 119, 7º andar, sala da Coordenação de Políticas para Juventude), de segunda a sexta-feira, das 14h às 18h.

Confira a íntegra do edital

Lançado na Cidade no ano passado, o Plano Juventude Viva tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia, que são as principais vítimas de homicídios, e criar estratégias de prevenção à violência. Iniciativa do governo federal, o Plano tem a sua implementação em São Paulo coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Juventude, e pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPiR).

CÓPIA

Folha n.º	59	do Proc.
N.º	2014 0 333.040 - 2	
SS.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I DE 816.267.1 SMDHC/CAB	

Coordenação de Políticas para



04/06/2014 17h02

Rogério Sottili e Gabiel Medina participam de encontro com subprefeitos de regiões do Juventude Viva

Reunião teve como objetivo discutir o envolvimento das subprefeituras na execução do Plano

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 7º andar
Tel.: (11) 3113-9730 / 9734 / 9721
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

O secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, e o coordenador de Políticas para Juventude da SMDHC, Gabriel Medina, se reuniram na tarde desta terça-feira, dia 3, com subprefeitos das oito regiões da Cidade contempladas pelo Plano Juventude Viva – Campo Limpo, M'Boi Mirim, Freguesia do Ó, Pirituba, Itaim, São Miguel, Itaquera e São Mateus –, além de auxiliares da Juventude.

O encontro, que ocorreu na Secretaria Municipal de Coordenação das Subprefeituras (SMSP), teve como objetivo discutir o envolvimento das subprefeituras na articulação e na execução do Juventude Viva, além de assegurar a participação dos auxiliares nos comitês regionais do Plano e debater o cronograma de ações de requalificação de áreas públicas, a exemplo de parque e praças.

Como a requalificação de áreas urbanas é uma das metas das subprefeituras presentes no Plano de Metas da Cidade de São Paulo, o encontro buscou iniciar uma maior integração entre os subprefeitos e o Juventude Viva, que, dentro das suas prioridades, não só requalificaria as áreas vulneráveis como envolveria a juventude na definição de ações de ressignificação desses espaços.

O Plano Juventude Viva, lançado no ano passado, tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia, que são as principais vítimas de homicídios, e criar estratégias de prevenção à violência. Iniciativa do governo federal, o Plano tem a sua implementação na Cidade coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).

CÓPIA

Folha n.º	60	do Proc.
N.º	2014	0 533 040 - 2
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 810.267.1 SMDHC/CAB	



24/02/2014 17h46

Plano Juventude Viva é apresentado a moradores e gestores públicos de Pirituba e Brasilândia

Participantes conheceram o programa e debateram estratégias de implementação nos dois bairros

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 7º andar
Tel.: (11) 3113-9730 / 9734 / 9721
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Encontro aconteceu na
Casa de Cultura Salvador Ligabue

Representantes da Coordenação de Políticas para Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) se reuniram com moradores e gestores públicos das regiões de Pirituba e Brasilândia, ambas na zona norte, na tarde de quinta-feira, dia 20, para discutir e apresentar o Plano Juventude Viva, além de debater estratégias de implementação das ações nas duas regiões.

Houve uma reunião com moradores e outra com gestores públicos – nesta última, estiveram presentes o subprefeito de Freguesia do Ó/Brasilândia, Eduardo Peres Palia, e representantes de diversas secretarias municipais, como Cultura, Esporte e Saúde. Tanto governo quanto sociedade civil mostraram interesse em saber mais sobre o Plano e participar do processo de implementação nos dois bairros.

Lançado na Cidade em outubro de 2013, o Juventude Viva é um programa do governo federal que tem como objetivo reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia, que são as principais vítimas de homicídios, e criar estratégias de prevenção à violência. O Plano tem a sua implementação em São Paulo coordenada pela SMDHC e pela SMPIR.

Folha n.º	61	do Proc.
N.º	2014.09.30.3940-2	
	Assessor Técnico-1	
	RF. 816.267.1	
Ass.	SMDHC/GAB	

Coordenação de Políticas para



Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 7º andar
Tel.: (11) 3113-9730 / 9734 / 9721
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

30/09/2014 17h30

SMDHC abre concurso cultural para seleção de trabalhos artísticos produzidos por jovens

As inscrições foram prorrogadas até 25 de novembro. Projetos serão realizados em interlocução com o Plano Juventude Viva

Atualizado em 19 de novembro

COMUNICADO DE PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Em razão do feriado municipal no dia 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), e do ponto facultativo no dia 21 de novembro, não serão recebidas nestes dias inscrições para o Concurso Cultural do Plano Juventude Viva.

Portanto, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania comunica aos interessados que as inscrições serão retomadas na segunda-feira, dia 24, e se estendem até terça-feira, dia 25, no horário das 10h às 13h e das 14h30 às 18h. O local de inscrições permanece o mesmo, a saber, a sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania – Coordenação de Políticas para Juventude, situada na Rua Libero Badaró, 119, 7º andar, Centro.

A divulgação dos aprovados na primeira fase e as convocações para a entrevista da segunda fase será publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo em até 45 dias após o término do novo período de inscrição.

CÓPIA

Foi publicado neste sábado, dia 27, no 'Diário Oficial da Cidade', edital que irá selecionar 12 trabalhos artístico-culturais com intuito de promover a reflexão sobre o papel da juventude na sociedade, buscando substituir a cultura da violência por uma cultura de promoção de direitos aos jovens, e fortalecer a implementação do Plano Juventude Viva no município de São Paulo.

Poderão participar jovens artistas com idade entre 16 e 29 anos, grupos, coletivos e agentes culturais. Serão selecionados 3 trabalhos de cada um destes segmentos culturais: audiovisual, fotografia, música, texto e poesia.

As inscrições poderão ser realizadas no período de 12 a 25 de novembro (com exceção dos dias 20 e 21) e podem ser feitas por correio ou pessoalmente na Coordenação de Políticas para Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, localizada à Rua Libero Badaró, 119, 7º Andar, de segunda a sexta-feira, das 14h às 18h.

Confira a íntegra do edital

Anexo 1 - Ficha de inscrição

Anexo 2 - Modelo de termo de autorização de uso de imagem

Lançado na Cidade no ano passado, o Plano Juventude Viva tem o objetivo de reduzir a vulnerabilidade da juventude negra e de periferia, que são as principais vítimas de homicídios, e criar estratégias de prevenção à violência. Iniciativa do governo federal, o Plano tem a sua implementação em São Paulo coordenada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Juventude, e pela Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR).

Folha nº	62	do Proc.
N.º	2014	0338.040-2
Camila Helena dos Santos		
Assessor Técnico I		
RF. 816.267.1		
SMDHC/CAB		

Do Processo nº 2014.0.338.040-2

Folha de informação nº 66

Em 23/12/2014 a

INTERESSADO: Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

ASSUNTO: Requerimento solicitando informações à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania relativas às Metas 43, 61, 62, 63, 64, 66, 69 e 71.

SMDHC/GAB

Giordano Magri

Chefe de Gabinete

CÓPIA

Tendo em vista a solicitação contida na FI de Informação nº 03, oriunda de requerimento do Ilmo. Vereador Mário Covas Neto, informamos que:

1 – Campanhas de visibilidade positiva: Durante o período 2013-2014 foram realizadas duas campanhas de promoção do respeito à diversidade sexual e enfrentamento à discriminação contra a população LGBT. A primeira campanha, lançada em 2013, foi promovida por conta do dia 29 de agosto, Dia da Visibilidade de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Por ocasião dessa data foi realizado um seminário com o objetivo de debater ações e políticas para essa população e posterior lançado um vídeo que foi reproduzido ao longo do mês de agosto nos ônibus da cidade de São Paulo (Anexo I); A segunda campanha foi lançada no início de 2014, em comemoração ao dia 29 de Janeiro, Dia de Visibilidade de Travestis e Transexuais. Foram produzidas três peças de comunicação para divulgar o Decreto 51.180 que dispõe sobre o uso do nome social por pessoas trans no município de São Paulo. Os materiais produzidos para essa campanha foram cartaz, folder e cartão de identificação individual entregue às pessoas travestis e transexuais (Anexo II);

2 – Paradas do Orgulho LGBT – A meta nº 61 prevê a realização de quatro paradas do orgulho LGBT, com edição anual no período 2013/2016. Dessa forma, tanto em 2013 quanto em 2014 a Prefeitura de São Paulo garantiu a realização do evento. Esse apoio se deu por meio de recursos humanos de diversas secretarias municipais, como Saúde, Direitos Humanos e Cidadania, Serviços, Subprefeitura da Sé, CET, SPTuris, Guarda Civil Metropolitana. Importante ressaltar que a Parada é um dos três eventos do calendário anual que ocorrem na Av. Paulista com apoio da Prefeitura de São Paulo. Também informamos que toda a estrutura

CÓPIA




Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

Do Processo nº 2014.0.338.040-2

Folha de informação nº 67

Em 23/12/2014 a
necessária à realização do evento foi apoiada pela Prefeitura. No Anexo III
seguem os relatórios das duas edições do evento.

3 – Unidade Móvel de Cidadania LGBT – Ao longo de 2014 foram estudados modelos de unidades móveis de atendimento utilizados pela Prefeitura de São Paulo. Nesse sentido, foram avaliados os modelos do CATMóvel, do Ônibus de enfrentamento à violência contra a mulher, da unidade móvel da SPTuris, do trailer de testagem rápida de HIV/AIDS *Quero Fazer* da Secretaria Municipal de Saúde. Por fim, o modelo estudado foi aprovado e está em processo de licitação.

4 – Reestruturação dos Centros de Cidadania LGBT – Foi firmado convênio entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) para reestruturação do Centro de Referência em Direitos Humanos e Combate à Homofobia (CCH). O convênio prevê o repasse de R\$ 200 mil para a reestruturação do Centro, que ainda receberá aporte de recursos do orçamento da SMDHC. Atualmente o Centro já se encontra com novo espaço físico em processo de adequação e deverá ser inaugurado no primeiro trimestre de 2015.

5 – Criação do Programa Transcidadania: Foi assinado em 2014 um Termo de Cooperação entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, visando à criação do Programa Transcidadania. O termo prevê a ampliação e adequação da modalidade LGBT do Programa Bolsa Trabalho (POT).

6 – Resolução do Programa Minha Casa Minha Vida – além dos critérios federais de prioridade no acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida, municípios e estados podem criar critérios adicionais. Nesse sentido, foi publicada no dia 31 de outubro de 2014 a resolução nº 61 de 16 de outubro do Conselho Municipal de Habitação que dispõe sobre a inclusão de pessoas LGBT em situação de vulnerabilidade em condição prioritária de acesso ao Programa, de acordo com o Anexo IV.

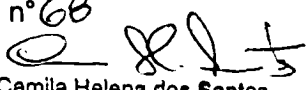
7 – Alas LGBT no Complexo de Acolhida Zaki Narchi – Inaugurado em outubro o Centro de Acolhida Zaki Narchi dispõe de três fases de acolhimento para pessoas em situação de rua. Todas as fases dispõem de alas específicas prioritárias para travestis e transexuais. As três alas somam 72 vagas, sendo 24 vagas em cada quarto. O preenchimento das vagas é feito por demanda espontânea no local e

Do Processo nº 2014.0.338.040-2

Folha de informação nº 68

Em 23/12/2014

a


Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.287.1
SMDHC/GAB

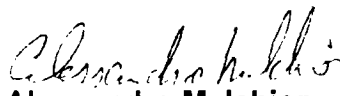
encaminhamento do Centro de Referência da Diversidade e do Centro de Combate à Homofobia.

CÓPIA

8 – Projeto de Requalificação do Largo do Arouche - Iniciado em 2013, o projeto responde à previsão da Meta 061 construída em diálogo com a sociedade civil que previa ações de reestrutura e requalificação do Largo do Arouche, local de significativa referência para a população LGBT no município de São Paulo. Ainda em 2013 foi realizada ação de reorganização do mobiliário urbano, com instalação de móveis do artista Hugo França, reforma, pintura, melhoria da iluminação e da jardinagem do Largo. Em agosto de 2014 teve início o projeto Wikipraça, segunda etapa do projeto em questão. A partir de agosto o Largo do Arouche começou a receber atividades culturais, oficinas, intervenções artísticas, aulas públicas e debates, visando a reocupação cultural da região.

9 – Plano Municipal de Saúde Integral da População LGBT – O Plano prevê o referenciamento de nove unidades básicas de saúde da região central, vinculadas à Supervisão de Saúde da Sé, para atendimento em saúde integral da população LGBT. Elaborado em parceria com a sociedade civil, o processo de discussão do plano contou com a realização de uma consulta pública e duas audiências. Entre outras ações, o plano também prevê a oferta e a disponibilização de terapia hormonal para travestis e transexuais, como ação de redução de danos no uso de silicone industrial. O Plano foi aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde em agosto de 2014 e aguarda publicação de portaria instituindo a Política Municipal de Saúde Integral da População LGBT.

São Paulo, 23 de dezembro de 2014.


Alessandro Melchior

Coordenador
CPLGBT/SMDHC

63 do Proc.

N.º 2014 0333040 - 2

Camila Helena dos Santos - 2

Assessor Técnico I

RF 816.267.1

Ass. SMDHC/GAB

ANEXO I

CÓPIA

9/08

Dia Nacional da visibilidade Lésbica

CÓPIA

Folha n.º 30 do Proc.

N.º 2014 0 53 3 0 4 0 - 2

Ass. [assinatura] Carla Helena dos Santos
Assessor Técnico I

RF. 846.267-1
SMDHC/GAB

Folha n.º 21

N.º 2014 0533 1148 Santos 2

Assessor Técnico I
Camila Helena dos Santos

RF. 816.267.1

Ass.
SMDHC/GAB

CÓPIA

SOU FILHA
SOU MÃE

NA SÃO PAULO QUE
A GENTE QUER
NÃO
TER
HOMOFOBIA.



00:23 X G ■ 144 ▶ 101 + 0

CÓPIA

Folha n.º	72	de Proc.
N.º	2014	0.338.040-2
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 CMDHO/GAB	



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

00:29



CÓPIA

Folha n.º 73

N.º 2014 0 53 3.040 2

Ass. E

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I

PE 816.267.1

SMDHC/GAB

ANEXO II

CÓPIA

Folha n.º	74	Proc.
N.º	2014	033 : 440 - 2
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
Ass.	RF 616.267.1	
	SMONC/GAB	

**TRAVESTIS
E TRANSEXUAIS
EM SÃO PAULO
É UM DIREITO
GARANTIDO!
VOCÊ PODE EXIGIR**

DIREITO GARANTIDO - DECRETO 01.180



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS**

CÓPIA

Ass. _____
Folha n.º 35 de Proc. _____
N.º 2014/amilia Heleno dos Santos 0 - 2
Assessor Técnico
RF: 816.267.1
SMDH/CAB

NOME SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM SÃO PAULO É UM DIREITO GARANTIDO!

VOCÊ PODE EXIGIR

CÓPIA

DIREITO GARANTIDO - DECRETO 51.180

A Prefeitura de São Paulo, a partir do Decreto n° 51.180, de 14 de janeiro de 2010, determina a inclusão de seu nome social nos registros municipais, tais como bilhete único, crachás, fichas de cadastro, formulários, prontuários, registros escolares e outros documentos.

Assegure seus direitos, INFORME-SE

CCH Centro de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia
Páteo do Colégio 5, 1 andar - Centro - São Paulo 01 3116-8700 / 3115-2516
cchdenuncia@prefeitura.sp.gov.br cch@prefeitura.sp.gov.br

SÃO PAULO CORES
SÃO PAULO AMORES
DETODOS OS
SÃO PAULO DA DIVERSIDADE



PREFEITURA DE
SÃO PAULO
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Folha n.º 76 de Pro

N.º 2014

53.040-2
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RP.016.267.1
SMDH/GAB

quele pelo

vestis são

seu

ez que o

mente

ja, aquele

não reflete

o gênero.

Folha n.º 77
2014
Cartilha de Defesa dos Direitos
Assessor Técnico H - 2
Rf: 846/067.1
SMDH/CAB

tais

avestis

fm de

nceito.

ilo de

DIREITO GARANTIDO - DECRETO 51.180

A Prefeitura de São Paulo, a partir do Decreto n° 51.180, de 14 de janeiro de 2010, determina a inclusão de seu nome social nos registros municipais, tais como fichas de cadastro, formulários, prontuários, registros escolares e outros documentos.

CÓPIA

COORDENADORIA DE POLÍTICAS LGBT

A Coordenação de Políticas para LGBT, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania é responsável por formular, articular, propor e monitorar políticas públicas que visem à promoção da cidadania e garantia de direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).
Rua Líbero Badaró, 119
6º Andar | Centro
Tel: 11 3113.9748
cads@prefeitura.sp.gov.br

SÃO PAULO ^{DE TODAS AS} CORES
SAO PAULO ^{DE TODOS OS} AMORES
SAO PAULO DA DIVERSIDADE

NOM
TI
ETR
EI
É UM

VOCÊ PODE
BILHETE ÚNICO
CADASTRO, DO
MÉD

Para maiores informa
cionais consulte o m

www.direitoslgbt.org.br

Assegure seus
CCH - Centro de B
Prevenção e Comb
Pavão da Colônia, 5,
11 3113 8786 3113
coordenacao@pref
cch@prefeitura

ANEXO III

CÓPIA

Folha n.º	38	de	Proc.
N.º	2014	0 53 3. U 4 0 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816 267 1 SMDH/O/S/B		

CÓPIA

17ª Parada do Orgulho LGBT teve o maior investimento de toda a história.

A 17ª Parada do Orgulho LGBT aconteceu no último dia 2 de junho, na Av. Paulista, e teve como tema: "Para o armário nunca mais. União e Conscientização na luta contra a homofobia". A Parada do Orgulho LGBT, que há 17 anos leva multidões às ruas de São Paulo, teve, nesse ano, o maior investimento por parte da Prefeitura Municipal em toda sua história: R\$ 1.850.000,00.

A 17ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo trouxe vários pontos positivos, tais como a união contra o fundamentalismo e a presença de representantes de várias esferas, como a senadora e Ministra da Cultura Marta Suplicy, o deputado federal Jean Wyllys e o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad juntos no trio, além da presença do Governador Geraldo Alckmin na coletiva de imprensa. O discurso de Haddad na coletiva de abertura, quando criticou o fundamentalismo religioso também marcou a Parada deste ano.

Vale também destacar a presença da Daniela Mercury, que cantou durante parte do percurso da Parada, chamando muito a mídia e aumentando o tom político da Parada, principalmente na ênfase que ela deu à questão do Estado laico.

A comissão da organização da infra-estrutura da Parada, que envolve representantes de várias secretarias do governo municipal (além da PM, Metrô e Polícia Civil), fortalece e possibilita o sucesso das atividades da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo.

O envolvimento dos órgãos de segurança estadual e da Guarda Civil Municipal, além dos órgãos de fiscalização da Prefeitura promoveram várias ações, tais como o combate ao comércio ilegal e a operação "Parada Limpa" com resultados contundentes.

A operação de combate ao comércio ilegal realizada por agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM), da Vigilância Sanitária e da Polícia Militar (PM), apreendeu 16,5 mil produtos vendidos irregularmente, sendo a maioria cervejas, "vinhos" químicos e refrigerantes.

Já a operação "Parada Limpa", que contou com o trabalho de 1.100 agentes ambientais, 12 fiscais de varrição, cerca de 60 motoristas e operadores recolheu 32 toneladas de resíduo. Destas, 5,7 toneladas de materiais recicláveis foram recolhidas pela Coleta Seletiva, onde trabalharam 72 catadores, que contaram com o apoio de duas tendas, 50 Pontos de Entrega Voluntária (PEV), 28 Caçambas, 30 sugadores (aspiradores de resíduos), 11 varredeiras, seis compactadores (caminhões de lixo), 12 basculantes, quatro caminhões mini-basculantes, dois carros elétricos para o recolhimento de lixo, duas minivarredeiras, 27 caminhões para lavagem da via pública e oito contêineres para o armazenamento de lixo.

Folha n.º	73	do Proc.
N.º	2014	0.333.010.2
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB	

Investimento

A Parada do Orgulho LGBT, que há 17 anos leva multidões às ruas de São Paulo, teve, nesse ano, o maior investimento de todos os tempos: **R\$ 1.850.000,00**. Em 2007, o investimento foi de R\$432.284,00; em 2008, de R\$911.177,32; em 2009, de R\$1.000.516,70; em 2010, de R\$1.250.462,00; em 2011, de R\$1.190.571,78 e em 2012, de R\$1.550.000,00.

Caminhada de Lésbicas e Bissexuais

CÓPIA

Também pela primeira vez, a Prefeitura de São Paulo apoiou a Caminhada organizada pela LBL (Liga Brasileira de Lésbicas) que, nesse ano, chegou à sua 11ª edição. A Caminhada foi realizada no sábado, dia 01, um dia antes da Parada.

Show de encerramento

Desde 2003 não ocorria o Show de encerramento da Parada. Esse ano, o Show voltou, com o apoio da Prefeitura. Estiveram presentes as cantoras Ellen Oléria, cujo cachê foi pago pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, e Mariane de Castro, cujo cachê foi pago pela Secretaria Municipal de Cultura. Localizado na Praça da República, o show auxiliou na dispersão segura dos participantes da Parada.

Segurança

O esquema de segurança também foi o maior de todas edições, contando com 23 câmeras que cobriram todo o perímetro da Parada e do Show de encerramento, além da Caminhada de Lésbicas e Bissexuais. A GCM atuou com efetivo de 1000 guardas a pé e 121 viaturas. A PM com efetivo de 2200 oficiais e mais 300 viaturas, além de 100 oficiais em trajes civis. É importante ressaltar também o trabalho de inteligência da Polícia Civil, através da DECRADI (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância).

Foram registradas pouquíssimas ocorrências: 3 ocorrências por desacato, 28 ocorrências de furto, 9 ocorrências de roubo, 3 ocorrências de ato obsceno, 3 ocorrências de uso indevido de uniforme e episódios de agressão e desinteligências. Ao longo de todo evento foram abordadas 2346 pessoas, 22 pessoas conduzidas ao Distrito Policial com o registro de um flagrante de tentativa de furto e dois flagrantes de roubo, totalizando cinco pessoas presas por flagrante delito.

Não houve registro de ocorrências e nem concentração de pessoas nas estações de metrô. As estações mais envolvidas foram São Bento e Anhangabaú. No retorno, na estação República, o fluxo de usuários foi grande, mas a estratégia

Folha n.º 80 do Proc.

N.º 2014 0.333.040-2

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHG/GAB

Ass. [assinatura]

de contenção com grades foi considerada adequada, pois evitou grandes filas na linha de bloqueio.

A segurança do Metrô convocou quadro de Agentes em regime de hora extra para atender as estações envolvidas no evento.

Os bloqueios necessários para a viabilização do evento ocorreram conforme horários acordados previamente entre CET, policiamento e promotores dos eventos apenas na região da Avenida Paulista. A lentidão do trânsito nas vias alternativas foi compatível com a dimensão do evento, ressaltando-se que o trânsito vem diminuindo ano a ano.

Foi barrado apenas um trio, de um total de 17 trios, por conta do excesso de altura.

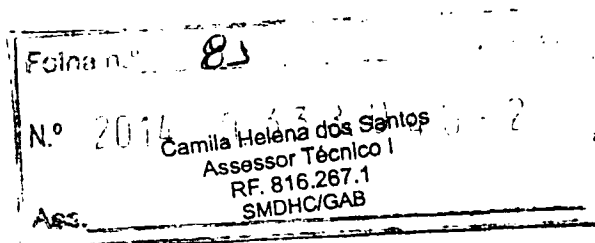
Os policiais militares usaram coletes refletivos, de forma a aumentar a visibilidade e a sensação de segurança por parte dos expectadores do evento. Também foram utilizadas plataformas elevadas como ponto de observação.

Nenhuma ocorrência foi registrada na Feira Cultural e nem na Caminhada Lésbica.

Saúde

CÓPIA

Foram disponibilizados 142 leitos distribuídos em 5 postos médicos e 28 ambulâncias. Houve uma diminuição no número de ocorrências médicas. Esse ano foram atendidas 712 pessoas, sendo que 87 delas precisaram ser removidas. Ano passado, o número de atendimentos foi de 989 e o de remoção, 169. Ou seja, houve uma diminuição de 28% no número de ocorrências médicas.



RESUMO – RELATÓRIOS PARADA 2014

CÓPIA

1. COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO (CET).

Antes do início da Parada LGBT, a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) realizou vistorias nos trios elétricos que seriam usados durante o evento. Quatorze trios foram apresentados, sendo que apenas um deles foi retido pelo policiamento, reprovado por falta de condição de circulação (problema no lacre da placa e condições dos pneus). Os demais foram liberados para participar do evento.

A CET providenciou os seguintes bloqueios de trânsito para a realização do evento:

- Às 10h: Av. Paulista, sentido Paraíso/Consolação, entre a R. Teixeira da Silva e a R. Augusta. No sentido contrário, entre a R. Padre João Manuel e a Av. Brig. Luis Antonio.
- Às 11h30min: Interdição se estendeu, ainda na Av. Paulista, ficando interditada a via no sentido Paraíso/Consolação, e no sentido contrário entre a R. da Consolação e a Av. Brigadeiro Luis Antonio.
- Às 13h15min: Foi interditada a R. da Consolação, no sentido Bairro/Centro, entre a Al. Santos e a R. Caio Prado.
- Às 13h45min: Efetuados bloqueios na R. da Consolação, pista da esquerda, entre a Av. Ipiranga e Av. São Luis; na R. Rego de Freitas entre a R. da Consolação e R. Major Sertório; na Av. Ipiranga, entre a R. da Consolação e Av. São Luís.

Em razão de um problema de fiação elétrica baixa no sentido Centro/Bairro na R. da Consolação, não foi possível a passagem dos trios neste trecho. Além disso, houve atraso na desmontagem dos trios e dispersão dos mesmos.

A liberação das vias foi feita de maneira gradual, após limpeza destas. Não consta horário exato de liberação.

No tocante às lentidões ocasionadas no tráfego de automóveis em razão do evento, essas foram menores do que no ano anterior. As seguintes vias apresentaram trânsito lento: R. Augusta entre Av. Paulista e R. Martinho Prado; R. Bela Cintra entre Av. Paulista e R. Dona Antônia de Queirós; Av. Rebouças entre Al. Itu e Al. Santos, a partir das 14h. A lentidão ocasionada foi aceitável, tendo em vista a magnitude do evento.

Houve atraso no início da Parada (deveria começar às 12h, porém só teve início às 13h30min). Entretanto, não ocorreu atraso no término do evento. O último trio chegou à Praça Roosevelt dentro do horário previsto, tendo desligado o som e seguido para a área de dispersão.

De uma forma geral, o evento se deu sem nenhuma grande ocorrência no que tange às lentidões, acidentes, remoções de veículos e liberação das vias. Do mesmo modo, a CET não teve problemas na relação entre os Órgãos e equipes envolvidas na operação do evento.

Folha n.º	82.	do Proc.
N.º	2014	0.333.040-2
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHG/GAB	

CÓPIA

2. SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO DAS SUBPREFEITURAS (SMSP)

Coube à Secretaria a “fiscalização e apoio às Subprefeituras envolvidas.”

3. SOS AMBULÂNCIAS

A empresa prestou serviço de atendimento médico nos dois eventos ligados à Parada: Show de encerramento na Praça da República e Feira Cultural LGBT 2014.

No show de encerramento, as ambulâncias fizeram atendimentos (não consta número exato) e uma remoção. O posto médico realizou 61 atendimentos e 10 remoções.

Em relação à Feira Cultural LGBT 2014, na ambulância de suporte básico foram realizados 35 atendimentos e nenhuma remoção. Já no posto médico foram realizados 35 atendimentos e nenhuma remoção.

4. REMOCENTER EMERGÊNCIAS MÉDICAS

Foi prestado serviço de atendimento médico durante a Parada LGBT 2014, com as seguintes estatísticas:

- Posto médico Trianon MASP: total de 86 atendimentos e 7 remoções.
- Posto médico Maria Antônia: total de 56 atendimentos e 7 remoções.
- Posto médico Consolação: total de 49 atendimentos e 3 remoções.
- Posto médico Recuo Cemitério: 80 atendimentos e 12 remoções.
- Total dos postos médicos: 271 atendimentos e 29 remoções. Principais diagnósticos: intoxicação exôgena (49%) e hipertensão (17%).
- Profissionais atuantes: 64 médicos, 128 profissionais de enfermagem e 64 enfermeiros.

5. SUBPREFEITURA DA SÉ

A Subprefeitura da Sé prestou serviços de fiscalização e limpeza.

No tocante à fiscalização, foram recolhidos 752 sacos lacrados de produtos apreendidos como bebidas de procedência duvidosa e produtos ilegais. A fiscalização foi realizada com auxílio de profissionais da Guarda Civil Metropolitana e de técnicos da vigilância em saúde da COVISA.

Em relação à limpeza, realizou-se varrição e recolhimento de resíduos e troca de lixeiras danificadas. O trabalho de limpeza teve início às 16h30min, sendo que às 18h o trânsito das vias interditadas foi liberado.

6. GUARDA CIVIL METROPOLITANA

O policiamento da Guarda Civil Metropolitana (GCM) teve o seguinte horário:

- Av. Paulista, a partir das 7h.

Folha n.º	83	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
Ass.	RF. 816.267.1	
	SMDHC/GAB	

- Rua da Consolação, a partir das 9h.
- Praça da República, a partir das 11h.
- Encerramento do policiamento: 22h30min.

O objetivo da atuação da GCM foi proteger bens e instalações da Administração Pública Municipal, direta e indireta, além da fiscalização de comércio irregular de mercadorias (ambulantes).

Foram apreendidos cerca de 18.000 (dezoito mil) itens decorrentes do comércio ambulante, sendo predominantemente bebidas alcoólicas (como o “vinho químico”) e refrigerantes. Só foi relatada uma ocorrência, de desacato ao Distrito Policial.

Foi fornecida alimentação (lanches e água) suficiente para o conforto do efetivo.

Em conclusão, missão se deu de maneira proba.

No entanto, os horários pré-definidos não foram obedecidos à risca. O show da Praça da República teve início 19h15min (horário correto seria 18h). O evento deveria terminar às 21h, porém efetivamente se encerrou às 21h30min. É importante ressaltar que dois membros da SMDHC informaram que foram impedidos por seguranças de comunicar o encerramento do evento no horário previsto, e inclusive foram ameaçados por integrantes da Associação da Parada do Orgulho LGBT, e por isso não puderam cumprir o cronograma pré-ajustado.

CÓPIA

7. SÃO PAULO TURISMO

Foram fornecidos 150 (cento e cinquenta) cones e 50 (cinquenta) “super cones” para apoio ao trânsito. O material foi entregue na área da Parada LGBT e da Feira LGBT, nos dias 29/04/2014 e 03/05/2014, respectivamente.

8. SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DE SÃO PAULO

A Feira Cultural LGBT transcorreu de forma tranquila. O principal problema relatado foi a falta de luz nas barracas, em razão de um problema com os geradores, o que afetou principalmente as barracas de alimentação.

A XII Caminhada de Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo (03/05/2014) também transcorreu tranquilamente. A polícia teve papel importante na garantia da segurança das participantes. Houve episódios de tentativas de agressão às participantes, que foram coibidos pela simples presença da escolta policial. O show de encerramento teve fim no horário previsto, sem maiores transtornos.

Em relação à Parada do Orgulho LGBT 2014, salvo um atraso no início do evento, tudo ocorreu de forma adequada.

9. METRÔ

Durante a Parada do Orgulho LGBT 2014, apesar do grande número de pessoas que circularam pelas estações Sé, Paraíso, Brigadeiro, Triunfo e Consolação, não houve registro de ocorrências. As estratégias adotadas pelo Metrô foram consideradas adequadas. Não houve necessidade de utilização de trens reserva.

A comunicação aos usuários em relação ao evento foi reforçada por meio de cartazes e avisos sonoros.

Folha n.º	84	do Proc.
N.º	2014	0.333.080-2
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 616.267.1 SMDHC/GAB	

A demanda pelo serviço de metrô aumentou por cerca de 146 mil usuários em comparação a um domingo comum. O aumento começou a partir das 11h, se intensificando até as 14h.

Em comparação com o evento do ano anterior, houve aumento de 15,7% no total de entradas.

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PROGRAMA MUNICIPAL DE DST/AIDS

Durante o fim de semana do evento, foram distribuídos 360 mil preservativos masculinos, e foram realizados 720 exames Teste Rápido HIV. Tudo ocorreu conforme as expectativas.

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓPIA

A Secretaria realizou inspeção aos Postos Médicos do evento, obtendo a seguinte conclusão: “As condições gerais da prestadora atenderam a necessidade de suporte ao evento. As pendências apontadas no corpo do presente foram corrigidas no decorrer do evento.”

12. POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Histórico:

- Início da concentração dos trios na Av. Paulista às 10h30min.
- Desfile dos trios às 13:30h.
- Término do desfile na Av. Paulista e liberação da via por volta das 17h.
- Desfile segue pela R. da Consolação em direção à Praça da República.
- Liberação da R. da Consolação por volta das 18h30min.
- Shows na Praça da República: das 19h às 21h45min.
- Término da Parada LGBT: 23h40min
- Liberação da Praça da República: 0h10min do dia 05/05/2014

Os materiais solicitados (lanches, água, capas de chuva) foram devidamente entregues.

Em relação às ocorrências, no total 23 foram registradas. Entre elas: 19 furtos, uma lesão corporal, uma apreensão de entorpecentes, um caso de tráfico de entorpecentes, uma apreensão de objetos e entorpecentes.

Sem relatório:

1. Delegacias de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância – DECRADI
2. Secretaria Municipal da Cultura
3. Secretaria de Serviços

Folha n.º	85	Proc.
N.º	2014	0.533.040-2
Ass.	Camila Helena dos Santos	Assessor Técnico I
	RF. 816.267.1	SMOHC/GAB

ANEXO IV

CÓPIA

Ass.	86	Camila Helena dos Santos
		Assessor Técnico I
		RF. 816.267.1
		SMDHC/GAB

0041 0 338 0.1 0-210

N.º 2014 - 0.338.0/0-2
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

Coordenação de Políticas para



15/08/2014 15h36

Plano Operativo de Saúde Integral da População LGBT é aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde de São Paulo

Proposto pela Prefeitura, Plano prevê diversas iniciativas, entre elas, a disponibilização de hormonoterapia para travestis e transexuais na rede pública de saúde

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

O Conselho Municipal de Saúde de São Paulo aprovou nesta quinta-feira, dia 14, o texto do Plano Operativo de Saúde Integral da População LGBT. O documento contém diretrizes e organiza as ações do Sistema Único de Saúde do Município com vistas a materializar os princípios de universalidade, integralidade e equidade, garantindo assim o direito à saúde integral da população LGBT na Cidade.

A aprovação representa também o primeiro passo rumo à implementação, em São Paulo, da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT. Criada em 2011 pelo Ministério da Saúde, esta política aponta diretrizes para União, Estados e municípios, que devem ser detalhadas em um plano de ação em cada esfera governamental. O município de São Paulo é o primeiro a aprovar seu Plano Operativo.

Dividido em quatro eixos, o Plano tem, entre outras, ações de referenciamento de unidades básicas de saúde, formação permanente de equipes especializadas para atendimento à população LGBT (com clínico-geral, endocrinologista, fonoaudiólogo, ginecologista, proctologista e outras especialidades) e a estruturação de ações de cirurgia plástica e hormonoterapia na rede básica.

A proposta, elaborada pelas secretarias municipais de Saúde (SMS) e de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), segue agora para regulamentação, por meio de portaria conjunta a ser assinada pelos secretários Rogério Sottili (SMDHC) e José de Fillipi Jr. (SMS).

CÓPIA

Folha n.º	88	do Proc.
N.º	2014	0.338
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico RF. 816.267.1 SMDHC/GAB

Coordenação de Políticas para



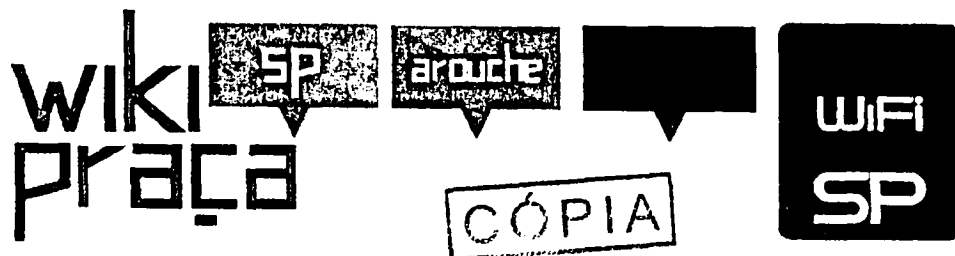
17/09/2014 17h28

#Wikipraça promove criação coletiva e encontros físicos, digitais e afetivos no Largo do Arouche

O projeto pretende estimular criação de plataformas livres, processos de mapeamento e intervenções no espaço público a partir de ações colaborativas. Na ocasião será realizada também a Inauguração do WiFi Livre SP na praça

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em contato conosco.



Promover a ocupação do Largo do Arouche, fomentar a ocupação cidadã do espaço público e despertar ações que promovam a defesa e o respeito aos direitos humanos, integrando diferentes públicos e possibilitando diferentes formas de interação. Esta é a finalidade da edição paulistana do projeto #Wikipraça que será lançado no próximo domingo, dia 21, com intervenções artísticas, exibição de filmes e uma roda de conversa com Beto de Jesus. As atividades acontecerão das 14h às 19h30. O projeto é uma co-realização da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) com a rede Futura Media.

Ao longo dos próximos seis meses, uma programação intensa vai movimentar o entorno do Largo com ações colaborativas e processos de criação coletiva que pretendem integrar e envolver o público local, coletivos LGBT, ativistas, comunicadores, gestores culturais e criativos em iniciativas que promovam a dimensão do direito à cidade e do respeito à cidadania LGBT. Entre as atividades, estão previstas oficinas, intervenções artísticas, rodas de conversa, aulas públicas e um mapeamento construído a partir da memória afetiva dos frequentadores da praça.

O Arouche é uma região de intensa e histórica ocupação pela população LGBT sendo, portanto, um importante espaço de luta em defesa dos direitos humanos na cidade de São Paulo. O bairro sofreu um contínuo processo de degradação ao longo dos anos, com problemas de segurança e constante atrito entre moradores, comerciantes e frequentadores. A atual gestão do município tem realizado ações de reestruturação no Arouche com melhorias na iluminação, mobiliário e segurança local.

O Largo do Arouche está integrado também no Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, empreendido pela SMDHC. O Plano prevê o desenvolvimento de projetos de ressignificação do espaço em territórios simbólicos dos direitos humanos, por meio de micro intervenções urbanas que estimulem o convívio e promovam novas relações entre as pessoas nos espaços públicos da Cidade. O primeiro desses projetos está em execução desde junho de 2014 e desenvolve ações no bairro da Luz, território do Programa 'De Braços Abertos'. A requalificação do Arouche atende a meta 61 do Plano de Metas da Gestão Haddad, que prevê a promoção de ações permanentes de combate à homofobia e respeito à diversidade sexual.

WiFi Livre SP

O Largo do Arouche é um dos 46 espaços públicos da Cidade beneficiados com sinal de internet gratuita por meio do programa WiFi Livre SP, executado pela Secretaria Municipal de Serviços da Prefeitura de São Paulo. O serviço está ativo desde o dia 12/9 e será inaugurado oficialmente neste domingo.

O projeto WiFi Livre SP prevê a instalação de acesso gratuito à Internet por sistema wifi (sem fio), livre e gratuito em 120 praças e/ou localidades públicas no município de São Paulo, atendendo todos os 96 distritos.

A região central possui 10 praças com o WiFi Livre em operação e será contemplada com o WiFi em outras 13 localidades. A lista completa pode ser conferida no endereço www.wifilivre.sp.gov.br

Lançamento dos projetos #Wikipraça e WiFi Livre SP

Largo do Arouche, centro
Dia 21/9, das 14h às 19h30

Programação

14h - Intervenções: Árvore dos desejos + Cabine: você e o Arouche

15h - Oficina de ferramentas digitais

16h - Roda de Conversa com Beto de Jesus, secretário para América Latina e Caribe da Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA) e diretor de relações internacionais da Associação Brasileira de

Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT)

17h - Oficina de prevenção em DST/AIDS, organizada pela Secretaria Municipal de Saúde

18h - Ato de Lançamento do projetos #Wikipraça e WiFi Livre SP

18h30 - Exibição de curtas-metragens

Folha n.º	30	do Proc.
N.º	2014	0.338.040-2
		Camila Helena dos Santos
		Assessor Técnico I
Ass.		RF. 816.267.1
		CMDHC/GAB

CÓPIA

Coordenação de Políticas para



28/04/2014 22h00

Folha n.º	35	do Proc.
N.º	2014	0.338.040-2
Camila Helena dos Santos		Assessor Técnico I
Ass.		RF. 816.267-1
		SMDHC/GAB

Eventos pré-Parada começam no feriado de 1º de maio. Confira a programação

Além da tradicional Feira Cultural LGBT e da Caminhada de Lésbicas e Bissexuais, haverá a exibição do filme 'Praia do Futuro', de Karim Ainouz, no Cine Direitos Humanos

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



(Atualizado em 30/4/14)

Começam na quinta-feira, feriado de 1º de maio, os eventos que antecedem a Parada do Orgulho LGBT, realizada neste ano, excepcionalmente, no dia 4, por conta da Copa do Mundo. Além da Feira Cultural LGBT e da Caminhada de Lésbicas e Bissexuais, já tradicionais na Cidade, a 18ª edição da Parada terá, entre os seus eventos de 'esquenta', a exibição gratuita do filme 'Praia do Futuro', de Karim Ainouz, com Wagner Moura no elenco. A projeção acontecerá no sábado, dia 3, no Cine Direitos Humanos.

Por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Prefeitura de São Paulo investiu cerca de R\$ 2 milhões na realização da 18ª Parada do Orgulho LGBT, cujo tema é 'País vencedor é país sem HOMOLESBOTRANSFOBIA: Chega de mortes! Criminalização já!'. Os recursos foram direcionados principalmente para infraestrutura, segurança e atendimento de saúde.

Saiba mais sobre a estrutura do evento

Confira a programação da Parada e dos eventos que a antecedem*:

DIA 1/5 (quinta-feira)

- 14ª Feira Cultural LGBT

A edição deste ano da Feira acontece na Praça da República, com início previsto para as 10h. Haverá tendas de produtos, alimentação, prestação de serviços, informações, oficinas, de ONGs e do poder público. Várias apresentações artísticas tomarão o palco do evento, com destaque para a cantora jamaicana Marion K e a Orquestra Camerata Darcos, que fará uma homenagem ao cantor Renato Russo. Também se apresentarão Erikka Rodrigues e Lenny B.

Confira todas as atrações da Feira

Na tenda da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), chamada "Espaço Cidadania nas Ruas", a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) emitirá o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) com o nome social de travestis e transexuais, como parte do Plano Operativo da Política Municipal de Atenção à Saúde da População LGBT. A tenda ainda terá coleta de assinaturas pelo direito dos imigrantes ao voto, vídeos da recém-lançada campanha da ONU 'Livres e iguais', vídeos da série 'RUA!', de Tata Amaral, entre outras atividades.

SERVIÇO

14ª Feira Cultural LGBT
Praça da República
Dia 1/5, das 10h às 22h
Entrada gratuita

Dia 3/5 (sábado)

- 12ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo

Haverá dois trajetos distintos na edição deste ano da Caminhada: o primeiro começará às 12h e sairá do MASP, na Avenida Paulista. Já o segundo começará às 14h, a partir da Praça do Ciclista, também na

CÓPIA

Paulista. As marchas então se encontrarão na Rua Augusta e seguirão juntas até o Largo do Arouche (via Caio Prado, Consolação e Rego Freitas), para a apresentação dos shows de encerramento, que acontecerão das 18h às 21h. Entre as atrações, estão os grupos Maúde, Post e Anticorpos.

SERVIÇO

12ª Caminhada de Lésbicas e Bissexuais de São Paulo

Dia 3/5

Primeiro trajeto: a partir das 12h, do MASP até o Largo do Arouche

Segundo trajeto: a partir das 14h, da Praça do Ciclista até o Largo do Arouche

Shows a partir das 18h, no Largo do Arouche

- Exibição do filme 'Praia do Futuro' no Cine Direitos Humanos

Também no sábado, a SMDHC realiza uma sessão especial do Cine Direitos Humanos, com a exibição gratuita do filme 'Praia do Futuro', de Karim Ainouz, no Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca. No longa, o ator Wagner Moura vive o salva-vidas Donato, que trabalha na Praia do Futuro, em Fortaleza (CE). Ele tenta resgatar dois turistas alemães de um afogamento, mas um deles desaparece no mar. Donato e Konrad, o sobrevivente, interpretado pelo alemão Clemens Schick, se apaixonam e se mudam para Berlim. Após vários anos, o irmão de Donato resolve procurá-lo.

SERVIÇO

Cine Direitos Humanos – filme 'Praia do Futuro'

Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca

Rua Frei Caneca, 569, Consolação

Dia 3/5, às 11h

Entrada gratuita (basta retirar o ingresso na bilheteria)

Dia 4/5 (domingo)

CÓPIA

- 18ª Parada do Orgulho LGBT

Uma coletiva de imprensa dá início ao evento, reunindo, às 10h, no auditório da Fecomercio (Rua Dr. Plínio Barreto, 285, Bela Vista), o prefeito Fernando Haddad, o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, o presidente da Associação da Parada do Orgulho GLBT de São Paulo, Fernando Quaresma, e o coordenador de Políticas para a LGBT da SMDHC, Alessandro Melchior.

Em seguida, às 10h, ocorre, no vão livre do MASP, na Avenida Paulista, a concentração para a 18ª Parada do Orgulho LGBT, que seguirá pela Paulista e pela Rua da Consolação, terminando na frente da Igreja Matriz da Consolação, próxima à Praça Roosevelt. Depois, das 18h às 21h, acontecerá, na Praça da República, o show de encerramento, com a cantora Wanessa e o finalista do programa 'The Voice' Pedro Lima.

SERVIÇO

18ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

Dia 4/5

Concentração às 10h no vão livre do MASP, na Avenida Paulista

Show de encerramento a partir das 18h, na Praça da República, com Wanessa e Pedro Lima

Credenciamento de imprensa:

- Para coletiva de imprensa, acesso a trios elétricos e palco do show de encerramento:

assessoria.imprensa@paradasp.org.br

- Para o Espaço Cidadania (camarote), da Prefeitura de São Paulo: sexta, dia 2, e sábado, dia 3, das 9h às 18h, no auditório da SMDHC (Rua Libero Badaró, 119, centro); no domingo, dia 4, a partir das 9h, na tenda instalada ao lado do Espaço Cidadania (Rua Peixoto Gomide com Avenida Paulista)

**Programação sujeita a alterações*

Folha n.º 92

Nº 2014 0.338.040.2

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

Coordenação de Políticas para



11/04/2014 16h19

SMDHC investe R\$ 2 milhões na realização da Parada do Orgulho LGBT, que acontece em 4 de maio

Recursos são direcionados principalmente para infraestrutura, segurança e atendimento de saúde. Neste ano, evento terá Sala de Situação e Gerenciamento de Crise, onde agentes de segurança, saúde, Corpo de Bombeiros e CET poderão monitorar todo o trajeto, por meio de 23 câmeras

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em contato conosco.

A Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), está investindo cerca de R\$ 2 milhões na realização da 18ª Parada do Orgulho LGBT, que acontecerá no dia 4 de maio, com o tema "País vencedor é país sem homofobia: chega de mortes! Criminalização já!". Os recursos são direcionados principalmente para a infraestrutura do evento, segurança e atendimento de saúde. "Tivemos uma experiência exitosa no ano passado e vamos repetir neste ano", disse Phamela Godoy, coordenadora-adjunta de Políticas para LGBT da SMDHC, em coletiva de imprensa realizada na quinta-feira, dia 10. Segundo a Associação da Parada do Orgulho LGBT de São Paulo, responsável pela organização do evento, o custo total deve ficar em torno de R\$ 3 milhões.

A novidade neste ano será a Sala de Situação e Gerenciamento de Crise. Nela, agentes das áreas de segurança, saúde, Corpo de Bombeiros e Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) poderão monitorar todo o evento, por meio de 23 câmeras. "Teremos condições de dar uma resposta rápida a possíveis ocorrências", disse Phamela. Além da Sala de Situação, haverá dois Postos de Comando (um no Parque Trianon e outro no recuo do Cemitério da Consolação), especificamente para o uso dos órgãos de segurança.

Phamela ainda anunciou que 1.009 agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) vão atuar na segurança, apoiados por 121 viaturas. Também comporão o aparato de segurança 1.487 policiais militares, apoiados por 494 viaturas. Com relação ao atendimento de saúde, a Parada deste ano terá o apoio de 28 ambulâncias, totalizando 142 leitos, além de 5 postos médicos. Em 2013, 87 pessoas precisaram ser removidas para hospitais e 712 foram atendidas pela estrutura fornecida no evento.

A coordenadora-adjunta da SMDHC lembrou que, em 2013, para além do investimento orçamentário, a Prefeitura e demais órgãos (municipais e estaduais) fortaleceram as ações de combate ao comércio de produtos ilegais e bebidas de procedência duvidosa. Foram apreendidos aproximadamente 17 mil produtos comercializados irregularmente, sendo a maioria cervejas, vinhos químicos e refrigerantes. Segundo Phamela, a apreensão desses itens teve incidência direta nos números de atendimento médico, com redução em 28% em relação a 2012, assim como nas infrações e crimes - foram registrados apenas 3 ocorrências por desacato, 28 ocorrências de furto, 9 ocorrências de roubo, 3 ocorrências de ato obsceno, 3 ocorrências de uso indevido de uniforme e 22 pessoas conduzidas a distritos policiais, com o registro de um flagrante de tentativa de furto e dois flagrantes de roubo, totalizando cinco pessoas presas por flagrante delito.

CÓPIA

Folha n.º	33
N.º	2014
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB

Folha n.º <u>94</u>	do Proc.
N.º <u>2014 0.338.040-2</u>	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 818.267-1 SMDHCIGAB
Ass. <u>[assinatura]</u>	

Coordenação de Políticas para



04/04/2014 10h49

Bolsistas do Programa Operação Trabalho (POT) assinam novo termo de adesão

Ação integra o Programa Transcidadania e prevê qualificação profissional, formação em direitos humanos e inclusão no mercado de trabalho para os integrantes da bolsa

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Aconteceu na quinta-feira, dia 3, a assinatura do novo termo de adesão ao Programa Operação Trabalho (POT) para a População de Travestis e Transexuais, realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo ((SDTE), que integra o Programa Transcidadania, cujas demais ações estão sendo finalizadas.

O novo termo do POT propõe a reestruturação da bolsa dos beneficiados, garantindo requalificação e capacitação profissionais, formação em direitos humanos e inclusão no mercado de trabalho.

Os valores atrasados referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março serão pagos pela SMDHC, corrigidos e atualizados. O coordenador de Políticas para LGBT da Secretaria, Alessandro Melchior, garantiu que o assunto é prioridade e que fará os pagamentos integrais das bolsas, de acordo com as atividades desenvolvidas. "Nós estamos trabalhando incansavelmente para regularizar a situação de cada bolsista, analisando os casos individualmente para realocá-los e integrá-los ao Programa Transcidadania."

No final do encontro de quinta-feira, as bolsistas presentes assinaram o termo de adesão ao POT e foram orientadas sobre o novo contrato.



CÓPIA

Coordenação de Políticas para



Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

30/01/2014 10h44

Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais é comemorado em São Paulo com garantia de direitos

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres lançaram campanha do uso do nome social

Acidade de São Paulo celebrou nesta quarta-feira, dia 29, o Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais, promovendo uma campanha que visa reconhecer direitos de travestis e transexuais, para ajudar a reduzir situações de vulnerabilidade e promover a cidadania.

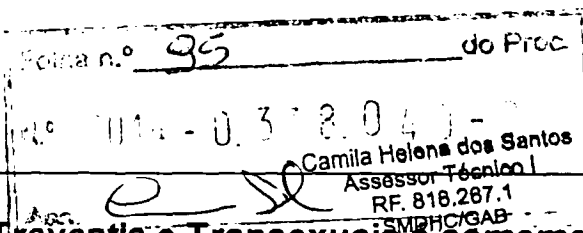
A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para LGBT, e a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres (SMPM), por meio da Assessoria de Mulheres LBT, iniciaram a campanha do uso do nome social, que garante a utilização do nome adotado por travestis e transexuais nos serviços municipais, no dia a dia. Prevista pelo Decreto Municipal nº 51.180/10, a Prefeitura determina que o nome que reflete a identidade de gênero da pessoa seja incluído em todos os registros da Cidade quando solicitado pelo (a) usuário (a) dos serviços públicos.

Durante a campanha, serão disponibilizados em diversos equipamentos públicos da Prefeitura, como unidades de saúde, escolas, CEUs, centros de referência em assistência social, entre outros, cartazes, banners e folders explicando o uso do nome social como um direito garantido no Município. Também haverá comunicação nas redes sociais. A campanha faz parte da estratégia de ações transversais de atendimento a esses públicos, que estão sendo elaborados no Programa Transcidadania, em parceria com outras secretarias.

Para o coordenador de Políticas para LGBT da SMDHC, Julian Rodrigues, "é preciso fortalecer todas as políticas de promoção da cidadania de pessoas travestis e transexuais". "Assegurar o direito ao nome social nos serviços públicos municipais é nossa prioridade", diz Julian.

O lançamento da campanha, com a apresentação das peças produzidas, aconteceu às 15h, no espaço de convivência do Centro de Referência e Defesa da Diversidade, situado na Rua Major Sertório 292/294, Vila Buarque.

CÓPIA



Coordenação de Políticas para



18/12/2013 15h45

Participe da consulta pública sobre o plano de saúde integral da população LGBT

Os interessados têm até o dia 17 de janeiro para enviar as suas sugestões. Entre as ações previstas, estão a formação de profissionais de saúde para o combate à homofobia

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A Secretaria Municipal de Saúde (SMS) iniciou nesta terça-feira, dia 17, uma consulta pública sobre o Plano Operativo Municipal de Saúde Integral da População LGBT, que trará para a Cidade a execução da Política Nacional de Saúde LGBT do Ministério da Saúde. São Paulo é o primeiro município brasileiro a adotar as diretrizes dessa política nacional.

A população tem até o dia 17 de janeiro para enviar as suas sugestões, que, após análise, poderão ser incorporadas ao Plano.

Clique aqui para participar

Desenvolvido pela SMS em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para LGBT, o Plano foi apresentado no dia 8 de novembro, durante o Seminário de Política de Saúde Integral para a População LGBT de São Paulo, que aconteceu na unidade da Universidade de Guarulhos localizada dentro do Shopping Light, no centro (leia mais).

Entre as ações previstas, estão a formação de profissionais de saúde para o combate à homofobia e a disponibilização da hormonioterapia para travestis e transexuais. As ações foram definidas pelo Grupo de Trabalho instituído pela SMS para a construção do programa, da qual a SMDHC faz parte.

Após a consulta pública, o Plano será apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, sendo publicado depois, via portaria.

CÓPIA

Folha n.º	26	do Proc.
N.º	2014 - 0.333.040 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/CAB	

Coordenação de Políticas para



14/11/2013 16h21

Escultura mobiliária do artista **Hugo França é entregue no Largo do Arouche**

Ação da Subprefeitura da Sé foi feita em parceria com a Coordenação de Políticas para LGBT da SMDHC, como parte do programa de requalificação do Largo, tradicional área de convivência da população LGBT na Cidade

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Por volta das 10h desta quinta-feira, dia 14, um grupo de crianças desenhava apoiando a folha de papel no robusto tronco de árvore colocado em pleno Largo do Arouche. A árvore era original da Praça Buenos Aires, em Higienópolis, até o dia em que caiu e foi então transformada em um curioso e confortável banco de praça, agora à disposição da comunidade que frequenta a região do Arouche. "É uma árvore que estava morta, tinha caído e agora é devolvida à rua com uma utilidade pública", define o designer Hugo França, autor da transformação.

Na ação da Subprefeitura da Sé, em parceria com a Coordenação de Políticas para LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Hugo França entregou para o Largo do Arouche dois bancos esculpidos em árvore, utilizando uma técnica que começou a ser desenvolvida no final da década de 1980. A motosserra, instrumento símbolo do corte predatório de florestas, nas mãos de Hugo França vira a ferramenta de trabalho que esculpe o que o artista define como "escultura mobiliária".

"Trabalho com resíduo florestal ou lenhoso urbano, árvores mortas que se transformam em peças dirigidas ao mercado de design-arte, um mercado recente no Brasil", explica França, que tem na cidade baiana de Trancoso o seu ateliê.



Com um acabamento em verniz e cera, ambas as árvores levaram cerca de um mês para serem transformadas em banco de praça. Na transformação, Hugo França destaca que a proposta é manter o máximo possível as características originais da árvore. Além dos dois charmosos bancos, a requalificação do Largo do Arouche entregue hoje à comunidade também incluiu melhorias na iluminação pública, o plantio de grama, de palmeiras, e em breve uma base móvel da Guarda Civil Metropolitana.

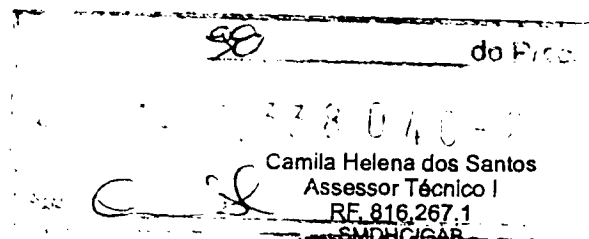
"As praças e parques de São Paulo há tempos passam por um processo de esvaziamento, deixando de ser atraentes e usadas pela comunidade. Precisamos mudar isto e voltar a ocupar os espaços públicos da cidade", afirmou Rogério Sottili, secretário de Direitos Humanos e Cidadania.

Junto às crianças, um grupo de idosos, empresários e comerciantes da região também marcou presença no local. Conhecido em São Paulo por ser uma tradicional área de convivência da população LGBT, a requalificação do Largo do Arouche faz parte do projeto de ocupação dos espaços públicos pela cidadania, desenvolvido pela SMDHC.

Tão logo terminaram os desenhos, as crianças penduraram suas ilustrações em um varal de corda atravessado na praça, balançando ao vento e atraindo o olhar de quem passava.

Fotos: Comunicação/SMDHC

CÓPIA



Coordenação de Políticas para



13/11/2013 22h20

Folha n.º 93 do Proc.

N.º 2014 0.338.040 - 2

Ass.

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I

SMDHC/GAB

Campanha pelo fim da violência contra mulheres e suas atividades para lésbicas, bissexuais e transexuais

Ações serão realizadas durante os 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, que acontecem simultaneamente em 130 países

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em contato conosco.

A Assessoria de Políticas LBT da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres organiza uma série de atividades durante a campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher em São Paulo, que acontece do dia 25 de novembro (Dia Internacional de Combate à Violência Contra as Mulheres) até o dia 10 de dezembro (Dia Internacional pelos Direitos Humanos).

Realizada simultaneamente em 130 países e integrada à campanha mundial das Nações Unidas Diga Não para a Violência contra as Mulheres, a ação 16 Dias de Ativismo busca um maior comprometimento por parte dos Estados na prevenção, punição e erradicação da violência contra mulheres e meninas.

Confira a seguir as atividades que serão realizadas pela Assessoria de Políticas LBT com foco na população de lésbicas, bissexuais e transexuais. Todas são gratuitas:

Dia 27/11

- Seminário de Políticas de Atenção e Prevenção à Violência Contra a Mulher no Serviço de Saúde

O evento começa no dia 26 (confira a programação completa) e, no dia 27, haverá a mesa 'Discriminação e violência contra mulheres negras, mulheres com deficiência, lésbicas e idosas. Como identificar e acolher nos serviços de saúde?'. Com a participação de Márcia Valéria Pereira, psicóloga e coordenadora da Casa da Helenira; Marianne Pinotti, secretária municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida; Guiomar Silva Lopes, coordenadora de Políticas para Idosos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Maria do Carmo Sales, do Comitê da Saúde da População Negra do Ministério da Saúde; Anna Paula Vencato, assessora LBT; Dora Simões, do IBDC Ativismo do Movimento de Mulheres com Deficiência e LGBT.

Faculdade de Saúde Pública (Auditório João Yunes)

Av. Doutor Arnaldo, 715, Clínicas

A partir das 14h

Inscrições: www.fsp.usp.br/eventos (a partir de 18/11)

CÓPIA

Dia 28/11

- Exibição do filme '4 Minas', seguida de bate-papo com a diretora do longa, Elisa Gargiulo, documentarista, cinegrafista, editora de vídeo, compositora e militante feminista; Phamela Godoy, coordenadora-adjunta de Políticas para LGBT da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; e Anna Paula Vencato, assessora LBT da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres.

Biblioteca Monteiro Lobato

Rua General Jardim, 485, Vila Buarque

Às 15h

Dia 1/12

- Oficina Feminista de Introdução às Tecnologias Audiovisuais: Empoderamento e Criatividade. Com: Elisa Gargiulo, documentarista, cinegrafista, editora de vídeo, compositora e militante feminista.

Galeria Olido

Avenida São João, 473

Das 14h às 17h

Inscrições pelo e-mail smpm@prefeitura.sp.gov.br

Número de vagas: 20 (prioridade para o público LBT)

Dia 4/12

- Exibição do filme 'Elvis e Madonna', seguida de bate-papo com Márcia Rocha, travesti, advogada integrante da Comissão da Diversidade Sexual e Combate à Homofobia da OAB/SP; e Anna Paula Vencato, assessora LBT.

Biblioteca Monteiro Lobato

Rua General Jardim, 485, Vila Buarque

Às 15h

Coordenação de Políticas para



Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar
Tel.: (11) 3113-9748
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

03/06/2013 13h22

17ª Parada do Orgulho LGBT de São Paulo

Folha n.º 10 do Proc.

N.º 2014 - 0.338.040 - 2

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RE 816.267/1
EMDHC/CAB

O evento contou com aporte financeiro da Prefeitura de São Paulo estimado em R\$ 1,6 milhão cobrindo show de abertura da cantora Daniela Mercury, e show de encerramento, que não ocorria desde 2003, com participação da cantora Mariane de Castro e da vencedora do programa The Voice, Ellen Oléria, na Praça da República

A cidade de São Paulo recebeu neste domingo (2) a 17ª Parada do Orgulho Gay, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), o maior evento deste tipo do mundo. Os trios elétricos e o público percorreram a partir das 12h30 a avenida Paulista e a rua da Consolação, até a praça da República, onde foi realizado o show de encerramento. A Parada, que recebe apoio da Prefeitura de São Paulo, recebeu cerca de 1,5 milhão de pessoas este ano, segundo a PM.

Este ano, o tema escolhido pela organização do evento foi "Para o armário nunca mais! União e conscientização na luta contra a homofobia". Segundo Fernando Quaresma, presidente da APOGLBT (Associação da Parada do Orgulho Gay, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), nos últimos 20 anos mais de 3 mil pessoas foram assassinadas devido à homofobia. Entre 2011 e 2012, a quantidade de denúncias contra LGBTs aumentou 300%.

Para o prefeito Fernando Haddad, o evento chama a atenção para a necessidade de garantia dos direitos civis de toda a população. Para combater as violações de direitos na cidade, Haddad apontou a importância decisiva de atuar contra o preconceito nas escolas. "A prefeitura de São Paulo mantém programas de combate à intolerância nas escolas. Este tema tem um recorte transversal, é tratado pelos professores em várias matérias e combate todo e qualquer tipo de intolerância, que muitas vezes é causa inclusive de evasão escolar", disse o prefeito.

Após a coletiva de imprensa, o prefeito Fernando Haddad participou da abertura do evento no trio elétrico oficial da APOGLBT. No total, participaram da Parada quase 20 carros de som. O show de encerramento, que não era realizado desde 2003, acontece na dispersão do evento, na Praça da República. Foram realizadas apresentações da vencedora do programa The Voice Brasil, Ellen Oléria, e da cantora Mariane de Castro.

Adaptado de SECOM (link da página, clique aqui)

CÓPIA

Entrevistas

1) **Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili:** Confira entrevistas cedidas pelo Secretário à Rádio CBN São Paulo um dia antes da Parada Gay, clicando nos links: 01 e 02.

Aspas

1) **Geraldo Alckmin.** A promoção da justiça e da convivência harmoniosa na diversidade também foi destacada pelo governador do Estado de São Paulo. "A luta pela diversidade é de todos porque todos nós queremos conviver melhor em sociedade", afirmou Alckmin. (Fonte: SECOM)

2) **Fernando Haddad.** "A Parada LGBT tem este sentido maior, de abertura, em torno da paz, do convívio harmonioso, da lembrança de toda e qualquer forma de perseguição. Na verdade, este evento cívico é de luta pelos direitos civis, de luta pelas liberdades, que é uma luta de todos por uma convivência pacífica, na cidade, no Brasil e no mundo", afirmou Haddad, durante coletiva de imprensa realizada nesta manhã. (Fonte: SECOM)

3) **Rogério Sottili.** O Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania lembrou que a parada também traz o significado de que a cidade não pode mais tolerar qualquer tipo de violência ou abusos de direitos. "A Parada LGBT tem três sentidos muito importantes: o primeiro é a afirmação de direitos, da diversidade, da expressão da livre orientação da sexualidade. O segundo é o sentido da negação da violência, da discriminação, da exploração. E a terceira é a celebração da conquista do direito de casamento civil de pessoas do mesmo sexo", disse Sottili. (Fonte: SECOM)

4) **Netinho de Paula.** Secretário para a Promoção da Igualdade Racial, Netinho de Paula também compareceu ao evento. "Esse tipo de manifestação representa dizer que a nossa cidade e o nosso país não aceita desigualdade, não aceita separação e nenhum tipo de discriminação", afirmou. (Fonte: SECOM)

5) **Julian Rodrigues.** Coordenador de Assuntos da Diversidade Sexual da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Julian Rodrigues explica que a ideia é destacar que a luta por direitos e a visibilidade e orgulho LGBT vieram pra ficar. "É uma resposta à onda conservadora e homofóbica que recrudesce nos últimos anos. O fundamental é que a Parada seja um evento de cidadania, de afirmação dos direitos humanos. É uma manifestação da diversidade, da pluralidade, da democracia. São Paulo abraçou a Parada, que é hoje um dos ícones da cidade e a maior do mundo", completou. (Fonte: Marcela Fonseca - Jornal Metrô News)



6) **Nelson Matias.** Segundo o diretor-executivo da Associação Parada do Orgulho LGBT (Apoglb), Nelson Matias, a Parada Gay acontece em clima de festa e protesto. "A Parada tem a função de festejar o orgulho de ser gay. Esse é um recado para os conservadores que querem nos colocar outra vez no armário. É um evento festivo sim, mas ela é também reivindicatória", disse ele referindo-se à pauta colocada em votação na Comissão dos Direitos Humanos da Câmara pelo deputado federal e pastor Marco Feliciano (PSC-SP), que propõe a "cura gay". "Feliciano é só a ponta do iceberg. E essa é uma discussão que permeia a manifestação", comentou. (Fonte: *Marcela Fonseca - Jornal Metrô News*)

7) **Fernando Quaresma.** "Fazemos uma manifestação social com mais de três milhões de pessoas de forma pacífica e alegre. A parada não é um carnaval fora de época, mas sim o maior movimento de visibilidade de uma parcela da comunidade que sofre diariamente de preconceito, discriminação, violência, ódio e intolerância", explicou Quaresma. (Fonte: SECOM)

8) **Daniela Mercury.** A cantora Daniela Mercury, que cantou o Hino Nacional na abertura da Parada, concedeu entrevista para alguns portais na última sexta-feira, dia 17 de maio, e pediu que a homofobia se torne crime: "Agente tem um autoritarismo ainda muito forte no Brasil, as pessoas se acham no direito de dizerem para os outros o que elas devem ou não devem ser. A questão não é a homofobia em si. Homofobia é desprezível, é nojenta. Faz parte, talvez, de um mal estar com sua própria sexualidade. Eu acredito que as pessoas homofóbicas não têm compreensão de si, de sua integridade moral como seres humanos. E para os homofóbicos, cadeia!" (Fonte: *MixBrasil*)

9) **Silvetty Montilla.** "Este já é o 9º ano que participo e a Parada é uma conquista de direito, espaço e na redução do preconceito para termos um mundo mais homogêneo", afirmou o manifestante Amir Cardoso. "Independente da chuva as pessoas estão aí e temos que fazer uma festa maravilhosa para a cidade de São Paulo", disse a drag queen Silvetty Montilla. (Fonte: SECOM)

10) **Cássio dos Santos.** "Acada ano o movimento ganha mais força e assim conseguimos cada vez mais exercer o nosso papel como cidadão. Nós temos os nossos direitos e vir aqui prestigiar esse lindo evento é poder fazer parte da nossa história", destacou Cássio dos Santos. (Fonte: SECOM)

CÓPIA

Folha n.º	101	do Proc.
N.º	2014 0 33 2 U 1 0 - 2	
		Camila Helena dos Santos
Ass.		Assessor Técnico I
		RF. 816.267.1
		GMDHC/GAB

São Paulo, 16 de dezembro de 2014

Ofício BA/SMDHC – 95.2014.12.16

Assunto: Requerimento solicitando informações à SMDHC sobre meta 62 – Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos

Ref.: requerimento 117/2014 – Vereador Mario Covas Neto

Prezado Sr. Chefe de Gabinete,

CÓPIA

Em resposta ao ofício em epígrafe, informamos que:

A atuação da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) dá-se pela articulação e a gestão transversal das políticas de direitos humanos e participação social como método de gestão no âmbito do poder público municipal. Nesta perspectiva, o Balcão de Atendimento em Direitos Humanos já atua no registro, encaminhamento e monitoramento das violações de direitos humanos perante os órgãos competentes para a solução das demandas que lhe são apresentadas.

A Ouvidoria Municipal de Direitos Humanos será um equipamento ligado a SMDHC para recebimento, registro e acompanhamento de denúncias de violações de direitos humanos ocorridas na Cidade de São Paulo, contará com serviço telefônico gratuito e serviço de atendimento presencial com equipe interdisciplinar. A entrega da meta está prevista para 2015.

Atualmente o projeto passa por validação no âmbito do governo e mobilizações junto à sociedade civil.

Sendo o que apresenta para o momento, o Balcão de Atendimento aguarda futura provocação e permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos futuros e renova a V.Sª os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.


Letícia Zavitoski Malavolta
Coordenadora
Balcão de Atendimento/SMDHC

A/C

Ilmo. Sr. Chefe de Gabinete Giordano Magri
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Rua Libero Badaró, 119 – Centro. São Paulo – SP

Do Processo n. 2014-0.338.040-2

Elm 209

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

INTERESSADO: Câmara Municipal de São Paulo

ASSUNTO: Atividades de Educação em Direitos Humanos

**PREZADO SENHOR,
GIORDANO MAGRI
Chefe de Gabinete**

CÓPIA

Diante da solicitação contida no Requerimento n. 118/ 2014, da Comissão de Administração Pública, da Câmara Municipal de São Paulo, solicitam-se informações relativas à Meta 63, no período de 2013 e 2014.

Considerando as informações solicitadas, vem-se responder às solicitações de forma pontual e específica, de acordo com os dados abaixo:

1) Foi implementada a Educação em Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino?

- a Educação em Direitos Humanos está em processo de implementação, na medida em que envolve inúmeros serviços, atividades e projetos em pleno estado de execução;

- foi criado o Grupo de Trabalho Intersecretarial de Educação em Direitos Humanos (GT I EDH), com integrantes da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, que tem se reunido com regularidade;

- foi criado o Núcleo de Educação em Direitos Humanos da Rede Municipal de Ensino, ligado ao GT I EDH, com a finalidade de aproximação dos trabalhos de Educação em Direitos Humanos com as 13 Diretorias Regionais de Ensino, contando com integrantes da SME, da SMDHC e 2 membros de cada uma das 13 DREs, que tem se reunido com regularidade;

- foi realizada a experiência protagonista do 1º. Seminário Municipal de Educação em Direitos Humanos, em conjunto com a Rede Municipal de Ensino, contando com uma programação com especialistas os mais renomados, que puderam construir conhecimento e participar ativamente com a contribuição formativa da proposta do evento;

- a produção de materiais, a criação do prêmio, a realização de atividades formativas, as atividades de diálogo com a Rede Municipal de Ensino estão em pleno processo de implementação, envolvendo inúmeras etapas.

CÓPIA

2) Quantos profissionais da educação foram formados?

- estima-se que cerca de 800 profissionais da educação tenham sido formados até o momento, em várias iniciativas de formação da SMDHC;

- considera-se através da ampliação da oferta de cursos para os próximos 2 (dois) anos, em função dos resultados esperados de cursos via MEC/ UFABC e MEC/ UNIFESP, cujas vagas acabam de ser abertas (1.600 vagas abertas em 14 CEUs da Cidade de São Paulo, para 2015, via UNIFESP; e, 1000 vagas abertas em 10 CEUs da Cidade de São Paulo, para 2015, via UFABC), como se pode consultar do site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/noticias/?p=183133).

3) Quantos Prêmios foram realizados?

- já foram realizadas 2 (duas) edições do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, nos termos do Edital e de seu Regulamento, na medida em que o Prêmio é anual, e visa contemplar experiências passadas ou em curso na Rede Municipal de Ensino, com projetos que contemplam Unidades Educacionais, Professores, Estudantes e Grêmios Estudantis;

- até o final da gestão serão realizadas mais 2 (duas) edições, totalizando 4 (quatro) edições;

- neste contexto, foram premiados 8 projetos e 14 menções honrosas, na edição de 2013, distribuindo-se prêmios no valor de R\$27.500,00, e, foram premiados 12 projetos e 4 menções honrosas, na edição de 2014, distribuindo-se prêmios totais no valor de R\$33.300,00, totalizando-se, até o presente momento, 36 projetos agraciados com as 2 primeiras edições do Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, com um investimento de recursos diretos em premiações no total de R\$60.800,00 de recursos públicos municipais, visando o incentivo à qualidade de ensino na Rede, à multiplicação de iniciativas de educação em direitos humanos e em temas da cidadania, fortalecendo a lógica da qualidade social da educação municipal, e, aos poucos, consolidando o Prêmio como uma referência na cultura de trabalhos, iniciativas e projetos da Rede Municipal de Ensino.

CÓPIA

4) Quantos Centros de Educação em Direitos Humanos estão em funcionamento?

- estão em funcionamento 04 (quatro) CEDH, distribuídos em territórios estratégicos da Cidade de São Paulo, visando fomentar a educação em direitos humanos na Rede Municipal de Ensino de modo a que consolide como política pública(http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/edh/noticias/?p=180904);

- cada CEDH cobre uma macro-região da Cidade de São Paulo, por isso, em parceria com a SME, a SMDHC identificou 4 pólos de disseminação da Educação em Direitos Humanos (CEU JARDIM PAULISTANO, na ZONA NORTE; CEU PERA MARMELO, na ZONA OESTE; CEU CASA BLANCA, na ZONA SUL; CEU SÃO RAFAEL, na ZONA LESTE), que funcionam como centros de referência e pontos de apoio nos territórios da Cidade de São Paulo, a todos os interessados em formação, pesquisa, estudo, diálogo e produção de projetos em temas de direitos humanos;

- cada CEDH está estruturado na base de pilares de trabalho que envolvem: biblioteca de referência; articulação entre escola e comunidade; formação de profissionais da educação; produção de materiais; projeto político-pedagógico. Estas etapas internas do projeto estão em fase de implementação, na dependência de

licitações, prazos administrativos, aquisição de serviços, contratações de pessoas jurídicas especializadas;

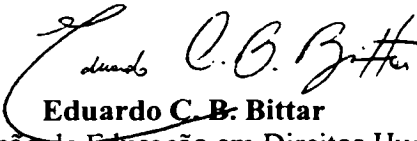
- cada CEDH está sendo considerado uma experiência-piloto no Município de São Paulo, e, sua metodologia de implantação está obedecendo a critérios de participação democrática em sua arquitetura interna, funcionando através do Grupo de Trabalho Central (GT Central) e dos Grupos de Trabalho Locais (GTs Locais, em cada Unidade), sabendo-se que as reuniões de implementação da políticas em todas as instâncias tem se realizado com regularidade;

CÓPIA

- as etapas de construção do projeto e diálogo para a construção da proposta foram vencidas em 2013, e, em 2014, foram vencidas as etapas de divulgação do projeto, em evento ocorrido em abril.2014, com a presença da Ministra Idelli Salvati, em nome da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, e os Secretários Municipais co-responsáveis pela proposta, e as etapas de implantação e inauguração locais, em cada uma das Unidades, ocorridas em 24.09.2014 (CEU São Rafael), em 03.11.2014 (CEU Pera Marmelo), em 17.11.2014 (CEU Jardim Paulistano), em 29.10.2014 (CEU Casa Blanca);

- as próximas etapas envolvem a consolidação do calendário de atividades, o início do processo de produção de insumos da articulação, a doação de acervos para as bibliotecas, formação de bibliotecários especializados, a impressão de materiais didáticos originais produzidos em conjunto pelos educadores da Rede Municipal de Ensino, a divulgação de livros e acervos específicos em temas relevantes de Educação em Direitos Humanos, a modificação da matriz curricular das Unidades envolvidas, visando a construção de currículos de referência em questões de cidadania.

São Paulo, 15 de dezembro de 2014.


Eduardo C. B. Bittar
Coordenação de Educação em Direitos Humanos

[illegible][illegible][illegible][illegible]

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETARIO

EDITAL DE CONCURSO Nº 001

PROCESSO N. 2014-0.007.144-6

O Primeiro Manualizado de Educação em Direitos Humanos ocorreu anualmente na cidade de São Paulo, em 2010, com o tema "Educação em Direitos Humanos: o desafio de construir sociedades mais justas e sustentáveis". Desde então, o Manualizado de Educação em Direitos Humanos vem sendo atualizado e lançado anualmente em diferentes cidades brasileiras, com o objetivo de promover a educação em direitos humanos e a cultura de cidadania e desenvolvimento sustentável.

REGULAMENTO DO PRÊMIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS 2014.
Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos
2014

DA CAPACIDADE E CATEGORIAS
Art. 4º O Primeiro Municipal de Educação em Direitos Humanos é de abrangência municipal.
Art. 5º O Primeiro Municipal de Educação em Direitos Humanos será concedido nas seguintes categorias:
I - Categoria 01 - Unidades Educacionais;

1.5° Podem inscrever-se na Categoria 02 os Professores de modelagem curricular, projetos criativos, organização de eventos, organização de eventos, publicação de estudos e pesquisas, formação pós-graduada.

[illegible]

39. A respeito da análise estatística dos dados coletados em um determinado experimento, considere as seguintes afirmações:

I. O teste de hipóteses de Fisher-Snedecor é utilizado para verificar se há diferença significativa entre as médias de dois grupos.

II. O teste de hipóteses de Fisher-Snedecor é utilizado para verificar se há diferença significativa entre as variâncias de dois grupos.

III. O teste de hipóteses de Fisher-Snedecor é utilizado para verificar se há diferença significativa entre as médias de mais de dois grupos.

IV. O teste de hipóteses de Fisher-Snedecor é utilizado para verificar se há diferença significativa entre as variâncias de mais de dois grupos.

Assinale a alternativa correta:

a) I e II.

b) I e III.

c) I e IV.

d) II e III.

e) II e IV.

§ 2º Os primeiros inscritos na Colômbia III deverão vir

§ 2º Será considerado como data de inscrição a data do envio pela internet.

§ 3º Não serão aceitas inscrições após o prazo estipulado no Edital desta etapa.

§ 4º A Comissão Organizadora não se responsabilizará por inscrições não recebidas no prazo previsto no art. 12, por motivo de força maior.

V. Perspectivas de continuidade e sustentabilidade do trabalho.

contínuo, envolvendo controle no campo das áreas, a fim de evitar a ocorrência de doenças e pragas, podendo ser enviados materiais como epiphyta, bichos, insetos, plantas, vidros, vidros, grãos, etc., para análise, desde que devidamente acondicionados e identificados, e com o envio de uma declaração no "F. 14". Os materiais devem ser enviados no momento das inspeções, ou a pedido do Comissário Operacional.

Capítulo V
Art. 1º (F. 15) (F. 16) (F. 17) (F. 18) (F. 19) (F. 20)
Art. 2º (F. 21) (F. 22) (F. 23) (F. 24) (F. 25) (F. 26) (F. 27) (F. 28) (F. 29) (F. 30)
Art. 3º (F. 31) (F. 32) (F. 33) (F. 34) (F. 35) (F. 36) (F. 37) (F. 38) (F. 39) (F. 40)
Art. 4º (F. 41) (F. 42) (F. 43) (F. 44) (F. 45) (F. 46) (F. 47) (F. 48) (F. 49) (F. 50)
Art. 5º (F. 51) (F. 52) (F. 53) (F. 54) (F. 55) (F. 56) (F. 57) (F. 58) (F. 59) (F. 60)
Art. 6º (F. 61) (F. 62) (F. 63) (F. 64) (F. 65) (F. 66) (F. 67) (F. 68) (F. 69) (F. 70)
Art. 7º (F. 71) (F. 72) (F. 73) (F. 74) (F. 75) (F. 76) (F. 77) (F. 78) (F. 79) (F. 80)
Art. 8º (F. 81) (F. 82) (F. 83) (F. 84) (F. 85) (F. 86) (F. 87) (F. 88) (F. 89) (F. 90)
Art. 9º (F. 91) (F. 92) (F. 93) (F. 94) (F. 95) (F. 96) (F. 97) (F. 98) (F. 99) (F. 100)
Art. 10º (F. 101) (F. 102) (F. 103) (F. 104) (F. 105) (F. 106) (F. 107) (F. 108) (F. 109) (F. 110)
Art. 11º (F. 111) (F. 112) (F. 113) (F. 114) (F. 115) (F. 116) (F. 117) (F. 118) (F. 119) (F. 120)
Art. 12º (F. 121) (F. 122) (F. 123) (F. 124) (F. 125) (F. 126) (F. 127) (F. 128) (F. 129) (F. 130)
Art. 13º (F. 131) (F. 132) (F. 133) (F. 134) (F. 135) (F. 136) (F. 137) (F. 138) (F. 139) (F. 140)
Art. 14º (F. 141) (F. 142) (F. 143) (F. 144) (F. 145) (F. 146) (F. 147) (F. 148) (F. 149) (F. 150)
Art. 15º (F. 151) (F. 152) (F. 153) (F. 154) (F. 155) (F. 156) (F. 157) (F. 158) (F. 159) (F. 160)
Art. 16º (F. 161) (F. 162) (F. 163) (F. 164) (F. 165) (F. 166) (F. 167) (F. 168) (F. 169) (F. 170)
Art. 17º (F. 171) (F. 172) (F. 173) (F. 174) (F. 175) (F. 176) (F. 177) (F. 178) (F. 179) (F. 180)
Art. 18º (F. 181) (F. 182) (F. 183) (F. 184) (F. 185) (F. 186) (F. 187) (F. 188) (F. 189) (F. 190)
Art. 19º (F. 191) (F. 192) (F. 193) (F. 194) (F. 195) (F. 196) (F. 197) (F. 198) (F. 199) (F. 200)
Art. 20º (F. 201) (F. 202) (F. 203) (F. 204) (F. 205) (F. 206) (F. 207) (F. 208) (F. 209) (F. 210)
Art. 21º (F. 211) (F. 212) (F. 213) (F. 214) (F. 215) (F. 216) (F. 217) (F. 218) (F. 219) (F. 220)
Art. 22º (F. 221) (F. 222) (F. 223) (F. 224) (F. 225) (F. 226) (F. 227) (F. 228) (F. 229) (F. 230)
Art. 23º (F. 231) (F. 232) (F. 233) (F. 234) (F. 235) (F. 236) (F. 237) (F. 238) (F. 239) (F. 240)
Art. 24º (F. 241) (F. 242) (F. 243) (F. 244) (F. 245) (F. 246) (F. 247) (F. 248) (F. 249) (F. 250)
Art. 25º (F. 251) (F. 252) (F. 253) (F. 254) (F. 255) (F. 256) (F. 257) (F. 258) (F. 259) (F. 260)
Art. 26º (F. 261) (F. 262) (F. 263) (F. 264) (F. 265) (F. 266) (F. 267) (F. 268) (F. 269) (F. 270)
Art. 27º (F. 271) (F. 272) (F. 273) (F. 274) (F. 275) (F. 276) (F. 277) (F. 278) (F. 279) (F. 280)
Art. 28º (F. 281) (F. 282) (F. 283) (F. 284) (F. 285) (F. 286) (F. 287) (F. 288) (F. 289) (F. 290)
Art. 29º (F. 291) (F. 292) (F. 293) (F. 294) (F. 295) (F. 296) (F. 297) (F. 298) (F. 299) (F. 300)
Art. 30º (F. 301) (F. 302) (F. 303) (F. 304) (F. 305) (F. 306) (F. 307) (F. 308) (F. 309) (F. 310)
Art. 31º (F. 311) (F. 312) (F. 313) (F. 314) (F. 315) (F. 316) (F. 317) (F. 318) (F. 319) (F. 320)
Art. 32º (F. 321) (F. 322) (F. 323) (F. 324) (F. 325) (F. 326) (F. 327) (F. 328) (F. 329) (F. 330)
Art. 33º (F. 331) (F. 332) (F. 333) (F. 334) (F. 335) (F. 336) (F. 337) (F. 338) (F. 339) (F. 340)
Art. 34º (F. 341) (F. 342) (F. 343) (F. 344) (F. 345) (F. 346) (F. 347) (F. 348) (F. 349) (F. 350)
Art. 35º (F. 351) (F. 352) (F. 353) (F. 354) (F. 355) (F. 356) (F. 357) (F. 358) (F. 359) (F. 360)
Art. 36º (F. 361) (F. 362) (F. 363) (F. 364) (F. 365) (F. 366) (F. 367) (F. 368) (F. 369) (F. 370)
Art. 37º (F. 371) (F. 372) (F. 373) (F. 374) (F. 375) (F. 376) (F. 377) (F. 378) (F. 379) (F. 380)
Art. 38º (F. 381) (F. 382) (F. 383) (F. 384) (F. 385) (F. 386) (F. 387) (F. 388) (F. 389) (F. 390)
Art. 39º (F. 391) (F. 392) (F. 393) (F. 394) (F. 395) (F. 396) (F. 397) (F. 398) (F. 399) (F. 400)
Art. 40º (F. 401) (F. 402) (F. 403) (F. 404) (F. 405) (F. 406) (F. 407) (F. 408) (F. 409) (F. 410)
Art. 41º (F. 411) (F. 412) (F. 413) (F. 414) (F. 415) (F. 416) (F. 417) (F. 418) (F. 419) (F. 420)
Art. 42º (F. 421) (F. 422) (F. 423) (F. 424) (F. 425) (F. 426) (F. 427) (F. 428) (F. 429) (F. 430)
Art. 43º (F. 431) (F. 432) (F. 433) (F. 434) (F. 435) (F. 436) (F. 437) (F. 438) (F. 439) (F. 440)
Art. 44º (F. 441) (F. 442) (F. 443) (F. 444) (F. 445) (F. 446) (F. 447) (F. 448) (F. 449) (F. 450)
Art. 45º (F. 451) (F. 452) (F. 453) (F. 454) (F. 455) (F. 456) (

[illegible]

Art. 19 A premiação terá caráter educativo e cultural, consistindo na doação de um kit de livros relativos às temáticas de direitos humanos, na concessão de certificação, no comitê de premiação do trabalho em eventos promovidos pela Secretaria municipal da educação do trabalho e da inserção social.

§ 5º Os indicadores de Menção Honrosa receberam carência de 3 anos para serem colocados no Cargos D3 recebendo o valor de R\$ 3.000,00, até segunda colocação de Menção D2 recebendo o prêmio no valor de R\$ 1.000,00, até terceira colocação de Cargos D3 recebendo o prêmio no valor de R\$ 800,00.

Arts. 22 Os nomes dos/as 1º, 2º, e 3º colocados/as de cada Categoria, e respectivas Menções Honoríficas, serão divulgados em cerimônia de entrega do Prêmio Municipal de Educação em Honras à Memória.

[illegible]

PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

DEPARTAMENTO DE SAÚDE DO SE RIVERO DESS... são à Praça
Parque, 100, 1º andar, no horário de 9 às 13 horas para traba-
de alunos referentes ao exame médico pré-admissional em
grau de RECLAMAR. Não são competentes os prazos de 03
dias úteis a partir do dia da última publicação, o mesmo

NAME	PH	MO
ANDER LAM CONRAD	PH 159	MO 145949
ANDERSON BERTIE E ABLE	PH 159	MO 158114
COLE FERNAN DONNA	SEC 6000A	MO 159274
BEETLE HAROLD EUGENE BRADY	PH 159	MO 158447
BEAULZARD DONALD	PH 159	MO 158514
BEAULZARD DONALD	PH 159	MO 159264

DEFIRO o pedido de Prorrogação de Prazo, no campo de
Professor de Ensino Fundamental II e Matemática, bem como do
parágrafo 1º, do artigo 125 da Lei 14.660/07 de:
Nome RG Data de Cadastro
Rita de Cássia Soares da Silva 28/05/2011

[illegible]

SEGURANÇA URBANA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO

2013-0.201.597-0 - Gilberto Lopes Porto - RF 604.973.300
- Pedido de reconsideração - A vista dos elementos que instruem os processos nº 2012-0.118.633-8 e 2013-0.201.597-0 e diante da manifestação da Assessoria Jurídica, que acolhe com razão de decidir, recai, porém, NÃO COMEÇO do pedido de reconsideração interposto por Gilberto Lopes Porto - RF nº 604.973.300, uma vez que não foram trazidos os autos fatis, os prazos legais que possam modificar a decisão ora impugnada, consoante a exigência prevista no art. 176, II, da Lei nº 896/79, etc art. 142, parágrafo único, da Lei nº 13.330/03.

2013-0.000.730-0 - SMSU/GUARDA CIVIL METROPOLITANA - Base de Bens Patrimoniais Móveis - A Vista dos elementos constantes no presente, em especial as manifestações da fls. 56/55, com base na competência que me foi atribuída pela fls. 13.396, de 26 de julho de 2002, e, ainda, nos termos da Decretos 53.444/2012, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a base de 01 (uma) Arma, marca Rossi, calibre 38, número de série: E141834, com 06 munições marca CBC-AED57, por se tratar de bens roubados e recuperados.

2013-0.233.072-4 - Joo Paço de Lima - Afastamento para participação do Evento "IDM" 7º International Disaster Management Exhibition, no período de 28 a 30 de agosto de 2013, em Istambul na Turquia. - I - Em face dos elementos constantes no presente, especialmente os documentos de fls. 02 a 12, AUTORIZO o afastamento de servidor Joo Paço de Lima RF 749.297.8, para participar sem prejuízo de vencimentos, direitos e vantagens do cargo que titulariza e com ônus para a Municipalidade de São Paulo, da Evento "IDM" 7º International Disaster Management Exhibition, no período de 28 a 30 de agosto de 2013, em Istambul na Turquia. - II - AUTORIZO, ainda, com base na Anexo I combinado com o parágrafo 3º, inciso III de art. 2º do Dec. 48.744/07, a concessão de (03) diárias, proporcionalmente, no valor de US \$118,00 (cento e dez dólares) cada, totalizando um valor de US \$354,00 (trezentos e cinquenta e quatro dólares), para cobertura de despesas relativas à alimentação e transporte interno. - III - Observo, outrossim, que o servidor deverá apresentar no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reassunção ao serviço, comprovante de participação e relatório das atividades desenvolvidas nesse data, acompanhado de manifestação de Chefia imediata, fazendo-a a teor do disposto no artigo 5º do Decreto 48.743/07.

2013-0.201.498-2 - SMSU - Justificativa de Afastamento de servidor Almar Daniel Dias. - Em face dos elementos de conexão constantes no presente processo, em especial os documentos de fls. 12 a 30, que se referem à documentação comprobatória de participação e relatório de atividades, com fundamento nas disposições inseridas no Decreto 48.743/07, CONSIDERO JUSTIFICADO o afastamento do servidor Almar Daniel Dias RF 580.246.6, que sem prejuízo de vencimentos, direitos e demais vantagens do cargo que titulariza e sem ônus para a Municipalidade, participou do "II Encontro de Áreas Educativas" e "V Encontro de Tutores Mestres de Rede EAD - SENASP", no período de 23 a 26/07/2013, na Cidade de Brasília/DF.

COMUNICAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

2011-0.291.215-4 - SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO - CONTRATO 006/SECOM/2012 e CONTRATO 007/SECOM/2013 - Serviços da Publicidade.
I. No exercício das atribuições a mim conferidas por Lei, a vista dos elementos constantes do processo e das manifestações da Contadoria e da Assessoria Jurídica desta Pasta,

que acolhe, AUTORIZO, observadas as formalidades legais e cautelas de estilo, a emissão de Nota de Empenho em favor da empresa NOVA S/B COMUNICAÇÃO LTDA. - CNPJ 57.118.929/0001-37, ante a vigência contratual e a Nota de Reserva com Transferência de R\$ 3605, sob o nº 48.583 emitida em 08/08/2013.

II. Encaminhe-se em seguida à SECOM/Contabilidade para emissão de Nota de Empenho em favor da empresa NOVA S/B COMUNICAÇÃO LTDA. - CNPJ 57.118.929/0001-37 no importe de R\$2.850.000,00 (Dois milhões oitocentos e cinquenta mil reais), nos termos da Nota de Reserva supra, que onerará a dotação orçamentária 94.10.101.331.2920.0.052.3.30.39.00.00.

III. Por conseguinte e, ante as necessidades apontadas nos autos AUTORIZO o cancelamento parcial de empenho nº 61.777/2013 no importe de R\$ 2.200.000,00 (Dois milhões e duzentos mil reais) outrossim emitida em favor da Contratada NOVA S/B COMUNICAÇÃO LTDA. - CNPJ 57.118.929/0001-37, bem como o novo empenhamento do mesmo valor em favor de Contratada LIMA BRANCA PROPAGANDA LTDA. - inscrita no CNPJ sob nº 05.916.755/0001-54, para adimplemento das obrigações assumidas pela Pasta, a qual onerará a dotação 11.1.2.4.131.2920.0.052.33.30.39.00.00.

N.Publicuem-se.

DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

GABINETE DO SECRETÁRIO

DESPACHO PROCESSO Nº 2013-0.225.607-2

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC - 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos 2013 - Edital de Concurso nº 002/SMDHC/2013.

I - Diante dos elementos que instruem o presente, notadamente as manifestações da Assessoria Jurídica de fls. 14/17 e 41, e em face da competência delegada pelo art. 3º, inciso I da Portaria nº 45/SMDHC/2013, APROVO a minuta de edital juntado à fls.32/40 e, por conseguinte, AUTORIZO, a abertura de concurso denominado "1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos 2013" com fundamento no artigo art. 22, IV, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93 e Lei Municipal nº 13.278/2002, que premeia, no valor total de em R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais) onerará a dotação orçamentária nº 34.10.14.422.116.0.401.3.3.031.0.0.00, constante reserva de fls. 30.

2 - Autorizo a divulgação do edital de abertura e do respectivo Edital.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E FEDERATIVAS

GABINETE DO SECRETÁRIO

DO PROCESSO Nº 2013-0.233.098-1

INTERESSADO: Mario Wilson Pedreira Real - RF 600.592.8

ASSUNTO: Pedido de afastamento para participar de reunião no interesse da Administração.

I - Em face das informações constantes no presente expediente, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.743/07, e afastamento do servidor MARIO WILSON PEDREIRA REAL - RF 600.592.8, Assessor Especial, ref. DAS-15, da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, no período de 18 a 20 de agosto de 2013, para, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo que titulariza e com ônus para a Municipalidade de São Paulo, empreender viagem à cidade de Brasília, DF, com o objetivo de participar do 3º Reunido para dialogar sobre o Pacto de Mobilidade Urbana, conforme convite de fls. 03.

II - Na conformidade do que dispõe o Decreto nº 48.744/2007 e Portaria SF nº 46/2013, CONCEDO, 02 (duas) diárias no valor de R\$566,50 (quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno, onerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas.

III - Observo, outrossim, que o servidor deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reassunção ao serviço, comprovante de participação no evento, subscrito pelos organizadores, e o respectivo relatório das atividades desenvolvidas no período acima, acompanhado de manifestação da Chefia imediata, fazendo-a a teor do disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.743/07.

DO PROCESSO Nº 2013-0.233.105-8

INTERESSADO: MARIO WILSON PEDREIRA REAL - RF 600.592.8

ASSUNTO: Afastamento para viagem temporária de serviço no interesse da Administração.

I - A vista dos elementos que instruem o processo nº 2013-0.233.105-8 e nos termos do Decreto nº 23.639/87, do art. 6º, VI, art. 2º da Lei nº 10.513/04, do Decreto nº 48.592/07, do Decreto nº 48.743/07, do Decreto nº 48.744/07, da Portaria SF nº 46/2013 e de Portaria SF nº 151/12, AUTORIZO.

1 - A emissão das notas de reserva, empenho ordinário e liquidação no valor de R\$ 1.133,00 (um mil, cento e trinta e três reais), que onerará a dotação 31.10.07.122.2610.8180.33901.400.00, por meio de adiantamento em nome do servidor MARIO WILSON PEDREIRA REAL, RF 600.592.8, CPF 03.583.648-06, visando à cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno, durante viagem a Brasília, DF, no período de 18 a 20 de agosto de 2013, com a finalidade de participar do 3º Reunido para dialogar sobre o Pacto de Mobilidade Urbana.

DO PROCESSO Nº 2013-0.233.429-4

INTERESSADO: Vicente Carlos Y Pla Trevas - RF 596.252.3

ASSUNTO: Pedido de afastamento para cumprir agenda na cidade de Resatário, Argentina.

I - A vista das informações constantes no presente expediente, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.743/07, e afastamento do servidor VICENTE CARLOS Y PLA TREVAS - RF 596.252.3, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, no período de 20 a 24 de agosto de 2013, para, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo que titulariza e com ônus para a Municipalidade de São Paulo, empreender viagem à cidade de Resatário, Argentina, com o objetivo de cumprir agenda, conforme programa de fls. 04/06.

II - Na conformidade do que dispõem os Decretos nº 48.744/2007 e 53.179/2012, CONCEDO, onerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, 04 (quatro) diárias no valor de US\$190,00 (cento e noventa dólares) cada uma e 1/2 (meia) diária no valor de US\$95,00 (noventa e cinco dólares) para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno.

III - Observo, outrossim, que o servidor deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reassunção ao serviço, comprovante de participação no evento, subscrito pelos organizadores, e o respectivo relatório das atividades desenvolvidas no período acima, acompanhado de manifestação da Chefia imediata, fazendo-a a teor do disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.743/07.

II - Na conformidade do que dispõem os Decretos nº 48.744/2007 e 53.179/2012, CONCEDO, onerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, 04 (quatro) diárias no valor de US\$220,00 (duzentos e vinte dólares) cada uma e 1/2 (meia) diária no valor de US\$110,00 (cento e dez dólares) para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno.

III - Observo, outrossim, que o servidor deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reassunção ao serviço, comprovante de participação no evento, subscrito pelos organizadores, e o respectivo relatório das atividades desenvolvidas no período acima, acompanhado de manifestação da Chefia imediata, fazendo-a a teor do disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.743/07.

DO PROCESSO Nº 2013-0.233.599-1

INTERESSADO: Frederico Souza de Queiroz Assis - RF 807.192.6

ASSUNTO: Pedido de afastamento para cumprir agenda na cidade de Resatário, Argentina.

I - Em face das informações constantes no presente expediente, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.743/07,

o afastamento do servidor FREDERICO SOUZA DE QUEIROZ ASSIS - RF 807.192.6, Coordenador Geral, ref. DAS-14, da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, no período de 20 a 24 de agosto de 2013, para, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo que titulariza e com ônus para a Municipalidade de São Paulo, empreender viagem à cidade de Resatário, Argentina, com o objetivo de cumprir agenda, conforme programa de fls. 04/06.

II - Na conformidade do que dispõem os Decretos nº 48.744/2007 e 53.179/2012, CONCEDO, onerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, 04 (quatro) diárias no valor de US\$220,00 (duzentos e vinte dólares) cada uma e 1/2 (meia) diária no valor de US\$110,00 (cento e dez dólares) para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno.

III - Observo, outrossim, que o servidor deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reassunção ao serviço, comprovante de participação no evento, subscrito pelos organizadores, e o respectivo relatório das atividades desenvolvidas no período acima, acompanhado de manifestação da Chefia imediata, fazendo-a a teor do disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.743/07.

DO PROCESSO Nº 2013-0.233.724-2

INTERESSADO: Raulino do Freitas - RF 810.938.9

ASSUNTO: Pedido de afastamento para cumprir agenda na cidade de Resatário, Argentina.

I - Em face das informações constantes no presente expediente, AUTORIZO, com fundamento no Decreto nº 48.743/07, o afastamento de servidor RAULINO DO FREITAS - RF 810.938.9, Assessor Técnico II, ref. DAS-12, da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, no período de 20 a 24 de agosto de 2013, para, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens do cargo que titulariza e com ônus para a Municipalidade de São Paulo, empreender viagem à cidade de Resatário, Argentina, com o objetivo de cumprir agenda, conforme programa de fls. 04/06.

II - Na conformidade do que dispõem os Decretos nº 48.744/2007 e 53.179/2012, CONCEDO, onerando a dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas, 04 (quatro) diárias no valor de US\$190,00 (cento e noventa dólares) cada uma e 1/2 (meia) diária no valor de US\$95,00 (noventa e cinco dólares) para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e transporte interno.

III - Observo, outrossim, que o servidor deverá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da reassunção ao serviço, comprovante de participação no evento, subscrito pelos organizadores, e o respectivo relatório das atividades desenvolvidas no período acima, acompanhado de manifestação da Chefia imediata, fazendo-a a teor do disposto no artigo 5º do Decreto nº 48.743/07.

PESSOA COM DEFICIÊNCIA E MOBILIDADE REDUZIDA

GABINETE DA SECRETARIA

PORTARIA INTERSECRETARIAL Nº 46/SMDHC/2013, DE 31 DE JULHO DE 2013.

MARIANNE PHOTI, Secretária Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMDPR e FRANCISCO MACIEL DA SILVA, Secretário Municipal de Coordenação das Subsecretarias - SMDSP, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei.

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida - SMDPR foi criada através da Lei Municipal nº 14.658/2007, com o objetivo de conduzir ações governamentais voltadas a realizar as articulações entre os diversos órgãos e entidades da Prefeitura da cidade de São Paulo e entre os diversos setores da sociedade, buscando

Subprefeituras

SUBPREFEITURA - ARICANDUVA FORMOSA/ CARAÍBO

Subprefeito: Dilton Guimarães
Rua Abatari, 699 - PAIX: 3396-0800 - Vila Caribé
E-MAIL: aricanduvaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - BUTANTÁ

Subprefeito: Luiz Felipe de Moraes Neto
RUA Upland de Costa Marques, 201 - PAIX: 3397-4600 - Jd. Peri-Peri
E-MAIL: butantaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - CAMPO LIMPO

Subprefeito: Sérgio Roberto dos Santos
Rua Manoel Siqueira de São Camilo, n.º 95, 05 - Tel.: 3397-8500 - Jardim Lacerda
E-MAIL: campolimpoprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - CASA VERDE / CACHOEIRINHA

Subprefeito: Raimundo Lúcio Hoffing
Av. Ordem do Progresso, 1001 - Tel.: 2812-3250 - Casa Verde
E-MAIL: casaverdeprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - CIDADE ADEMAR

Subprefeito: Francisco Le Protre Filho
Av. Yvonne Klingenberg, 418 - PAIX: 5870-7000 - Cidade Ademar
E-MAIL: cidadeademarprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - CIDADE TIRADENTES

Subprefeito: Antônio de Souza Lima
Estrada de Iguaçu, 2.751 - Tel.: 3396-0000 - Cidade Tiradentes
E-MAIL: tiradentesprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - EMELINO MADIAZZO

Subprefeito: Claudio Tadeu Minuzzi
Av. São Miguel, 5.590 - Tel.: 3046-8500 - E. Meliasso
E-MAIL: emelinomariaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - FREIJEIRA / BRASILEIROMA

Subprefeito: Eduardo Pires Fiala
Rua João Marcondes Brancas, 85 - PAIX: 3981-5000 - V. Nova Cachoeirinha
E-MAIL: freijeiraprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - GUARAPUAVES

Subprefeito: Adriele Basso
Estrada Itaguera Guaranês, 2.565 - PAIX: 2957-7099 - Guarapavés
E-MAIL: guarapavesprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - IPÊRANGA

Subprefeito: Luiz Henrique Gineir
Rua Lino Coutinho, 444 - PAIX: 3800-3600 - Ipêranga
E-MAIL: iperangaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - ITAIM PAULISTA

Subprefeito: Adriana Neves da Silva Moraes
Av. Marechal Tito, 3.012 - PAIX: 5161-4064 - Itaim Paulista
E-MAIL: itaimpaolisprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - ITAQUERA

Subprefeito: Edilson Henrique de Paula e Silva
Rua Augusto Carlos Baumann, 851 - PAIX: 2944-6555 - Itaquera
E-MAIL: itaqueraprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - JABAQUARA

Subprefeito: Otaciro de Oliveira Mendes
Av. Eng. Armando de Azevedo Pereira, 2.314 - PAIX: 3397-3200 - Jabaquara
E-MAIL: jabaquaraprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - JACANÁ / TREMEMBÉ

Subprefeito: Edilson de Oliveira Vazquez Junior
Av. Luiz Sarmento, 300 - Tel.: 3397-1000 - Jacaré
E-MAIL: tremembeprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - LAPA

Subprefeito: Ricardo Alvim Pinheiro
Rua Guaranês, 1.000 - Tel.: 3396-7500 - Lapa
E-MAIL: lapaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - M. BOI MORIM

Subprefeito: Antonio Carlos Dias de Oliveira
Av. Guaranês, 1.265 - PAIX: 3396-8400 - Parque Alvor da Lina
E-MAIL: mboimorimprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - MODICA

Subprefeito: Francisco Carlos Ricardo
Rua Saguet, 545 - PAIX: 2252-1122 - Modica
E-MAIL: modicaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - PARELHEIROS

Subprefeito: Adailton de Oliveira
Av. Soliman Inani, 5151 - PAIX: 5926-6500 - Jardim das Avenidas
E-MAIL: parelheirosprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - PENHA

Subprefeito: Miguel Perrella
Rua Candupá, 492 - PAIX: 3397-6100 - Vila Maria
E-MAIL: penhaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - PERLIS

Subprefeito: José Evangelista Amorim
Rua Ylida Figueiredo, 345 - PAIX: 3396-8600 - V. Nova Parna
E-MAIL: perlisprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - PINHEIROS

Subprefeito: Angélio Salvador Frazão Junior
Av. Carlos Uchida, 7.723 - Tel.: 3095-8595 - Pinheiros
E-MAIL: pinheirosprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - PRITUVA/ARAUGUA

Subprefeito: Carlos Eduardo Silva Dierheim
Rua Lúcia Carneiro, 193 - PAIX: 3393-6844 - Pirituba
E-MAIL: prituvaiprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - SANTANA / TUCURUVI

Subprefeito: Roberto José Pereira Oliveira
Av. Tucuruvi, 806 - PAIX: 2987-3844 - Santana
E-MAIL: santanaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - SANTO AMARO

Subprefeito: Adilson de Almeida
Pça. Floriano Peixoto, 54 - PAIX: 3396-6100 - Santo Amaro
E-MAIL: santamaroprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - SÃO MATEUS

Subprefeito: Fernando Elias Alves de Melo
Av. Ruybal Chohé, 1400 - Tel.: 3397-1100 - Pq. São Lourenço
E-MAIL: saomateusprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - SÃO MIGUEL PAULISTA

Subprefeito: Alde Assunção de Farias Sobrinho
Rua Ana Flor Pinheiro de Souza, 76 - Tel.: 3397-8200 - Jacai
E-MAIL: saomiguelpaolisprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - SE

Subprefeito: Marcos Ovídio Barreto
Rua José de Magalhães, 450 - PAIX: 3397-7200 - Carmo
E-MAIL: seiprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - CAPELA DO SOCORRO

Subprefeito: Cláudio Pandolfi
RUA Castanho dos Santos, 499 - PAIX: 3397-2700 - Jd. Cláudio
E-MAIL: capeladodosocorroprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - VILA MARIA / VILA GULHERME

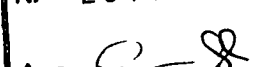
Subprefeito: Gilberto Real
Rua General Mendes, 111 - PAIX: 2967-8100 - Vila Maria Alta
E-MAIL: vilamariaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - VILA MARIANA

Subprefeito: Luis Fernando Macarini
Rua José de Magalhães, 450 - PAIX: 3397-6100 - Vila Maria
E-MAIL: vilamariaprefeitura.sp.gov.br

SUBPREFEITURA - VILA PRUDENTE / SAPOREMA

Subprefeito: Raulino do Freitas
Av. da Ordem, 172 - PAIX: 3397-0800 - Vila Prudente
E-MAIL: vilaprudenteprefeitura.sp.gov.br

Folha nº 2014 - 0.33
Ass. 
Nº 2014 - 0.33
Assessor Técnico 12
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

**I SEMINÁRIO MUNICIPAL DE
EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

CÓPIA

Objetivos:

Promover a integração em rede dos gestores, educadores, unidades escolares, estudantes, grêmios e organizações da sociedade civil através da criação de um espaço de interlocução de educação em direitos humanos no Município de São Paulo. Consolidar o processo de disseminação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos. Promover a capacitação em educação em direitos humanos. Fortalecer a cultura da educação em direitos humanos na rede municipal de ensino.

Público-Alvo: Diretores, Gestores, Supervisores, Educadores, Estudantes, Grêmios e Organizações da sociedade Civil.

Promoção:

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (SDH/PR)
Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH/SDH)

Período:

14, 15 e 16 de abril de 2014

Auditório:

Auditório da Uninove, Rua Vergueiro, nº 235/ 249, Liberdade, São Paulo.

Certificados:

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
Secretaria Municipal de Educação

Programação:

2ª. Feira
1º. DIA (14/04/2014)

8h00 às 9h30
Coffee Break
Credenciamento

CÓPIA

9h30 às 11h30
Mesa de Abertura
Fernando Haddad (Prefeito da cidade de São Paulo)
Rogério Sottili (Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)
César Callegari (Secretário Municipal de Educação)
Maria Nazaré Zenaide Tavares (Coordenação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – SDH/PR)
Sueli Funari (1ª colocada na categoria Professores do I Prêmio de EDH)
Joyce Anne Semmler (1ª colocada na categoria Unidades Escolares do I Prêmio de EDH)

11h30 às 12h30
Conferência de Abertura:
Maria Victoria Benevides – Faculdade de Educação da USP

14h00 às 16h00
Mesa 1: Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
Francisca Pini – Instituto Paulo Freire
Paulo César Carbonari – Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
Macaé Maria Evaristo dos Santos – MEC/SECADI (a confirmar)
Debates (30 minutos): Auditório

16h00 às 16h30
Coffee Break

16h30 às 18h30
Mesa 2: Educação Formal e Educação em Direitos Humanos
Rosa Maria Godoy – Universidade Federal da Paraíba
Maria Nazaré Tavares Zenaide - Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
SECADI -
Debates (30 minutos): Auditório

3.ª Feira
2.º DIA (15/04/2014)

9h30 às 11h00

Mesa 3: “Mais Educação” e Educação em Direitos Humanos

Flávia Inês Schilling - Faculdade de Educação da USP

Fernando Almeida – Secretaria Municipal de Educação

Debates (30 minutos): Auditório

11h00 às 12h30

Mesa 4: Experiências de EDH na Rede Municipal de Ensino: Relatos de Experiências

Sueli Funari

Laura Matos Cavalcante Bueno

Juliana Delmonte da Silva

Edjane Maria costa de Carvalho

Joyce Anne Semmler

Cibele Araujo Racy Maria

André Wagner Rodrigues

Simone Lucia Silva Aguiar

CÓPIA

14h00 às 16h00

Grupos de Trabalho

GT Cultura Africana (Coordenador: Rafael Ferreira) – Sala 501

GT Cultura Indígena (Coordenadora: Fernanda Borsatto Cardoso) – Sala 502

GT População em Situação de Rua (Coordenadora: Luana Cruz Bottini) – Sala 503

GT Memória e Verdade (Coordenadora: Carla Borges) – Sala 504

GT Migrantes (Coordenador: Guilherme Arosa Prol Otero) – Sala 505

GT Projeto Político-Pedagógico Escolar (Coordenadora: Maria do Socorro Lopes Fernandes) – Sala 506

GT Grêmios Escolares (Coordenador: Givanildo Manoel) – Sala 507

GT Educação, Promoção do Trabalho Decente e Enfrentamento ao Trabalho Escravo (Coordenador: Marina Novaes) – Sala 508

GT Políticas para Idosos (Coordenadora: Guiomar Silva Lopes) – Sala 509

GT Educação em Direitos Humanos e Participação Social (Coordenador: Helena Romanach) – Sala 510

GT Juventude Viva (Coordenador: Jordana Dias Pereira) – Sala 511

16h30

Lançamento do livro 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos: relatos de experiência.

Atividade Cultural

4.ª. Feira
3.º. DIA (16/04/2014)

9h30 às 11h30

Grupos de Trabalho

GT Rede de proteção social e educandos com deficiência (Coordenadora: Liliene Garcez e Renata Garcia) – Sala 909

GT Cidadania LGBT (Coordenador: Alessandro Melchior) – Sala 910

GT Gênero (Coordenadora: Maria Lucia da Silveira) – Sala 911

GT Políticas sobre Drogas (Coordenador: Aristeu Bertelli) – Sala 912

GT Criança e Adolescente/ Rede de proteção (Coordenador: Fábio Silvestre) – Sala 913

GT Segurança e Mediação de Conflitos Escolares (Coordenador: Flavio Domingos) – Sala 914

GT Educação Popular e Direitos Humanos – Sala 915

GT Direito à Cidade e Projetos de Ocupação do Espaço Público (Coordenador: Diná Teresa Ramos) – Sala 916

14h00 às 16h00

Mesa 4: Educação Popular em Direitos Humanos

Celina Simões – Rede de Escolas da Cidadania de São Paulo

Denise Carreira – Ação Educativa

Maria Stela Santos Graciani – Núcleo de Trabalhos Comunitários PUC-São Paulo

16h30 às 17h30

Conferência de Encerramento:

Profa. Dra. Lisete Arelaro (Diretora da FE/USP)

CÓPIA

Coordenação de



11/12/2014 15h29

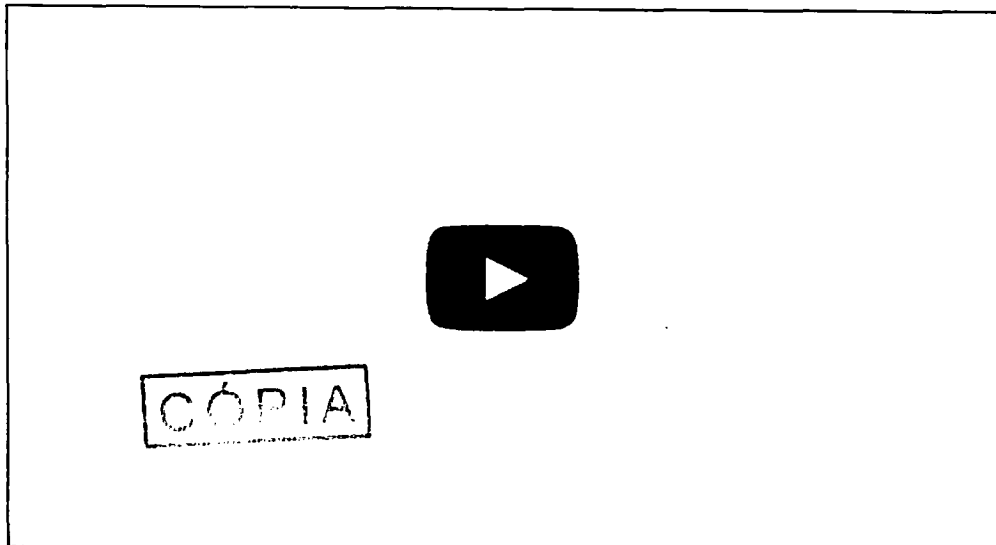
Professores e alunos recebem o 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos

Cerimônia também homenageou Frei Betto com o Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Folha n.º 22 do Proc.º
Nº 2014.0.333.041-0
Ass. [assinatura] Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF 816.267.1
SMDHC/CAB



As secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de Educação (SME) anunciaram na noite de quarta-feira (10), em solenidade no Auditório Ibirapuera, os vencedores do 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos. Ao todo, foram inscritos cem projetos de professores, alunos, grêmios estudantis e unidades escolares, superando os 63 projetos de 2013.

Acessibilidade e inclusão, enfrentamento ao preconceito, gestão escolar democrática, direito à comunicação e o direito à memória e à verdade foram alguns dos temas abordados pelos doze projetos vencedores desta edição. Confira a relação dos premiados, por categoria, ao final da matéria.

Anovidade deste ano foi a entrega do primeiro Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns a Frei Betto, personalidade de destaque na defesa e promoção dos Direitos Humanos no Brasil. "Fico feliz em receber essa homenagem das mãos dessa gestão, que tem como prioridade a defesa dos direitos humanos", disse ele. Frei Betto dedicou o prêmio a todos os anônimos que empenham suas vidas a defender, Brasil afora, os mais vulneráveis e os mais necessitados.

O prêmio também é uma forma de homenagear Dom Paulo, figura de destaque na luta pelos direitos humanos no país. "Sua dedicação transcendeu a Igreja, salvou vidas e mudou a história do Brasil", declarou Margarida Genevois, ex-presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e que trabalhou ao lado de Dom Paulo durante 25 anos.

Direitos Humanos na escola

Eduardo Bittar, coordenador de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, destacou que, em 2014, todas as 13 Delegacias Regionais de Ensino (DREs) tiveram trabalhos inscritos. "Tudo isto nos mostra o ativismo e o protagonismo da rede municipal de educação". Já Maria Victoria Benevides, falando em nome da Comissão Julgadora, enfatizou a variedade de temas apresentados por professores e alunos, como respeito e cidadania, enfrentamento ao racismo, meio ambiente, comunicação, cultura afro e indígena e a luta pela verdade e memória relacionada à ditadura civil-militar. "Todos os projetos revelaram sensibilidade e compromisso", ponderou Maria Victoria.

Lembrando o dia 10 de dezembro, em que se comemora a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e ainda a entrega do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, enfatizou que ainda hoje nos confrontamos com uma inaceitável realidade de violação de direitos. Sottili prestou reverência a todos os professores e alunos que acreditam na educação em direitos humanos e que desenvolvem junto à comunidade escolar projetos importantes como os que estavam sendo premiados ali. "São vocês os agentes fundamentais da transformação da nossa sociedade, acreditando que vale a pena se dedicar à formação mais humana e cidadã das nossas crianças e jovens."

O secretário de Educação, César Callegari, lembrou que numa determinada escola do Butantã que visitou recentemente, todos os trabalhos colaborativos autorais tinham a temática dos direitos humanos. Tais trabalhos são feitos pelos alunos do 7º ao 9º ano do Ensino Fundamental II e se caracterizam pela construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social.

Para o prefeito Fernando Haddad, ser militante dos direitos humanos no Brasil é mais difícil "do que em outros países mais pacificados". E salientou que é muito importante ver os estudantes desde cedo já preocupados com a causa. "O prêmio hoje nos faz ver o quanto ainda temos que caminhar."

O evento integra a programação do Festival de Direitos Humanos – Cidadania nas Ruas 2014. Confira aqui a programação completa do festival aqui.

Projetos vencedores: 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos

Categoria – Unidades Educacionais

- 1º - Ditadura Militar em um viés literário (EMEF Frei Francisco de Mont'Alverne)
- 2º - Mais do que marcas no muro, marcas na infância de meninos e meninas (CEU EMEI Aricanduva)
- 3º - Centro de Memória Cohab Raposo Tavares (EMEF Profª Maria Alice Borges Ghion)

Categoria – Professores

- 1º - Café Terapêutico (CIEJA Campo Limpo)
- 2º - Uma Jornada Pela Diáspora Africana (EMEFM Vereador Antonio Sampaio)
- 3º - Educação Física Escolar e os DH (EMEF 19 de Novembro)

Categoria – Estudantes

- 1º - Nas ondas do Marli: Comunicação, um direito humano (EMEF Professora Marili Dias)
- 2º - Jornal Novas Ideias (EMEF Alceu Amoroso Lima)
- 3º - Radio Fitt (EMEF Mario Fittipaldi)

Categoria – Grêmio Estudantil

- 1º - Grêmio Estudantil em ação: conhecendo o passado para fortalecer o futuro (EMEF 19 de Novembro)
- 2º - Grêmio Estudantil - Experiências de criação e consolidação (EMEF Desembargador Amorim Lima)
- 3º - Projeto Convivência Cidadã (EMEF Firmino Tibúrcio da Costa)



Frei Betto, homenageado pelo Prêmio de Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns

CÓPIA

Folha n.º	322	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
Ass.	RF. 816.267.1	
	EMDHG/CAB	



Grupo Pombas Urbanas, na abertura da ceminônia



Prefeito Fernando Haddad

CÓPIA

Folha n.º	123	do Prc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
Ass.	Camilla Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.287.1 SMDHC/GAB	



Margarida Genevois, que compôs a Comissão Julgadora



Rogério Sottili, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania

CÓPIA

Folha nº 524	do Pro.
Camila Helena dos Santos	
Assessor Técnico I	
RF. 816.267.1	
SMDHC/GAB	



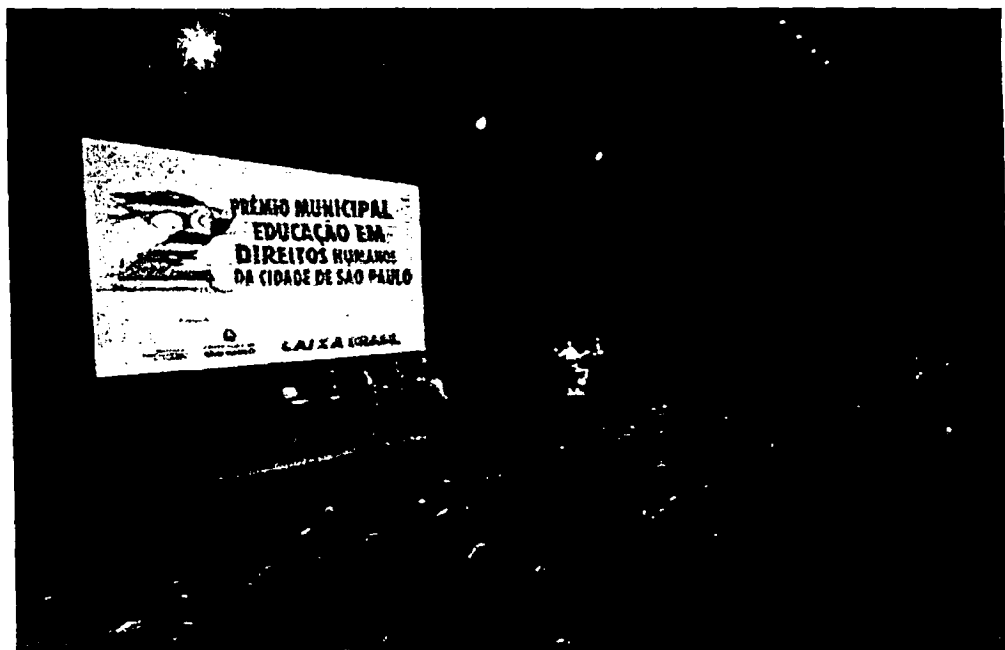
César Callegari, secretário municipal de Educação



Plateia, durante a cerimônia de premiação

CÓPIA

Folha n.º	J25	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
Ass.	<i>[Signature]</i>	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 818.267.1 SMDHC/GAB



Cerimônia de premiação do 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos



Cerimônia de premiação do 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos

CÓPIA

Folha n.º	126	do Proc.
N.º	2014 0.338.040-2	
Ass.	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
	RF. 816.267.1	
	SMDHC/GAB	

Coordenação de



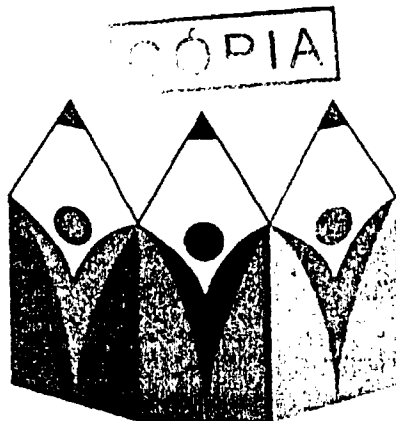
27/11/2014 17h24

Formação Educação em Direitos Humanos

Cursos semipresenciais com inscrições abertas, para início em 2015

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



FORMAÇÃO Educação em Direitos Humanos

Cursos semipresenciais com inscrições abertas, para início em 2015:

- Especialização em Educação em Direitos Humanos (360hs)
- Especialização em Gênero e Diversidade na Escola (360hs)
- Especialização em Política de Promoção da Igualdade Racial na Escola (420hs)
- Aperfeiçoamento em Gestão do Desenvolvimento Inclusivo na Escola (240hs)
- Aperfeiçoamento em EJA na Diversidade e Inclusão Social (200hs)
- Aperfeiçoamento em Políticas Linguísticas para Educação Escolar Indígena (240hs)
- Aperfeiçoamento em Educação Infantil, Infâncias e Arte (180hs)

Público Alvo: profissionais da rede pública de educação básica e membros das comunidades escolares, preferencialmente da rede municipal, graduados/as em qualquer área do conhecimento.

Total de vagas: 1.600, distribuídas em 14 CEUs da Cidade

Período de Inscrições: até 14/12/2014

Mais Informações: www.comfor.unifesp.br/?p=161
secretaria.comfor@unifesp.br



Mais informações: <http://comfor.unifesp.br/?p=161>

127
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB



24/10/2014 12h31

SMDHC realiza formação para gestores da rede municipal de educação

Educação em Direitos Humanos é pauta de Projetos Político-Pedagógicos de 20 escolas

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

As Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de Educação (SME), em parceria com o Instituto Vladimir Herzog (IVH), realizaram nos dias 21 e 22 de outubro o curso **Respeitar é preciso! A escola como espaço da educação em direitos humanos – Módulo Gestores**.

O objetivo principal do curso foi promover a formação dos gestores das 20 unidades educacionais participantes do projeto dos Centros de Educação em Direitos Humanos, oferecendo subsídios para a inserção da Educação em Direitos Humanos (EDH) nos Projetos Político-Pedagógicos de suas escolas, bem como nos processos de gestão participativa.

A metodologia do curso foi participativa e contou com momentos de exposição dialogada, realizada por especialistas, e atividades em grupos com a utilização de vídeos e textos, leituras, debates e produção de planos. O foco das atividades foi a articulação entre as reflexões propostas e a realidade vivida pelos participantes em seu trabalho cotidiano como gestores das escolas.

Alguns dos conteúdos abordados foram: democracia e direitos humanos – uma relação de reciprocidade; direitos humanos e EDH; o convívio escolar como principal fator da EDH na escola; o respeito mútuo como condição para a aprendizagem de valores; e a gestão escolar como forma de criar condições para a realização das propostas da EDH nas escolas.

O resultado dos trabalhos foi a elaboração coletiva de uma proposta para a implementação do projeto dos Centros de Educação em Direitos Humanos nas unidades educacionais participantes, indicando fatores potencialmente facilitadores e possíveis obstáculos, além de estratégias e ações para enfrentar os problemas identificados.

O curso teve 12 horas de duração e contou com a participação de 40 gestores, entre os quais diretores de escola, assistentes de direção e coordenadores pedagógicos; gestores de CEUs e coordenadores de núcleo; bibliotecários; supervisores escolares e representantes das quatro Diretorias Regionais de Educação (DREs) envolvidas com o projeto. Os gestores que obtiveram frequência de 100% receberam certificados para fins de evolução funcional, de acordo com o Comunicado 1.511, de 22 de setembro de 2014.

O curso integra o conjunto de ações de formação promovidas pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos da SMDHC. A elaboração e implementação de material pedagógico temático e a formação de educadores atendem às determinações da Meta 63 do Plano de Metas da Gestão Haddad, que prevê a implementação da educação em direitos humanos na rede municipal de educação.

CÓPIA

12E

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB



07/11/2014 18h24

São Paulo ganha novo Centro de Educação em Direitos Humanos

Novo equipamento começa a funcionar na zona oeste da Cidade

Endereço

Rua Libero Baduró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9882
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Nesta segunda-feira, dia 3, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) inaugurou mais um Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), no CEU Pêra Marmelo, na região oeste de São Paulo.

A cerimônia de inauguração contou com a presença do coordenador de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, Eduardo Bittar; do diretor regional de Educação de Piratuba, Marcos Manuel; do gestor do Centro de Educação em Direitos Humanos do CEU Pêra Marmelo, Maurício Canuto; e da representante da Aldeia Tekoa Pyau, Sônia Barbosa de Sousa. Também estiveram presentes membros do grupo de trabalho local e da comunidade escolar.



Participantes do encontro realizam pinturas e grafites em mural coletivo

O evento contou com apresentações culturais de coral, dança e maculelê realizados por alunos das escolas participantes do projeto e do CECI Jaraguá. Para encerrar a jornada de atividades, foi realizada uma sessão do 7º Festival de Curtas Metragens em Direitos Humanos ENTRETODOS, seguida por uma roda de conversa.

Este é o terceiro CEDH lançado este ano. Outros dois já estão funcionando no CEU São Rafael, na zona leste, inaugurado em setembro, e no CEU Casablanca, na zona sul, lançado no dia 29 de outubro, em solenidade com a presença do secretário municipal Rogério Sottili (Direitos Humanos e Cidadania); do diretor regional de Educação do Campo Limpo, Alexandre Cordeiro; e de representantes das escolas participantes do projeto, além de diversas organizações da sociedade civil e de coletivos da região.

Os Centros são resultado de uma parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR).

CÓPIA

Folha: - 128	do Proc.
N.º 2014 0.338.040-2	Camila Helena dos Santos
Ass.	Assessor Técnico I
	RF. 816.267.1
	SMDHC/GAB

26/09/2014 18h31

Centro de Educação em Direitos Humanos é inaugurado na zona leste da Cidade

Integrado ao CEU São Rafael, polo funcionará na promoção da cultura de direitos humanos e cidadania e de valorização da diversidade

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Na quarta-feira, dia 24, foi inaugurado o primeiro Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), integrado ao Centro Educacional Unificado (CEU) São Rafael, no bairro de São Mateus, região leste da capital. O projeto de criação dos CEDHs foi lançado em abril desse ano em cerimônia na sede da Prefeitura de São Paulo e prevê, além da unidade em São Mateus, mais três polos localizados nos CEUs Jardim Paulistano (zona norte), Pêra-marmelo (zona oeste) e Casablanca (zona sul).

Fruto de uma parceria firmada entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Secretaria Municipal de Educação (SME) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), os CEDHs funcionarão como polos permanentes de trabalho em cidadania e educação em direitos humanos, promovendo a valorização da diversidade e buscando formas de reduzir manifestações de discriminação de todas as naturezas.



CÓPIA

Folha n.º	130	do Proc.
N.º	2014	0.333.046
Ass.	Camilla Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB	



Para o secretário municipal de Educação, Cesar Callegari, tratar o tema dos direitos humanos no ambiente escolar é terreno fértil para o trabalho de professores, gestores e alunos. "Essa temática deve ser algo que se incorpore à perspectiva de toda a vida desses jovens, dos professores e de suas famílias", disse.

Aberto a toda a população, o CEDH CEU São Rafael desenvolverá atividades permeadas por temas como diversidade sexual, igualdade étnico-racial, preconceito e direito à memória e à verdade. Educadores, estudantes e comunidade se reunirão periodicamente para definir os temas mais relevantes dentro de cada contexto e montarão um calendário de atividades, reuniões e oficinas, além da elaboração coletiva de material pedagógico.

"A educação em direitos humanos na cidade de São Paulo é fundamental para a promoção da consciência cidadã, do respeito e valorização da diversidade, do conhecimento e prática dos direitos, do fortalecimento do convívio democrático e da formação em valores que perpetuem os direitos humanos e a cidadania", afirmou Rogério Sottili, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, durante a cerimônia de inauguração.

Para acompanhar o desenvolvimento do projeto, de maneira ampla e democrática, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) do CEDH CEU São Rafael. Com participação livre, este grupo definirá as atividades e rumos do CEDH. São fazem parte do GT diversos representantes de unidades educacionais e diretorias regionais.

O evento de inauguração contou, ainda, com apresentações dos alunos das Unidades Educacionais: CEI São Rafael, EMEI Roque Spencer, EMEF Alceu Amoroso Lima, EMEF Julio de Grammont e Pólo Polibilingue da EMEF Cândida Dora Pino Pretini. Veja imagens a seguir.

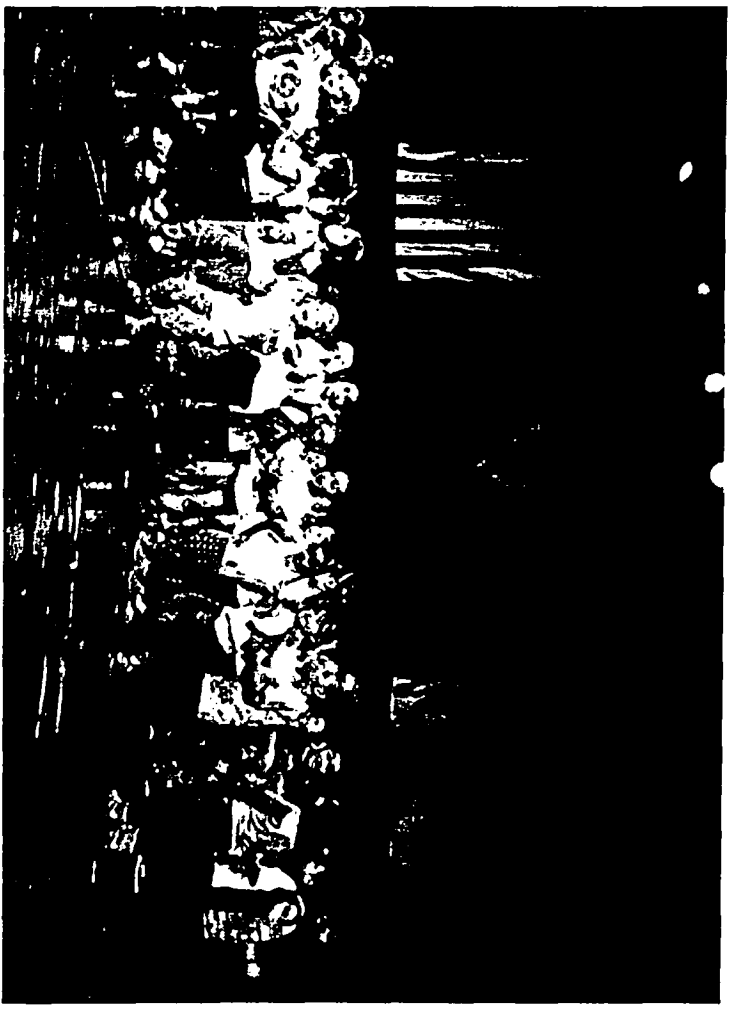
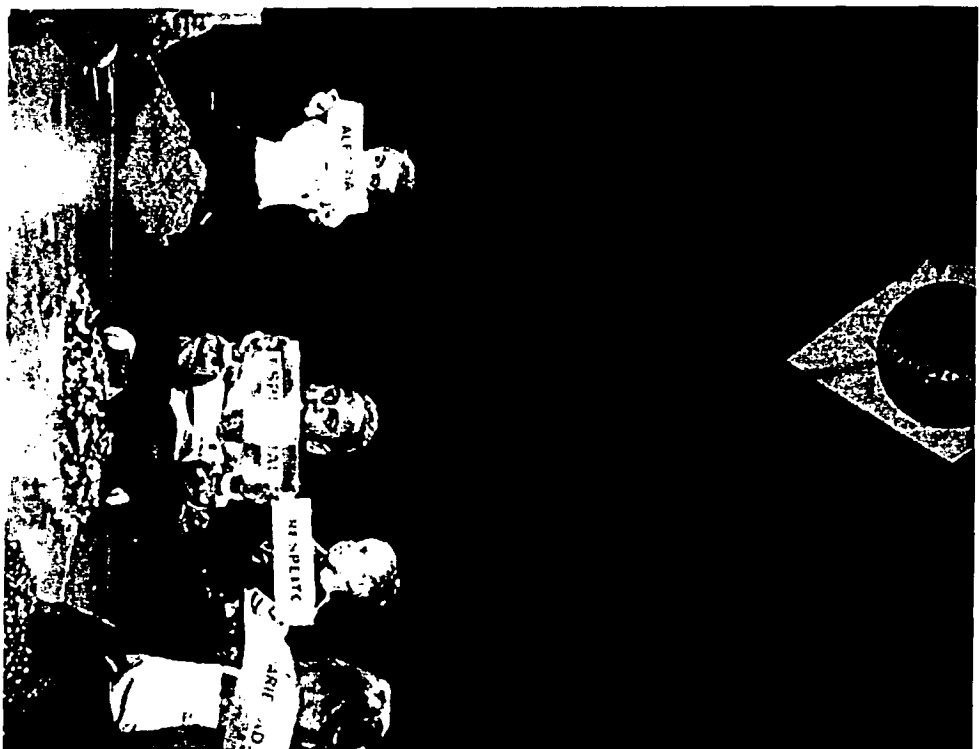
CÓPIA

data n.º 131

0.338.04

Camila Helena dos Santos,
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDH/CGAB

CÓPIA

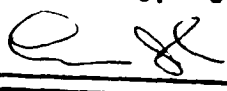


Nº 332

Cartila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF: 816.267.1
SMDHC/GAB



CÓPIA

Folha n.º	533	do Proc.
N.º	2014 . 0.338.040 - 2	
		Camila Helena dos Santos
		Assessor Técnico I
Ass.		RF. 816.267.1
		SMDHC/GAS

Coordenação de



09/09/2014 21h30

CEU Casa Blanca inicia atividades do 2º Módulo do curso de formação "Respeitar é preciso!"

Projeto busca fortalecer a reflexão sobre a vivência dos direitos humanos nas escolas. Atividades são voltadas a professores, estudantes e moradores do entorno dos CEDHs

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar, centro

Tel.: (11) 3113-9892

Preencha o formulário e entre em contato conosco.

Foram iniciadas, no CEU Casa Blanca, no Campo Limpo, as aulas do Módulo 2 do curso "Respeitar É Preciso! – a escola como espaço da educação em direitos humanos". O curso terá duração de 12 horas e ocorrerá nos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) da Cidade, instalados nos CEUs Casa Blanca, Jardim Paulistano, Pêra Marmelo e São Rafael. Serão 800 vagas voltadas aos profissionais da educação dos CEDHs e demais interessados da rede municipal ou das comunidades do entorno. As próximas turmas terão suas atividades iniciadas ainda este mês e todas as vagas já estão preenchidas.

Realizado pelas secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de Educação (SME), em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, o curso tem como objetivo promover a reflexão sobre a vivência dos Direitos Humanos nas unidades educacionais da rede e sobre as necessidades e possibilidades de atuação para transformá-las em espaços de Educação em Direitos Humanos. Além disso, o curso pretende fornecer subsídios para o processo de elaboração de material pedagógico temático.

Os professores, gestores e funcionários da rede municipal de ensino que participarem terão pontuação para progressão de carreira, de acordo com o comunicado nº 1412, de 26 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da Cidade. Receberão certificados os participantes que obtiverem frequência de 100% e conceito satisfatório.

O curso integra o conjunto de ações de formação promovidas pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos da SMDHC. A elaboração e implementação de material pedagógico temático e a formação de educadores atendem as determinações da Meta 63 do Plano de Metas da Gestão Haddad, que prevê a implementação da educação em direitos humanos na rede municipal de educação.

CÓPIA

Folha n.º	334	do Proc.
N.º	2014	0.333.040-2
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816.267.1 SMDHC/CAB

Coordenação de



03/09/2014 18h19

Primeiro módulo do curso de formação "Respeitar É Preciso!" se encerra com 345 educadores formados

Curso é realizado pela Coordenação de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, em parceria com o Instituto Vladimir Herzog

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar, centro

Tel.: (11) 3113-9892

Preencha o formulário e entre em contato conosco.

Encerraram-se em agosto as atividades do primeiro módulo do curso "Respeitar É Preciso! – a escola como espaço da educação em direitos humanos". Organizado em três módulos, o curso prevê formação de professores e elaboração de material pedagógico temático. O Módulo 1 abordou a concepção e o histórico dos direitos humanos e sua relação com a educação em diferentes níveis. Participaram 345 profissionais da rede municipal de educação e membros da comunidade, que obterão certificado e pontos para evolução funcional. As atividades do Módulo 2 começam ainda este mês.

Realizado pelas secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e de Educação (SME), em parceria com o Instituto Vladimir Herzog, o programa de formação tem como objetivo fortalecer a reflexão sobre a vivência dos direitos humanos nas escolas; sensibilizar a comunidade de educadores para adesão ao projeto; e inserir a educação em direitos humanos no Projeto Político-Pedagógico (PPP) dos quatro CEUs que abrigam os Centros de Educação em Direitos Humanos e suas respectivas unidades satélites.

Ao longo do ano estão sendo realizadas oficinas para a elaboração participativa de material pedagógico. A ideia é elaborar uma coleção de materiais e um guia de orientações que apole a comunidade escolar no autodiagnóstico sobre a situação dos direitos humanos em sua unidade, além de auxiliá-la na formulação de um plano de trabalho para enfrentar as dificuldades mapeadas. O projeto contemplará temas como "respeito e humilhação", "sujeitos de direitos", "democracia na escola" e outros. Em 2015 será realizado um piloto do projeto, com a implementação do material em 20 escolas da rede municipal.

A elaboração e implementação de material pedagógico temático e a formação de professores atendem as determinações da Meta 63 do Plano de Metas da Gestão Haddad, que prevê a implementação da educação em direitos humanos na rede municipal de educação.

CÓPIA

Folha n.º	135	do Proc.
Nº 1014 0.338.014		
Câmara Helena dos Santos		
Assessor Técnico I		
RF. 816.267.1		
SMDHC/GAB		

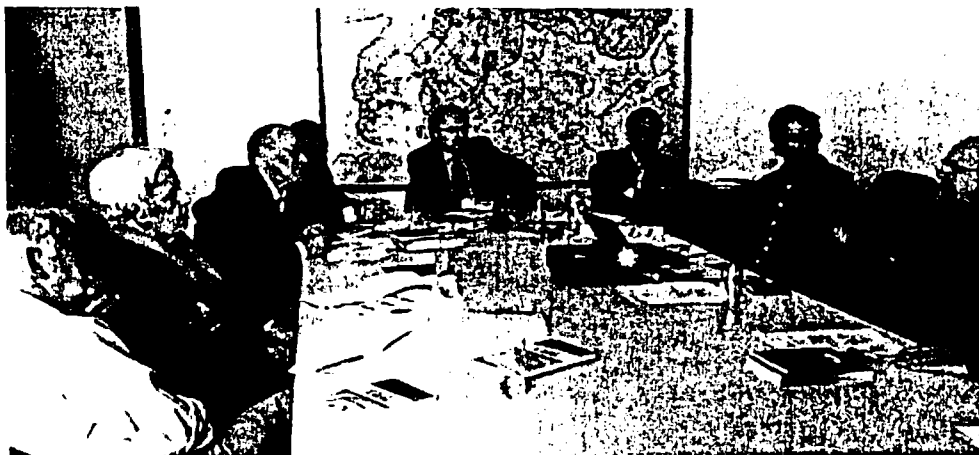
25/06/2014 15h45

Conselho Consultivo de Educação em Direitos Humanos faz balanço do primeiro semestre

Foram debatidas atividades realizadas pela SMDHC, por meio da Coordenação de Educação em Direitos Humanos, entre janeiro e junho de 2014

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



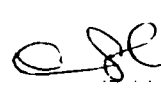
Aconteceu na manhã desta quarta-feira, dia 25, no Edifício Matarazzo, centro da Cidade, o 3º encontro do Conselho Consultivo de Educação em Direitos Humanos, organizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Educação em Direitos Humanos.

Conduzido pelo secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottill, o encontro teve como objetivo discutir as políticas públicas de educação em direitos humanos no Município, por meio de um balanço das atividades realizadas pela SMDHC, por meio da Coordenação, no primeiro semestre do ano, como o 1º Seminário Municipal de Educação em Direitos Humanos; o lançamento dos Centros de Educação em Direitos Humanos; a formação da Guarda Civil Metropolitana em direitos humanos; a abertura das inscrições do 7º Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos ENTRETODOS; e o lançamento do edital do 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos.

Compõem o Conselho algumas das maiores autoridades em direitos humanos de São Paulo, como Margarida Genevois, Mauricio Piragino, Moacir Gadotti, Paulo Vannuchi, Marco Antonio Barbosa e José Sérgio Fonseca de Carvalho. Também estiveram presentes na reunião o coordenador de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, Eduardo Bittar, e o coordenador-adjunto, Jonas Waks.

CÓPIA

136



Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

Coordenação de



Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

14/04/2014 13h11

1º Seminário de Educação em Direitos Humanos reúne educadores, estudantes e entidades

Evento buscou consolidar a disseminação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos e construir rede de professores interessados no tema. Rogério Sottili e Maria Victoria Benevides participaram da cerimônia de abertura



(Atualizado em 17/4/14)

CÓPIA

O 1º Seminário Municipal de Educação em Direitos Humanos foi realizado entre os dias 14 e 16, na unidade Vergueiro da Uninove, com a participação de professores, estudantes, entidades, especialistas e autoridades. Na cerimônia de abertura, estiveram presentes o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; a secretária-adjunta municipal de Educação, Joane Vilela; Maria de Nazaré Tavares Zenaide, da Coordenação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e a professora Joyce Anne Semmler, 1ª colocada na categoria Unidades Escolares do 1º Prêmio de Educação em Direitos Humanos.

A abertura do Seminário ainda contou com uma conferência ministrada por Maria Victoria Benevides, professora-titular da Faculdade de Educação da USP. O encontro foi realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e pela Secretaria Municipal de Educação (SME), por meio do Grupo de Trabalho Intersecretarial (GTI) Educação em Direitos Humanos, com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR).

Confira a programação do Seminário

Voltado a gestores, educadores, estudantes da rede municipal e entidades da sociedade civil, o encontro teve como objetivos consolidar o processo de disseminação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, reunir profissionais de ensino que se interessam pelo tema, construindo uma rede para convívio e troca de experiências, projetos e práticas, além de fortalecer a cultura da educação em direitos humanos nas escolas da rede pública do Município.

"Esse seminário, que pretende ser anual e acontece pela primeira vez, só é possível pela prioridade que a Prefeitura tem dado ao tema", disse o secretário Rogério Sottili, na abertura. "Por meio da educação em direitos humanos, temos a tarefa conjunta que nos une para enfrentar o imaginário social de violência na Cidade e tornar possível a disputa simbólica em torno dos valores que pretendem fortalecer o ideário de respeito, democracia e efetividade dos direitos de todos. A intolerância, o racismo, o individualismo, a indiferença, a justificação das desigualdades, o desrespeito são as raízes de uma sociedade violenta. A educação em direitos humanos é o instrumento mais poderoso para superar esse cenário, pela construção de uma cultura de direitos", completou.

Joane Vilela lembrou o cinquentenário do golpe civil-militar de 1964, dizendo que "educar para os direitos humanos exige que mostremos gratidão àqueles que lutaram contra o arbítrio, exige que contemos a história aos meninos e às meninas nascidos agora, exige que pensemos construções pedagógicas que resgatem para os jovens e para os adultos o debate sobre esse período de tensões e de sofrimento".

A professora Maria Victoria Benevides também abordou o tema dos 50 anos do golpe em sua aula inaugural. "O golpe civil-militar deixou a herança maldita da naturalidade da violência, da discriminação e, principalmente, da tortura. É um bom momento para se afirmar a luta pelos direitos humanos."

Ao longo dos três dias de evento, houve mesas de discussão e grupos de trabalho temáticos, em que os participantes puderam escolher as suas áreas de interesse. No último dia, Lisete Arelaro, diretora da

Folha n.º	137	do Proc.
N.º	2014	0.338.040-2
		Camila Helena dos Santos
		Assessor Técnico I
Ass.	[assinatura]	RF. 816.267.1
SMDHC/GAB		

Faculdade de Educação da USP, fez a conferência de encerramento.

1º Seminário de Educação em Direitos Humanos

Uninove – Unidade Vergueiro

Rua Vergueiro, 235/249, Paraíso

Dias 14/4, das 8h às 18h30; 15/4, das 9h30 às 18h; e 16/4, das 9h30 às 17h30

Folha n.º	138	do Proc.
N.º	2014	0.338.040-2
		Camila Helena dos Santos
		Assessor Técnico I
Ass.		RF. 816.267.1
		SMDHC/GAB

CÓPIA

09/04/2014 12h39

Centros de Educação em Direitos Humanos são lançados na Cidade, em ato com a presença da ministra Ideli Salvatti

Camila Helena dos Santos
Professor Técnico I
RP: 816167.1
SMDHC/GAB

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Foram lançados nesta quarta-feira, dia 9, os Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs), polos permanentes de trabalho em cidadania e educação sobre direitos humanos instalados na rede municipal de ensino. Abertos a toda a população, os Centros estarão em quatro CEUs, a partir do segundo semestre, abrangendo as quatro macrorregiões de São Paulo: CEU São Rafael (zona leste), CEU Jardim Paulistano (zona norte), CEU Pêra-marmelo (zona oeste) e CEU Casablanca (zona sul).

O ato de lançamento aconteceu no auditório do 7º andar do Edifício Matarazzo, no centro, e contou com a presença da ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti; do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; do secretário municipal de Educação, Cesar Callegari; do coordenador de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, Eduardo Bittar; e da coordenadora de Projetos Especiais da SME, Marta de Bethânia Juliano.

"A educação em direitos humanos tem a capacidade de transformar consciências, de mobilizar para a cidadania ativa e criar espaços de diálogo e construção de valores republicanos. O que esse projeto se propõe a fazer é enfrentar o imaginário social e a cultura de violência da nossa cidade. E tornar possível a disputa simbólica de valores para fortalecer o ideário do respeito e o ideário da democracia, além da efetividade dos direitos de todos nós", disse o secretário Rogério Sottili. "Queremos que as quatro unidades do CEU representem o projeto-piloto para a rede municipal de ensino, a se disseminar por diversas outras unidades em um futuro breve."



Segundo o secretário Cesar Callegari, a iniciativa pretende fazer com que estudantes, jovens, adultos e profissionais da educação possam compreender, no dia a dia do seu trabalho, as questões relacionadas à defesa dos direitos humanos, "como estratégia fundamental e como finalidade para a construção daquilo que chamamos de cidade educadora".

A ministra Ideli Salvatti considerou "adequada e pertinente" a escolha dos CEUs. "Exatamente em áreas onde há uma fragilidade social, onde é necessário implementar não só educação, mas também

atendimento e acompanhamento dos setores da população que sofrem de forma mais sistemática com a violência e a exclusão social." Ela também lembrou o marco dos 50 anos do golpe de Estado de 1964. "Quando nós estamos, ao longo das últimas semanas, no esforço de colocar a questão do significado da ditadura militar, lançamos os Centros. Educar em direitos humanos é combater a raiz desse mal."



Realizados pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), a Secretaria Municipal de Educação (SME), a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR), os CEDHs terão suas atividades integradas às das unidades escolares participantes e da comunidade do entorno, trabalhando o tema de direitos humanos nas diversas áreas de um CEU – cultura, esportes, educação, gestão e integração com os moradores do bairro.

Educadores, alunos e comunidade montarão juntos um calendário de atividades, reuniões e oficinas e desenvolverão o material pedagógico. As bibliotecas dos quatro CEUs ainda receberão um complemento bibliográfico sobre direitos humanos.

Seminário e prêmio

Implementar a educação em direitos humanos na rede municipal de ensino é uma das 13 metas sob

responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania presentes no Programa de Metas da Prefeitura.

Nos dias 14, 15 e 16, a Coordenação de Educação em Direitos Humanos da SMDHC e a SME realizam o 1º Seminário Municipal de Educação em Direitos Humanos, voltado a gestores, educadores, estudantes e entidades. O encontro tem como objetivos consolidar o processo de disseminação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, reunir profissionais de ensino que se interessam pelo tema e fortalecer a cultura da educação em direitos humanos nas escolas da rede pública do Município. Ainda neste ano, a SMDHC e a SME realizam o 2º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos, cujo edital já foi publicado.

Veja como foi o 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos



Ato de lançamento dos Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs)
Edifício Matarazzo
Viaduto do Chá, 15, auditório do 7º andar
Dia 9/4, às 10h

Fotos: Comunicação/SMDHC

CÓPIA

Folha n.º	340	do Proc
N.º	2014 - 0.338.043	Assessor Técnico I
Ass.	[Assinatura]	RF. 816.267.1 SMDHC/GAB

Coordenação de



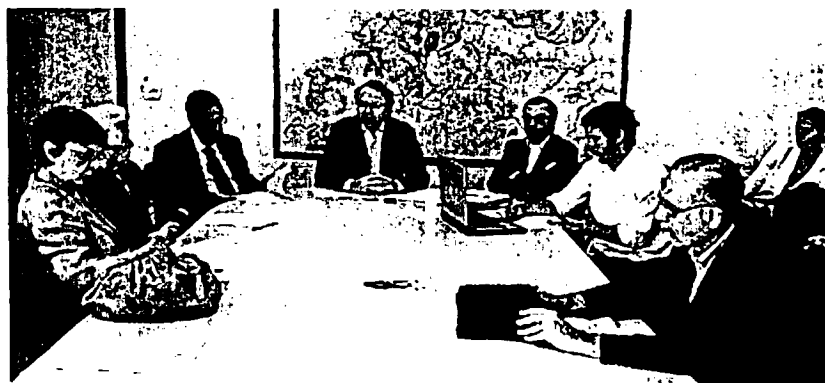
Endereço

Rua Líbero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

06/03/2014 20h46

Conselho Consultivo de Educação em Direitos Humanos debate políticas públicas

Compõem o Conselho algumas das maiores autoridades em direitos humanos de São Paulo, como Margarida Genevois, Maria Victória Benevides, Paulo Vannuchi, Marco Antonio Barbosa, Moacir Gadotti, Maurício Piragino e Flávia Schilling



O secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, reuniu-se nesta quinta-feira, dia 6, com o Conselho Consultivo de Educação em Direitos Humanos para apresentar e discutir as propostas e ações da Secretaria. Compõem o Conselho Consultivo algumas das maiores autoridades em direitos humanos de São Paulo, como Margarida Genevois, Maria Victória Benevides, Paulo Vannuchi, Marco Antonio Barbosa, Moacir Gadotti, Maurício Piragino e Flávia Schilling. Participaram também do encontro o coordenador de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, Eduardo Bittar, e o coordenador-adjunto, Jonas Waks.

Sottili abriu a reunião considerando que o Conselho terá a educação em direitos humanos como foco principal, mas também poderá se abrir para todos os outros temas que envolvam os direitos humanos no Município. "Quero que vocês sejam nossos grilos falantes, que nos instiguem a pensar sobre nossas ações."

Durante a reunião, os integrantes do Conselho Consultivo fizeram inúmeras propostas. Margarida Genevois, por exemplo, levantou o problema da falta de bibliografia prática sobre o tema. Marco Antonio Barbosa lembrou da importância do audiovisual e dos muitos filmes existentes que podem colaborar no debate sobre o assunto. Neste sentido, Maurício Piragino sugeriu que o programa de formação em direitos humanos para professores da rede municipal de ensino tenha bons critérios na escolha destes profissionais.

"É difícil pegarmos um tema de política pública que não tenha relação com direitos humanos, dos temas técnicos aos mais transcendentais", disse a professora Maria Victória Benevides, destacando o debate sobre o direito à cidade como um bom caminho para descontaminar eventual preconceito com o conceito de direitos humanos. "Todo mundo quer uma Cidade melhor. E o direito à cidade é um tema fundamental de direitos humanos." A professora da USP ainda ponderou sobre a importância dos CEUs como espaços de entrosamento com a comunidade, além do diálogo com os conselhos participativos e subprefeituras.

Assim como Marco Antonio Barbosa, o ex-ministro de Direitos Humanos e atual membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), Paulo Vannuchi, incentivou a produção de vídeos. "Tem que se fazer um material visual, entrar na internet, entrar nas redes", opinou. Por fim, Vannuchi lançou a proposta de a cidade de São Paulo se tornar um laboratório mundial de educação em direitos humanos, realizando um seminário internacional sobre o tema no segundo semestre de 2015. "É um erro pensarmos São Paulo como uma cidade. São Paulo é um país, tem a 60ª maior economia do mundo", disse o ex-ministro, dando a dimensão do potencial da Cidade e de seus desafios.

CÓPIA

Foto: Comunicação/SMDHC

Folha n.º	VII	do Proc.
N.º	2014	0.333.040-2
Ass.	Camila Helena dos Santos	Assessor Técnico I
		RF. 846.267.1

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

1º Prêmio de Educação em Direitos Humanos contempla projetos de professores e escolas da rede municipal

Cerimônia aconteceu nesta terça-feira, no Auditório Ibirapuera, como parte do Festival de Direitos Humanos – Cidadania nas Ruas, e teve a presença do prefeito Fernando Haddad e do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottill.



CÓPIA



Seis professores e seis escolas públicas da rede municipal de ensino foram premiados na noite desta terça-feira, dia 10, por projetos desenvolvidos na área de direitos humanos. A cerimônia do 1º Prêmio de Educação em Direitos Humanos ocorreu no Auditório Ibirapuera, como parte do Festival de Direitos Humanos – Cidadania nas Ruas, e marcou a comemoração do Dia Internacional dos Direitos Humanos. “O dia 10 de dezembro não poderia ser celebrado de melhor forma do que premiando os educadores da nossa cidade”, disse Rogério Sottill, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania.

A cerimônia ainda contou com a presença do prefeito Fernando Haddad e do secretário municipal de Educação, Cesar Callegari.

Na categoria Unidade Educacional, o projeto vencedor foi “Traçando e trançando laços de igualdade na educação da infância”, do Centro de Educação Infantil Onadyr Marcondes, de Santo Amaro. No segundo lugar, ficaram empatados os projetos “Relatos da juventude”, da EMEF Carolina Rennó Ribeiro de Oliveira, e “Mundo de Azzi Abayomi e Sofia - Diversidade biológica e cultural”, da EMEI Guia Lopes. A terceira colocação ficou com “Córrego limpo, comunidade viva”, da EMEF Solano Trindade.



Os vencedores
e a plateia

Já na categoria Professores, o projeto vencedor foi “Os anos de chumbo no Brasil”, desenvolvido no CEU Caminho do Mar e na EMEF Professora Dulce Salles Braga, de Santo Amaro. A coordenação da atividade foi da professora Suelli Funari. O segundo lugar ficou com o projeto “Os Índios não são Iguais”, coordenado por Laura Matos Bueno, da EMEI Rio Pequeno I. No terceiro lugar, houve empate entre “Educação para a igualdade de gênero: Grupo de estudos de gênero da escola”, da EMEF Maria Moog, e “Vem cuidar de mim”, da EMEI Professora Maria Lúcia Petit da Silve.

Os projetos foram analisados por um júri composto por importantes especialistas e estudiosos na área de direitos humanos, como Maria Victória Benevides, Kabengele Munanga, Flávia Schilling, Margarida Genevois, Paulo Vannuchi, Fernando Almeida e Olívio Jekupé.

“Nesta primeira edição do Prêmio, recuperamos as iniciativas dos últimos cinco anos que trabalharam com os direitos humanos nas escolas. Foi uma maravilhosa surpresa ver que a rede municipal tem trabalhado tão intensamente com o tema”, declarou Rogério Sottill.

142

Nº 0014 - 0.330.040-2



Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RE. 816.267.1
GMDHC/GAB



O prefeito Fernando Haddad e o secretário Rogério Sottili entregaram os prêmios aos vencedores



Após abrir sua fala com um "Viva Nelson Mandela", o prefeito Fernando Haddad destacou a importância da difusão da temática dos direitos Humanos na Prefeitura. "Se formos dizer em uma frase, todas as ações da Prefeitura se pautam pelos direitos humanos. Não há uma única decisão que nós tomamos sem levar em consideração esse norte", disse o prefeito.

Homenagem

Durante o evento, o ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Paulo Vannuchi fez uma homenagem a d. Paulo Evaristo Arns, em reconhecimento à sua dedicação e à sua luta na defesa dos valores dos direitos humanos no Brasil. Vanucchi relembrou o histórico da atuação de d. Paulo contra as perseguições políticas durante as ditaduras do Brasil e da América do Sul.

1º Prêmio de Educação em Direitos Humanos
Auditório do Ibirapuera
Parque do Ibirapuera
Avenida Pedro Álvares Cabral, s/n, portão 3
Às 18h

CÓPIA

Confira a programação completa do Festival

Veja mais fotos do evento no Facebook da SMDHC

Fotos: Otávio Almeida/Estúdio Luzia

Folha n.º	343	do Proc.
N.º	2014 0 333.040 - 2	
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/AGG

Coordenação de



Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

07/11/2013 15h00

Iniciadas as aulas do curso Gênero e Diversidade na Escola

Voltado a educadores, o curso tem como objetivo preparar as escolas para combater o preconceito e a discriminação nas salas de aula, além de mudar a cultura de intolerância presente nas práticas docentes da rede pública

Começaram no dia 15 de outubro as aulas do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), voltado a educadores do Município com o objetivo de promover transformações nas práticas docentes da rede pública, combatendo as formas autoritárias e intolerantes de lidar com as diferenças.

A primeira turma é composta por 50 participantes, sendo 39 da rede municipal. Promovido pelas secretarias municipais de Educação (SME) e de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Educação em Direitos Humanos, o curso tem caráter de formação continuada e nível de aperfeiçoamento, sendo ministrado na modalidade Educação à Distância, com carga horária total de 200 horas. Há ainda atividades presenciais destinadas a webconferências e avaliações, realizadas no Polo CEU Butantã. Os participantes aprovados receberão certificados.

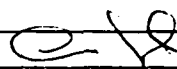
As aulas partem do pressuposto de que a escola é uma instituição que dá margem a graves processos discriminatórios e várias formas de desigualdade, hierarquia e violência, por isso a necessidade do combate ao preconceito e à discriminação junto aos educadores.

O curso é oferecido pela Universidade Federal de São Carlos, sob a coordenação pedagógica do professor Jorge Leite Júnior, docente do Departamento de Sociologia da universidade. O programa está estruturado em seis módulos: Letramento digital; Diferenças; Gênero; Sexualidade e orientação sexual; Relações étnico-raciais; e Avaliação. O cronograma de atividades vai de outubro de 2013 a junho de 2014.

A SME e a SMDHC pretendem oferecer 500 vagas deste mesmo curso em 2014. Além disso, está previsto para o próximo ano o oferecimento de 1.250 vagas do curso GDE em nível de especialização (360 horas) e 1.250 vagas do curso Educação em Direitos Humanos (EDH) também em nível de especialização, em parceria com as Universidades Federais de São Paulo e do ABC.

A meta 63 do Plano de Metas da Prefeitura prevê a formação, até 2016, de 6.000 professores em Educação em Direitos Humanos.

CÓPIA

Folha n.º 344 do Proc.
N.º 2014 0.333.040-2
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
Ass. 
RE 816.267.1
SMDHC/CAB

Coordenação de



Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9892
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

08/10/2013 10h21

Núcleo de Educação em Direitos Humanos e Cidadania é criado na rede municipal de ensino

Núcleo é composto por representantes de cada uma das 13 Diretorias Regionais de Educação e tem a missão de aproximar as ações do grupo de trabalho criado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria Municipal de Educação dos educadores da rede

Com o objetivo de viabilizar a implementação das ações do Grupo de Trabalho Intersecretarial Educação em Direitos Humanos (GTI EDH) nas escolas da rede municipal, foi criado, no dia 18 de setembro, o Núcleo de Educação em Direitos Humanos e Cidadania (Núcleo EDHC) da Rede Municipal, composto por representantes de cada uma das 13 Diretorias Regionais de Educação (DREs) da Cidade.

O GTI-EDH foi constituído pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e pela Secretaria Municipal de Educação para propor estratégias e garantir a implementação da educação em direitos humanos no Município. O GTI aposta no papel fundamental dos diretores regionais de ensino, dos supervisores e de todos os gestores e educadores da rede nesse processo.

O Núcleo EDHC, criado em reunião realizada na DRE Ipiranga, congregará todos esses atores e atuará como um foro permanente para disseminar a cultura de direitos humanos na rede municipal de ensino.

Participaram do encontro representantes das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania e de Educação no GTI-EDH e dois representantes de cada Diretoria Regional de Educação, sendo um representante do gabinete da DRE e um supervisor de ensino.

Eduardo Bittar, coordenador de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, apresentou a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e as ações da Coordenação, que estão organizadas em três frentes principais: cultura, segurança urbana e rede municipal de educação.

Jonas Waks, coordenador-adjunto de Educação em Direitos Humanos da SMDHC, apresentou em detalhes as duas ações da Coordenação junto à rede que já estão em fase de implementação e precisam do apoio do Núcleo EDHC para acontecer: o Festival ENTRETODOS e o 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos. O 6º Festival de Curtas-Metragens de Direitos Humanos ENTRETODOS busca aproveitar o papel educativo da arte, sensibilizando e disseminando no município de São Paulo a perspectiva da cultura dos direitos humanos. Esta edição fortalecerá a dimensão educativa do Festival, exibindo os filmes na rede escolar municipal e formando os educadores para o uso do material áudio-visual para fins pedagógicos.

Já o 1º Prêmio Municipal de Educação em Direitos Humanos tem como objetivo identificar, reconhecer e estimular experiências educacionais que promovam a cultura dos direitos humanos, desenvolvidas nos últimos cinco anos na rede municipal de ensino. Para sensibilizar educadores e gestores para a temática da EDH em geral e para esses dois projetos específicos, serão realizadas três oficinas ainda este ano.

Rogério dos Anjos e Thais Romoli, da Secretaria Municipal de Educação, enfatizaram a importância da constituição do Núcleo e apresentaram ações da SME que já estão em curso com vistas à garantia do direito à educação, ao desenvolvimento integral de crianças, jovens e adultos e à cidadania. Mencionaram ainda, que devem ser desenvolvidas ações voltadas para o combate e a prevenção à violência, o enfrentamento ao abuso sexual e ao trabalho infantil, além dos programas para crianças em cumprimento de medidas socioeducativas.

CÓPIA

Folha n.º 145 do Proc.

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

Coordenação de

**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

24/05/2013 13h23

Direitos Humanos na rede municipal de Educação*A Prefeitura de São Paulo começou o processo de implementação de uma política municipal de Educação em Direitos Humanos***Endereço**Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
centro

Tel.: (11) 3113-9892

Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Sabe-se que o tema é de fundamental importância para as escolas da rede – que registram casos diários de racismo, homofobia, bullying e violência – e que muitas vezes os/as professores e a equipe gestora não têm orientação para lidar com tais situações.

As Secretarias Municipais de Educação (SME) e Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) estão trabalhando juntas para pensar estratégias de prevenção e combate ao preconceito, à discriminação e às violências, buscando que toda a comunidade escolar seja protagonista da construção de uma cultura de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Para isso foi criado o Grupo de Trabalho Intersecretarial Educação em Direitos Humanos (GTI-EDH), que começou suas atividades neste mês de maio.

Outra iniciativa importante que já está em curso diz respeito ao Programa Mais Educação. As atividades realizadas no contra-torno escolar estão organizadas em "Macrocampos" e uma das opções é justamente Direitos Humanos em Educação. Cada escola escolhe quatro Macrocampos e as que elegem o tema dos Direitos Humanos são orientadas a trabalhá-lo de modo transversal, principalmente com as áreas de Comunicação e Cultura.

As escolas podem propor muitas atividades neste Macrocampo, como por exemplo oficinas de fotografia, vídeo, música ou teatro com temáticas de Direitos Humanos. Por isso o kit de materiais pedagógicos que se recomenda comprar (com recursos do MEC) inclui máquinas fotográficas, aparelho de DVD, micro system, televisor e computador portátil. Para apoiar os educadores que trabalharão com Direitos Humanos em Educação, o GTI-EDH também está preparando formações específicas, em parceria com o MEC.

CÓPIA

Do Processo nº 2014.0.0338.040-2

Em 16.12.2014

ASSUNTO: Informações sobre a Meta 64 – Criação e funcionamento da Comissão Municipal da Comissão da Memória e Verdade

Ao Senhor

GIORDANO MAGRI

Chefe de Gabinete

CÓPIA

Conforme solicitado pelo Senhor Vereador Mário Covas Neto, encaminho atualizações quanto à execução da Meta 64 – Criar a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura Municipal de São Paulo, sobretudo no que se refere à construção de sítios de memória.

Memoriais e sítios de memória

- o Memorial Cemitério do Araçá: totem em mármore inaugurado em novembro de 2013;
- o Memorial no Parque do Ibirapuera: Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos inaugurado dia 8 de dezembro de 2014;
- o Memorial Cemitério de Perus: previsto para dezembro de 2016.

Criação e funcionamento da Comissão Municipal da Verdade (CMV-PMSP)

- o Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo criada pela Lei Municipal nº 16.012, de 16 de junho de 2014,
- o Instalação da Comissão no Edifício Ramos de Azevedo em 25 de setembro de 2014 e nomeação dos membros.

Apoio à retomada da identificação de mortos e desaparecidos políticos da ditadura militar

- o Acordo de cooperação entre UNIFESP, SMDHC e SDH-PR para retomada da análise das ossadas encontradas na Vala Clandestina de Perus assinado em 4 de setembro de 2014;
- o Equipes de arqueologia e antropologia forense contratadas pela SDH/PR; laboratório locado e parcialmente equipado pela UNIFESP;
- o Pesquisa antemortem em curso subsidiada pela SMDHC/PMSP;
- o 411 caixas transportadas do Cemitério do Araçá para o laboratório da UNIFESP;
- o Total de 112 caixas analisadas até o momento.

Educação e cultura pelo direito à memória e à verdade

- o 1.300 professores formados em cerca de 20 seminários e encontros sobre a ditadura civil-militar e o direito à memória e à verdade;

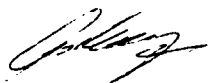
- 1000 conjuntos de publicações de referencia em direito à memória e verdade adquiridos, dos quais 230 foram distribuídos mediante formação – 80 escolas; 91 bibliotecas da cidade; 8 para os CEUs Centros de EDH.
- Ações em memória aos 50 anos do Golpe de Estado de 1964:
 - Concepção de arte da por Elifas Andreato
 - Blog do Cinquentenário – com calendário das atividades sobre o tema realizadas na cidade – <http://50anosdogolpe.prefeitura.sp.gov.br/>
 - Peça de Teatro Liberdade é Pouco, Praça da Sé – 3,4 e 5 de abril de 2014;
 - Diálogo entre gerações – a violência de Estado ontem e hoje, Praça das Artes – 5 de abril de 2014;
 - Shows “O Imaginário do Golpe de 64”, Centro Cultural São Paulo
 - Eu quero é botar meu bloco na rua – homenagem a Sérgio Sampaio – 10 de abril de 2014;
 - Tom Zé – 30 anos da Campanha Diretas Já! – 12 de abril de 2014
 - Releituras da Música de Protesto – Odair José e novos compositores – 13 de abril
 - 82ª Caravana de Anistia, Alexander Voeroes – 9 de abril de 2014.
- Diálogo entre gerações – a violência de Estado ontem e hoje, Centro Cultural Quilombaque – 13 de dezembro de 2014;
- Conversa Clínica Pública – Clínicas do Testemunho, Centro Cultural São Paulo, 3 de julho de 2014.

CÓPIA

Encaminho em anexo um resumo com registros fotográficos das atividades realizadas pela Coordenação de Políticas de Memória e Verdade, em cumprimento aos objetivos da Meta 64.

Agradeço desde já pelo interesse pela execução da referida Meta e permaneço à disposição para quaisquer informações adicionais necessárias.

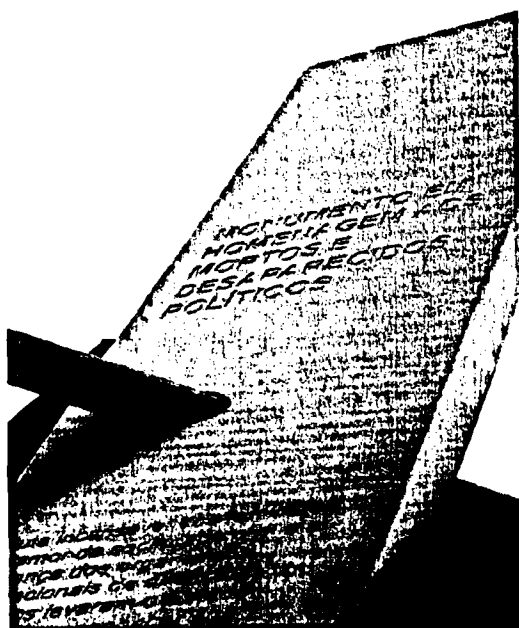
Atenciosamente,


CARLA BORGES
Coordenadora de Políticas DMV

Instalação do Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos
8 de dezembro de 2014



CÓPIA



Folha n.º 152 do Proc.
N.º 2014 - 0.338
Assessor Técnico
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB
Ass. *[Signature]*

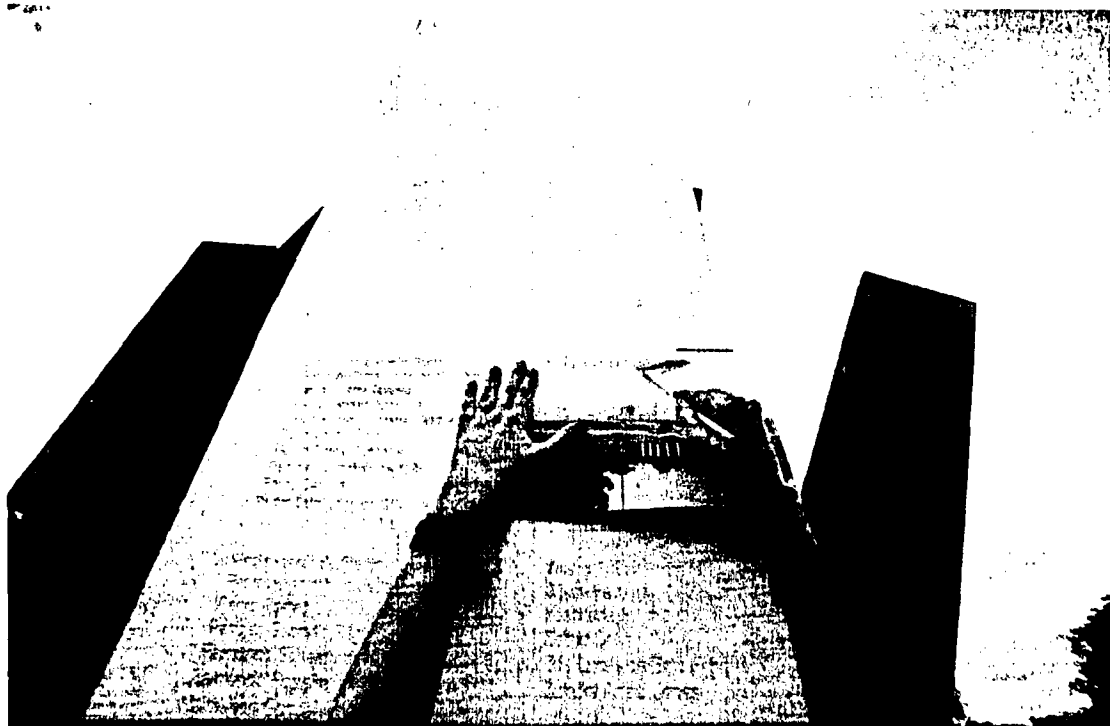
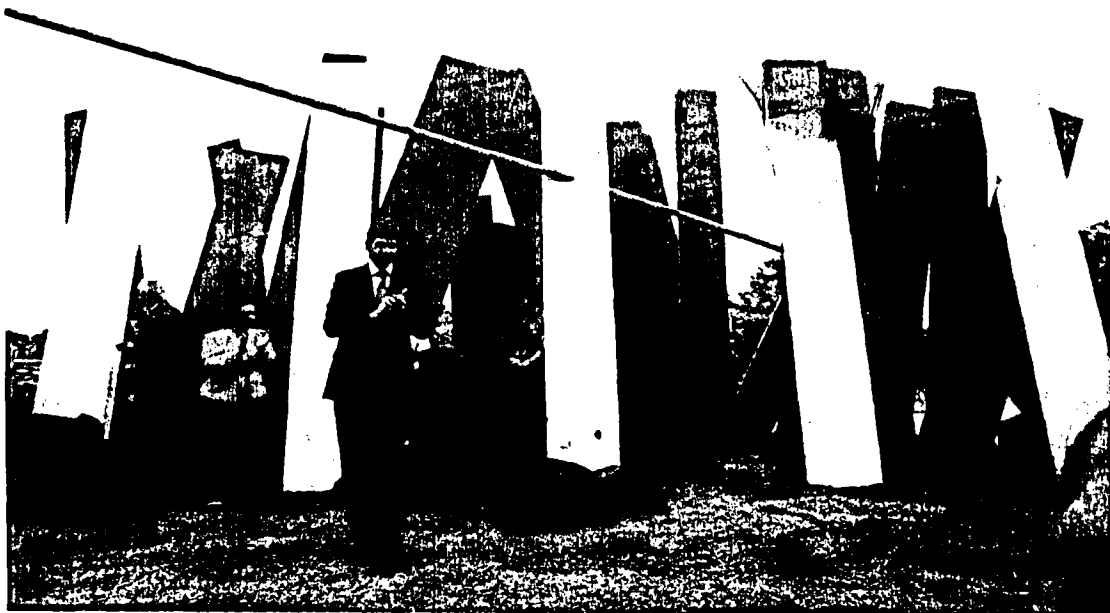
CÓPIA



Folha n.º 553 do Proc.

N.º 2014 0.338.040-2
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

CÓPIA



Folha n.º 294 de 294

38.04.15

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

CÓPIA

JSS

[Handwritten signature]

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF: 816.287-1
SMDHC/GAB



**AQUI AGUARDAM IDENTIFICAÇÃO
OS RESTOS MORTAIS DE 1.046
PESSOAS DESAPARECIDAS NAS
DÉCADAS DE 60 E 70, MUITAS
DELAS VÍTIMAS DO TERRORISMO
DE ESTADO PRATICADO DURANTE
A DITADURA CIVIL-MILITAR,
ENCONTRADAS NA VALA
CLANDESTINA DO CEMITÉRIO
DOM BOSCO, PERUS, EM 1990.**

IMAGEM INSPIRADA EM OBRA DE:
ANTONIO MONETAZZO (VENÔMA, 01.11.1941 - 30.09.1972)
ARTISTA PLÁSTICO E LÍDER ESTUDANTIL
ITALO-BRASILEIRO, ASSASSINADO EM 1972 PELA
DITADURA MILITAR

**SMDHC - SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA**

**COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E
DESAPARECIDOS**

**COMITÊ PAULISTA PELA MEMÓRIA, VERDADE E
JUSTIÇA**

SFMSP

SERVIÇO FUNERÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA SÃO PAULO

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

COMISSÃO DA VERDADE RUBENS PAIVA DA ALESP

AGRADECIMENTOS:

**ADRIANO DIAS, ALÍPIO FREIRE, MARCELO
MATTOS ARAÚJO, ROGÉRIO BOTTILI, IVAN BRIDAR,
CARLA BORGES, MARIA RITA KEMI, WILTON
OLIVAR DE ABREU.**

Folha n.º 156 do Proc.

N.º 2014 - 0.338.040 - 2

Camila Helena dos Santos

Assessor Técnico I

RF. 816.267.1

SM/BC/GAB

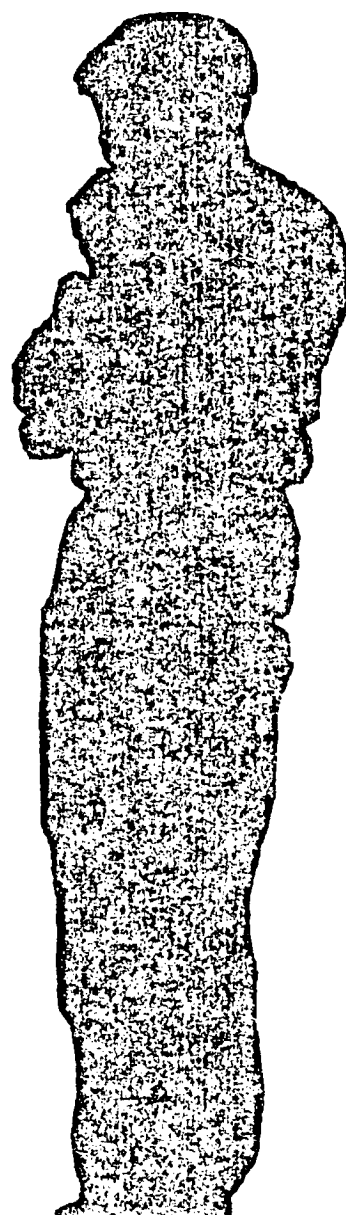
Ass. 

CÓPIA



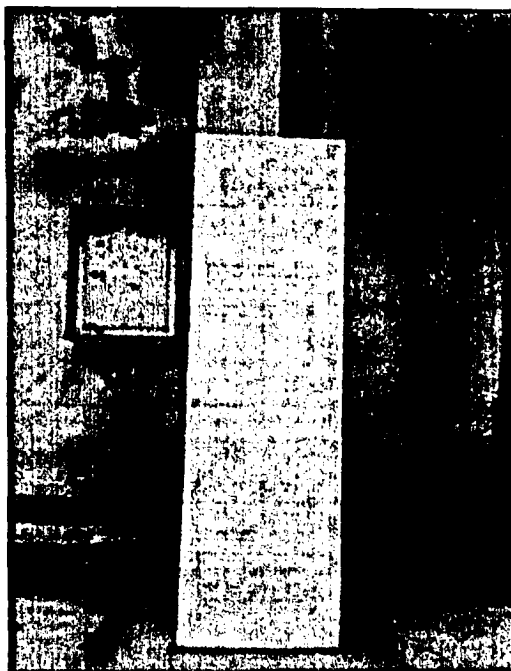
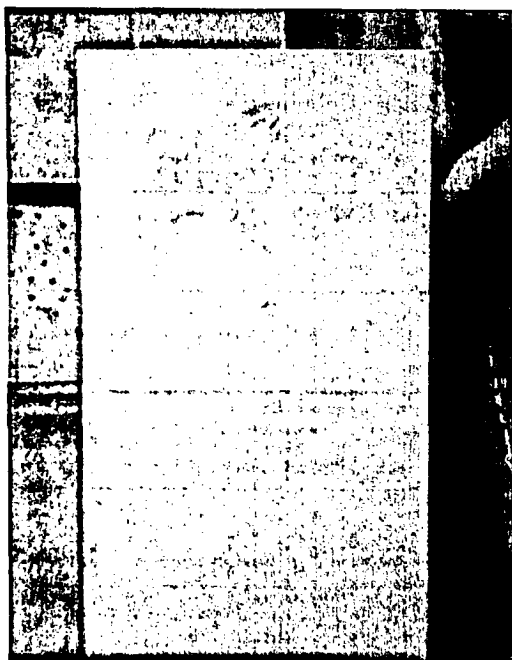
AGUARDAM IDENTIFICAÇÃO OS
RESTOS MORTAIS DE 109 PESSOAS
DESAPARECIDAS NAS DÉCADAS DE
60 E 70, MULHERES VÍTIMAS DO
TERRORISMO DE ESTADO PRATICADO
DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR.
ENCONTRADAS NA ALA CLANDESTINA
DO CRITÉRIO DO BOSCO, FERUS,
EM 1990.

Fonte: Agência de Notícias
do Brasil - Agência de Notícias do Brasil
do Brasil - Agência de Notícias do Brasil
do Brasil - Agência de Notícias do Brasil



Instalação do totem indicativo em frente ao Cemitério do Araçá

CÓPIA



Folha n.º 157 do Proc.
N.º 2014 - 0.338.040 - 2
Ass.  Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMITHOAS

Balanço das atividades da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade 2014

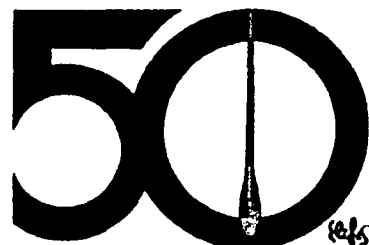
COPIA

Folha n.º 390

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF-816.267.1
SMDHC/GAB

Cinquentenário do Golpe de 1964

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

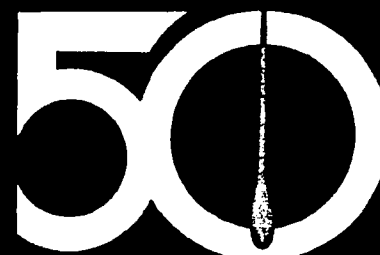


**CONHECER
PARA NÃO REPETIR**

Elisf. Andreato

CÓPIA

50 ANOS DO GOLPE DE 1964



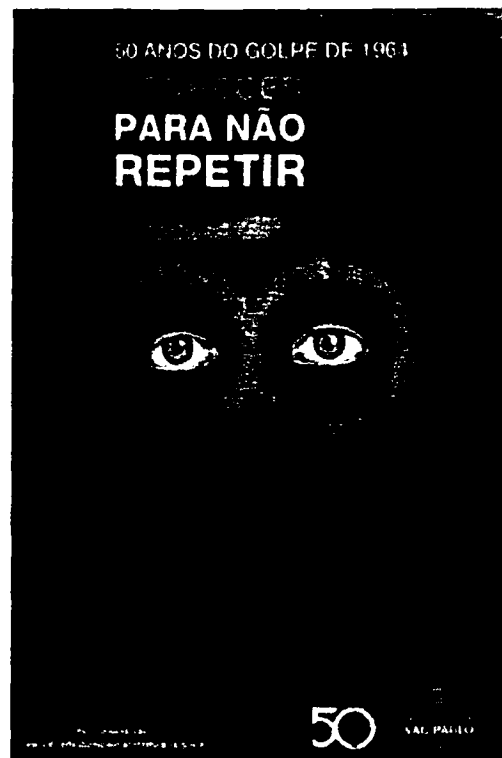
**CONHECER
PARA NÃO REPETIR**

Logomarca produzida por Elisfas Andreato

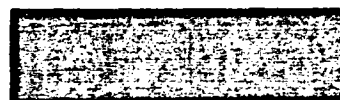
258

Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico
RF. 816.267.1
SMBHC/GAB

Cartaz



Hotsite



50 ANOS DO GOLPE DE 1964

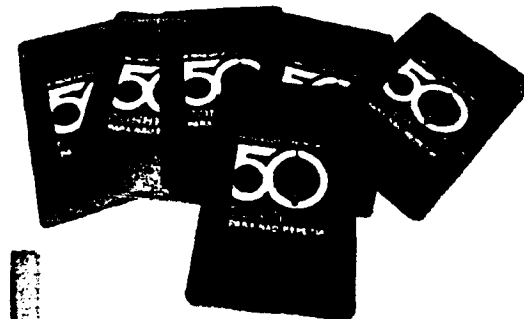


**CONHECER
PARA NÃO REPETIR**

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS
HUMANOS E CIDADANIA REALIZA, APOIA
E DIVULGA ATIVIDADES PARA O
CINQUENTENÁRIO DO GOLPE DE 1964

O PROJETO É GERENCIADO E ORÇADO PELA E EXECUTADO NA
OFICINA DE SUAS REPRODUÇÕES SÃO POR FAVOR

Bilhete Único



CÓPIA

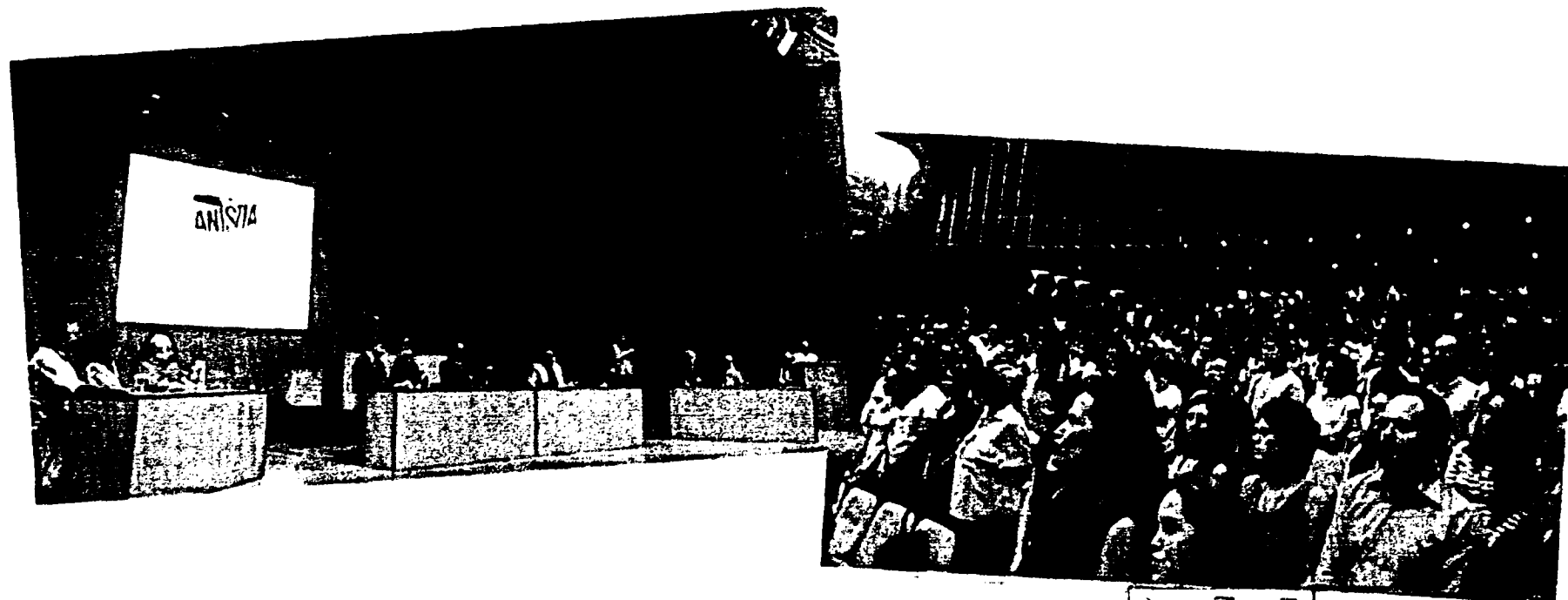
Carilja Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF-846-267-1
SMDH/CAB

Atividades apoiadas

CÓPIA

Folha n.º	163	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
Ass.	RF. 816.267.1	
	SMDIC/AGB	

Tribunal Tiradentes III julga e condena, simbolicamente, a Lei de Anistia

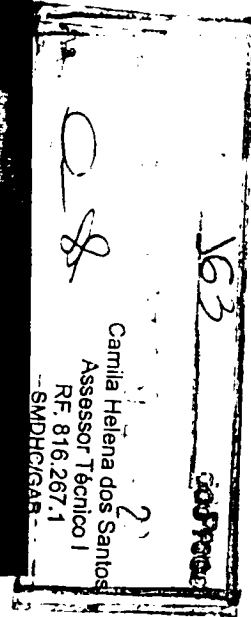


Júri simulado aconteceu no dia 18 de março de 2014, no TUCA - Teatro da PUC-SP. A primeira edição do Tribunal foi realizada em 1983, com o julgamento da Lei de Segurança Nacional, eixo ideológico da ditadura civil-militar.

Folha n.º 162 do P.
N.º 2014 0.333
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF 816.267.1
SMDHC/GAB
Ass.

CÓPIA

Ato unificado Ditadura Nunca Mais



CÓPIA

Cerca de 500 pessoas participaram do Ato Unificado Ditadura Nunca Mais: 50 Anos do Golpe Militar, realizado no dia **31 de março de 2014**, no **36° DP, no bairro do Paraíso, zona sul**, antiga sede do antigo DOI-CODI, um dos maiores centros de repressão e tortura da ditadura civil-militar. O evento marcou o cinquentenário do golpe de Estado de 1964, e foi realizado pela ALESP, em parceria com diversas instituições de memória e verdade.



Ato em Homenagem à Resistência e Luta pela Democracia

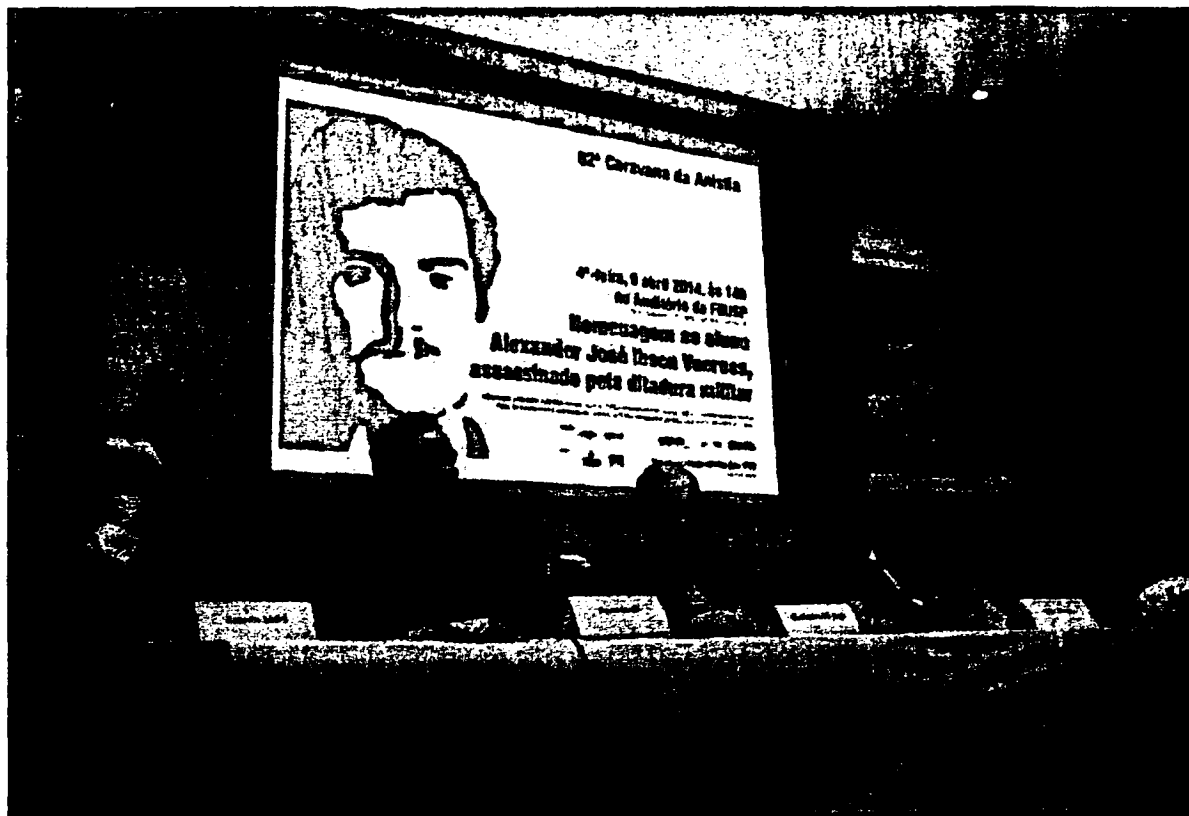


CÓPIA

F.	de Proc.
N. 2014 0333040-2	
Ass. <i>[Signature]</i>	Car. - Helena dos Santos
	Assessor Técnico I
	RE: 816.267.1
	STJ/PR-19

No dia 02 de abril de 2014, ocorreu a inauguração do monumento ao "Nunca Mais" diante do Teatro da Universidade Católica, o TUCA, da PUC de São Paulo. O monumento é um dos 16 que serão instalados ao longo do ano em projeto da Comissão de Anistia com parceria do Instituto Alice – um outro exemplar já foi instalado também próximo ao Clube Militar, no Rio de Janeiro.

82ª Caravana da Anistia: Alexander Voeroes



CÓPIA

Folha n.º	85	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I PE. 516.267.1 SMITH/09AB	

Aconteceu na quarta-feira, dia 9 de abril, na Faculdade de Educação da USP, a 82ª Caravana da Anistia. Realizada pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, a sessão julgou o caso de Alexander José Ibsen Voeroes, aluno do Colégio de Aplicação entre os anos de 1968 e 1972.

Atividades realizadas

Folha n.º 166

Pr

2014 - 0.338.0

2



Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. B16.267.1
SMDHC/GAB

CÓPIA

Peça teatral: 'Liberdade é pouco'

CÓPIA



Handwritten signature and the number '167'.

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

As escadarias da Catedral da Sé, no centro, receberam, entre os dias 3 e 5 de abril de 2014 mais uma encenação da peça 'Liberdade é pouco', concebida pela Cooperativa Paulista de Teatro especialmente para o 1º Festival de Direitos Humanos - Cidadania nas Ruas, realizado pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) em 2013



Diálogo Intergeracional: *violência de Estado ontem e hoje*



Diálogo Intergeracional reuniu resistentes e jovens para debater os reflexos desse período nos dias atuais. **05 de abril de 2014, na Praça das Artes.**



CÓPIA

Ass. _____

Assessoria
RF. 816.267.1
SMDH/CAB

Folha n.º 158 do Proc. _____

Shows no CCSP: Homenagem a Sérgio Sampaio



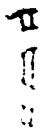
CÓPIA

168
N. 2111
3
4,0 - 2
do Proc.
Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF: 816,267,1
CURTOS

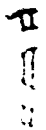
Três jovens compositores subiram ao palco do **Centro Cultural São Paulo (CCSP)**, no dia **10 de abril de 2014** para homenagear Sérgio Sampaio. Gustavo Galo, Juliano Gauche e Tatá Aeroplano tocaram, faixa a faixa, o disco que consagrou o capixaba, homônimo da canção 'Eu quero é botar meu bloco na rua', de 1973. O disco foi um grito de liberdade em meio à ditadura que dominou o Brasil por mais de 20 anos.

三

三



三



— 33 —

Folha n.º 175

— 33 —

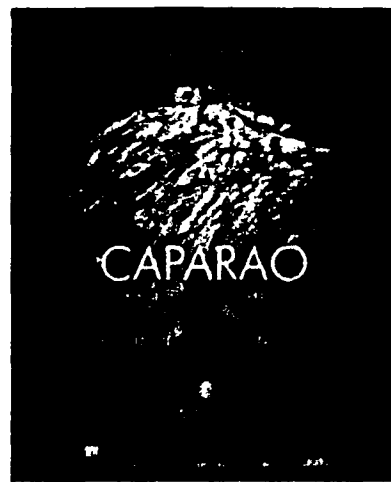
— 33 —

Programação Especial do Cine Direitos Humanos

O Cine Direitos Humanos ofereceu uma programação especial inteiramente dedicada ao tema dos 50 anos do Golpe. Nos meses de março e abril o ciclo reuniu sete títulos, que propiciaram diferentes abordagens sobre o período da repressão no País.



15/03 "A Memória que me Contam" - Lúcia Murat



22/03 "Caparaó" - Flavio Frederico



29/03 "15 Filhos" - Maria de Oliveira Soares e Marta Nehring



29/03 "Ação entre Amigos" - Beto Brant



05/04 "Em Busca de Iara" - Flavio Frederico

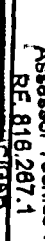


12/04 "Travessia" - João Batista de Andrade



19/04 Batismo de Sangue - Helvécio Ratton

CÓPIA

Ass. 
Carimbo: 
Assessor Técnico I
RE 818.267.1

Nº 2014-0338060-2

Folha nº 193 do Proc.



Cinema e Direitos Humanos
na São Paulo que a gente quer

Sessão Especial

Pré-estreia

MILITARES DA DEMOCRACIA

9

de abril

Cinemateca

às 20h30

50 ANOS DO GOLPE DE 1964

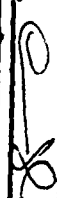
50

CONHECER
PARA NÃO REPETIR

CÓPIA

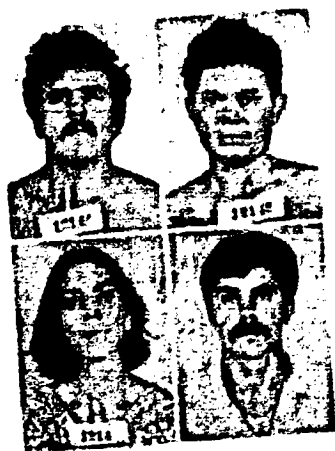
Militares da
Democracia
os militares
que disseram NÃO

No dia 9 de abril de 2014 foi realizada a sessão especial do projeto Cine Direitos Humanos: a pré-estreia do filme "Militares da Democracia: os militares que disseram não", de Silvio Tendler, na Cinemateca Brasileira.

Ass.  Camilla Helena do Amaral
Assessoria Técnica
M. Ottoni
SMDH/CG

Nº 2014 - 0338.040-2

Folha nº 132 do Proc.



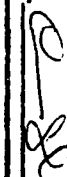
RETRATOS DE IDENTIFICAÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido sob a supervisão da Diretoria de Identificação da Polícia Federal, com o objetivo de registrar e identificar os indivíduos que foram detidos durante o período de 1964 a 1968, sob o regime de exceção.



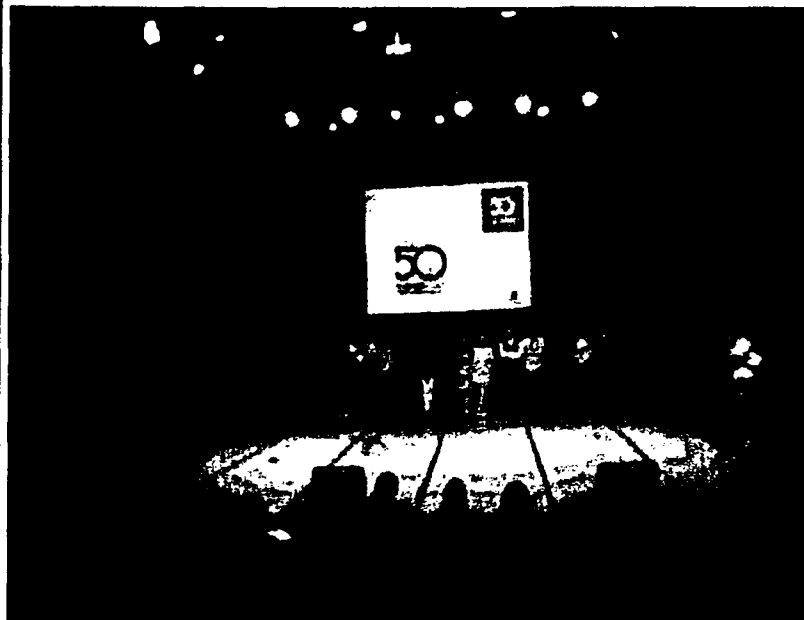
No dia 1º de novembro, o projeto Cine Direitos Humanos contou com a apresentação inédita no circuito comercial do longa-metragem 'Retratos de identificação' que traz à tona os acervos fotográficos das agências de repressão da ditadura civil-militar brasileira, com debate com a Diretora Anita Leandro.

CÓPIA

Ass.  Carliia Helena dos Santos
Assessor. Téc.
Rf. 016/01
SMDH/CIA

Folha n.º 373 do Proc.
N.º 2014 - 0.338.040 - 2

Encontros formativos realizados com as Diretorias Regionais de Ensino (DREs)



• Curso 50 anos do Golpe Civil-Militar - Encontros formativos - diálogo com Audálio Dantas, Maria Aparecida Aquino, Maurice Politi, visita ao Memorial da Resistência e conversa com a SMDHC. 28 de março e 5, 12 e 26 de abril de 2014, no CEU Quinta do Sol

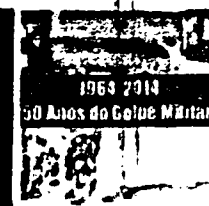
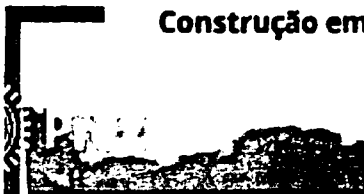


• Debate com Ivan Seixas na DRE Ipiranga, na reunião do Núcleo de Educação em Direitos Humanos para mobilização de gestores, em 2 de abril de 2014.

Camilla Helena
Assessor Técnico I
816.267.1
MDHC/ABR

CÓPIA

Construção em andamento...



02/14

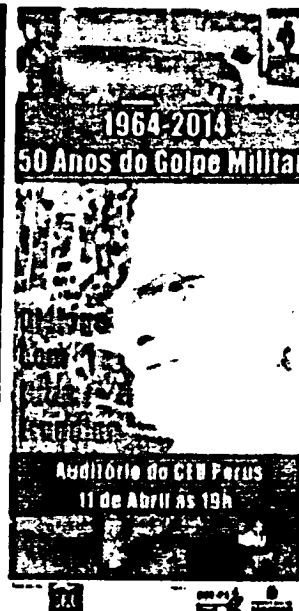
reunião do Núcleo de Educação em Direitos Humanos para mobilização de gestores, em 2 de abril de 2014.



• Ciclo de Debates: Conhecer para não repetir: 1964 e as implicações do golpe nos dias atuais
De 14 a 30 de maio, no CEU Butantã



• 1964 - 2014: 50 Anos do Golpe Militar. Diálogo com Luiza Erundina, 11 de abril no CEU Perus



Folha n.º 175 do Pr
N.º 2014 0.338
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico
RF: 816.267.1
SMDH/CGAB
Ass. [Signature]

• Cine Clube "O dia que Durou 21 anos", com Camilo Tavares "Verdade 12.528", com Paula Sachetta
5 e 15 de maio, CEU Quinta do Sol, DOT-P/DRE Penha

• 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964: lembrar é resistir, 23 de maio a 29 de agosto, no CEU Lajeado

• 50 anos do golpe: não esqueceremos! Encontro com Xico Bezerra, Grupo Tortura Nunca Mais, 14 de maio, às 19h, no CEU Lajeado

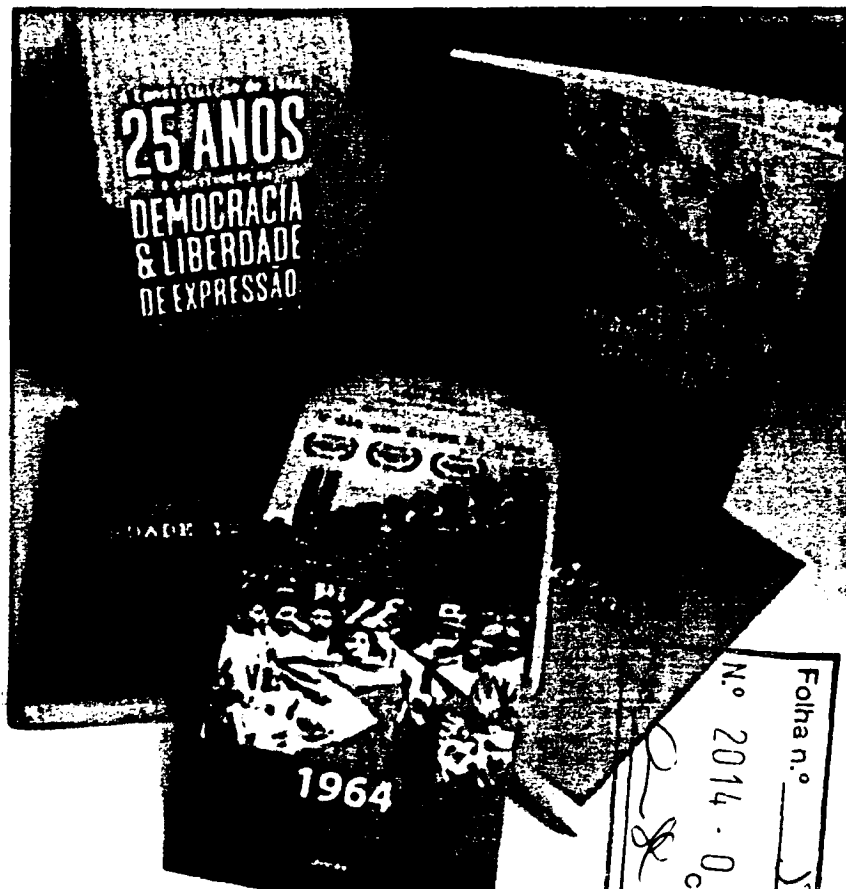
• I Seminário de Educação em Direitos Humanos
GT: memória e verdade, trabalho descente, população em situação de rua, migrantes e idoso.
De 14 a 16 de maio, Uninove Vergueiro

• Encontro com Educadores: panorama histórico e reflexões atuais, 24 de maio, das 9h30 às 13h30 - Memorial da Resistência

CÓPIA

e Professores e distribuição dos Kits:
r para Não Repetir: 50 Anos do Golpe de 1964

Seleção de publicações sobre Direito à Memória e à Verdade



Aquisição de 1000 unidades do Kit DMV

Seleção de Materiais:

- Arte do cinquentenário, assinada por Elifas Andreato

Filmes:

- 'O dia que durou 21 anos', de Camilo Tavares
- 'Verdade 12.528', de Paula Sacchetta e Peu Robles
- Seleção de curtas-metragens do Festival ENTRETODOS sobre direito à memória e à verdade:

Livros:

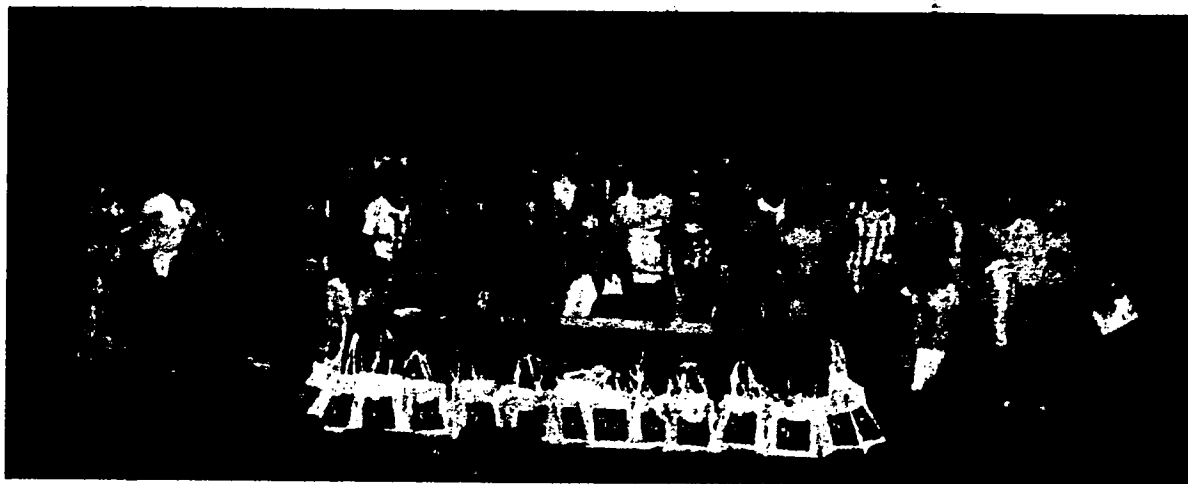
- A Constituição de 1988, 25 anos. A construção da democracia e liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da constituinte, (Editora Instituto Vladimir Herzog)
- Vala clandestina de Perus - desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira, (Editora Instituto Macuco)
- K, relato de uma busca, (Editora Cosac Naify)

CÓPIA

Formação de Professores e distribuição dos Kits: Seminário Conhecer para Não Repetir: 50 Anos do Golpe de 1964



No dia 22 de outubro de 2014, Paula Sacchetta, diretora do documentário Verdade 12.528, e o Tenente Francisco Paz, resistente que lutou contra a ditadura civil-militar, abriram a primeira mesa do Seminário "Conhecer para não repetir: 50 anos do golpe de 64" oferecido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo e Secretaria Municipal de Educação aos educadores e educadoras da rede municipal de ensino



Encerramento da "Turma B" do Seminário Conhecer para não Repetir: 50 Anos do Golpe de 64, dia 24 de outubro de 2014 no CEU Lajeado, com a presença de Criméia Almeida e Maurice Politi. No final do encontro foram distribuídos os KITS - DMV para as escolas que tiveram seus professores participando das palestras.

Ass. 
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF: 816.267.1
SMDH/CAB

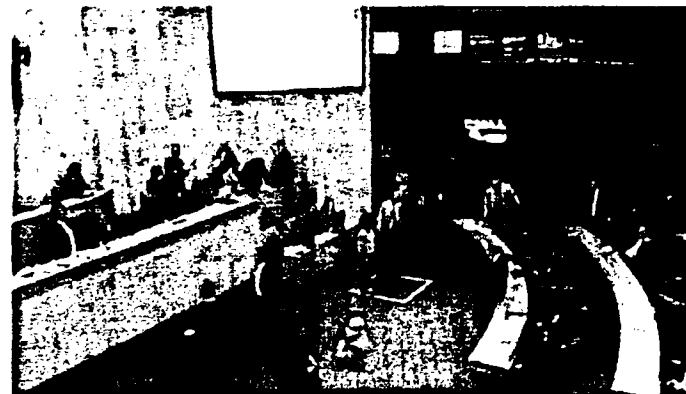
13/10/2014
do Proa

CÓPIA

Instalação da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura



Ocorreu no dia 20 de fevereiro de 2014, na Praça das Artes, centro, o ato de envio do Projeto de Lei 65/14, que cria a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, à Câmara Municipal.



A criação da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo foi aprovada pela Câmara Municipal de São Paulo, dia 3 de junho de 2014, por 39 votos a favor e 1 contra.



O prefeito Fernando Haddad instalou oficialmente e deu posse aos cinco membros que conduzirão os trabalhos da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. A cerimônia ocorreu no dia 25 de Setembro de 2014 no Edifício Ramos de Azevedo, que abriga o Arquivo Histórico de São Paulo e que será a sede da Comissão.

CÓPIA

Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico I
SF-816.267.1
SMDH/CAB

Retomada das análises das ossadas encontradas no Cemitério de Perus

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

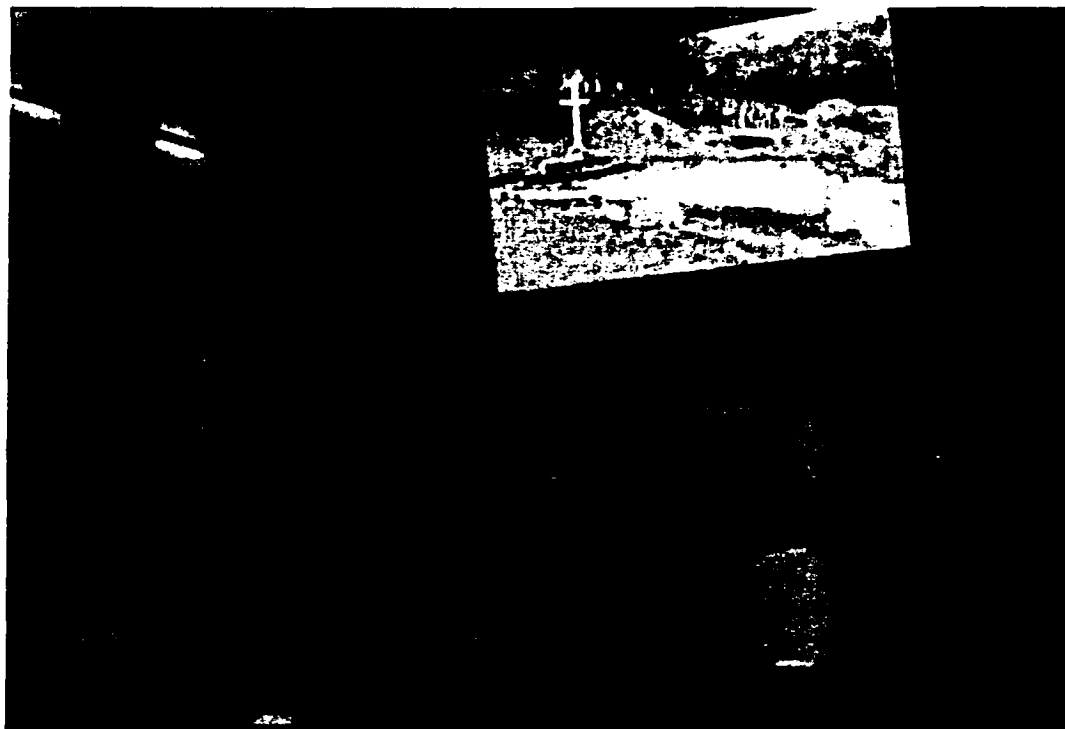
[ATO PÚBLICO SOBRE O CASO PERUS]
Retomada dos Trabalhos de Análise
dos Restos Mortais Encontrados na
Vala Clandestina

DATA: 04/09/2014 - HORARIO: 14h30min
LOCAL: Auditório Plenário Juscelino
Kubitschek, Assembleia Legislativa
do Estado de São Paulo (ALESP),
Av. Pedro Álvares Cabral, 201.

Assessoria Jurídica: Profa. Dra. Maria da Glória
Assessoria Técnica: Profa. Dra. Maria da Glória
Assessoria de Comunicação: Profa. Dra. Maria da Glória

Assessoria de Planejamento: Profa. Dra. Maria da Glória

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA



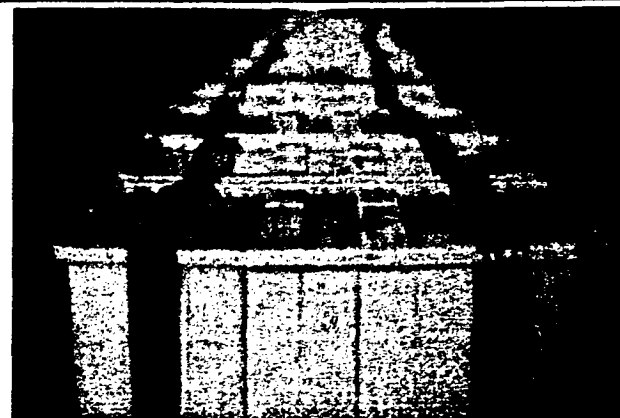
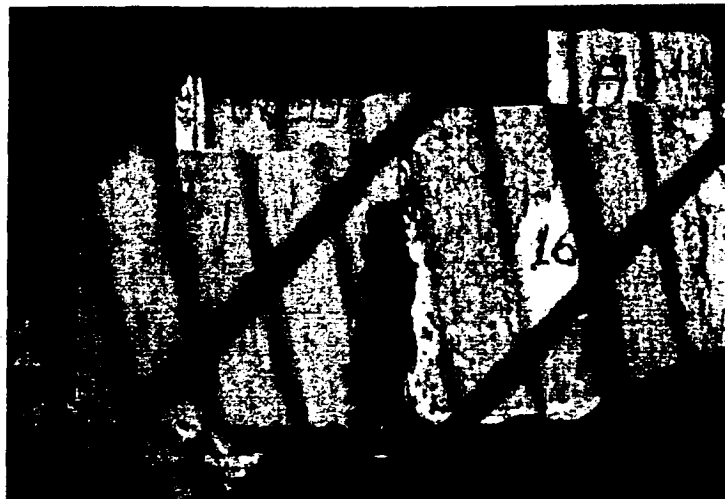
No dia 04 de Setembro de 2014, foi assinado o Acordo de Cooperação que oficializa a parceria entre a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Universidade Federal de São Paulo para viabilizar a análise científica dos restos mortais encontrados na vala clandestina de Perus.

Na mesma data Ato Público marca publicamente a retomada dos trabalhos de identificação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

CÓPIA

Folha n.º 1305 do Proc. 004-03380-0-2014-2
Ass. 
Assessoria Técnica
RF: 816.267
SMBH/CID

Transporte de 411 caixas do Ossário Geral do Araçá para laboratório da UNIFESP



Nos dias 10 e 11 de setembro de 2014, uma equipe multidisciplinar transportou parte dos remanescentes ósseos referentes ao Caso Perus para o Laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF) montado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

A ação contou com apoio do Serviço Funerário Municipal. No total foram transportadas 411 caixas, anteriormente alocadas em 30 nichos ou

sepulturas.

Folha n.º 180

2014.0.338.0411

Camilla Helena dos Santos

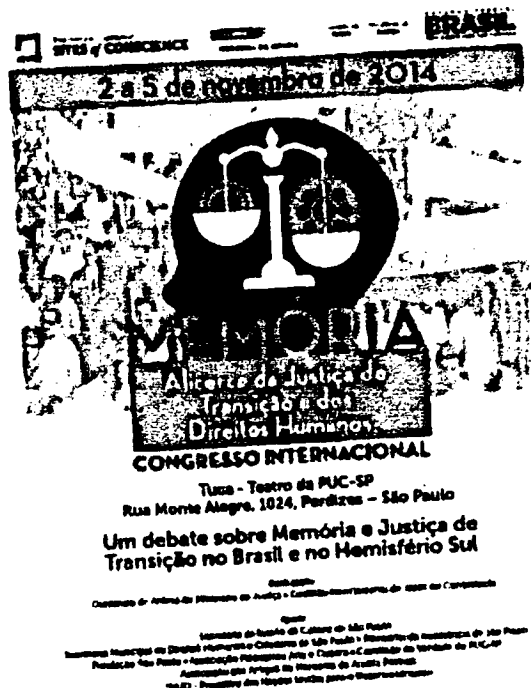
Assessor Técnico I

RF. 816.267.1

SMDF/CEAB

CÓPIA

Memória: Alicerce e Justiça de Transição no Brasil e no Hemisfério Sul



A Coalizão Internacional de Sítios de Consciência e a Comissão da anistia do Ministério da Justiça organizou nos dias 2 a 5 de novembro o congresso internacional Memória: Alicerce de Justiça de Transição e dos Direitos Humanos, no TUCA - Teatro da Universidade Católica. O congresso foi apoiado pela Secretaria Municipal de direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

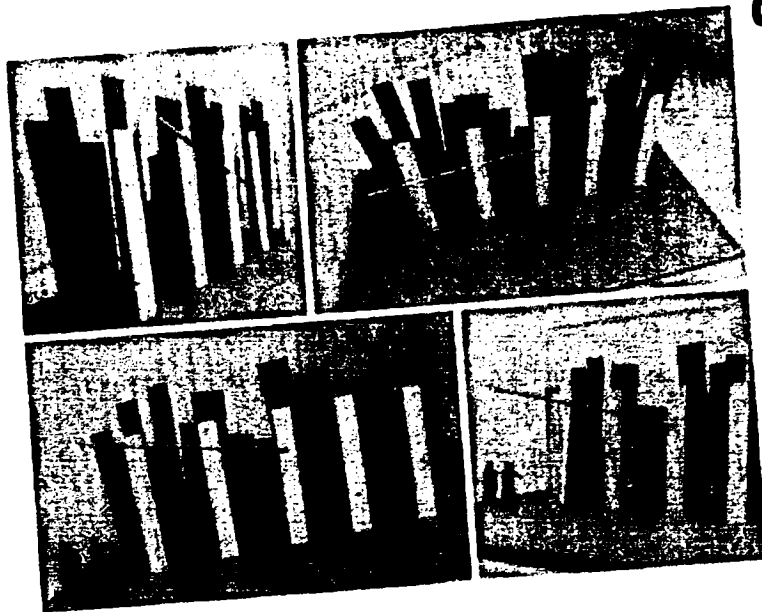
F. 158 do Proc.

Nº 2014 131040-2

Ass. Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDH/CAB

CÓPIA

Instalação de Monumento em homenagem a mortos e desaparecidos políticos da ditadura civil-militar



O projeto do artista Ricardo Ohtake, prevê a instalação de chapas brancas e uniformes de aço com o nome dos **436 mortos e desaparecidos políticos** de que se tem conhecimento até o momento, segundo lista da ALESP e IEV. As placas terão 6 metros de altura por 12m de largura.

Instalação de Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos em frente ao Portão 10 do Parque Ibirapuera

Concepção, elaboração do projeto executivo, aprovação de projeto junto aos diversos conselhos competentes e construção

Inauguração em 8 de dezembro de 2014, às 14h



Imagem ilustrativa do projeto de Ricardo Ohtake

CÓPIA

FOLHA 11.
N.º 2014 - 0.338.040 - 2
Camilla Helena dos Santos
Assessor Técnico I

Coordenação de



09/12/2014 07h42

Prefeitura inaugura o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos da ditadura

Reivindicação antiga dos familiares das vítimas, ato histórico marcou o primeiro dia do Festival de Direitos Humanos – Cidadania nas Ruas 2014

Folha n.º

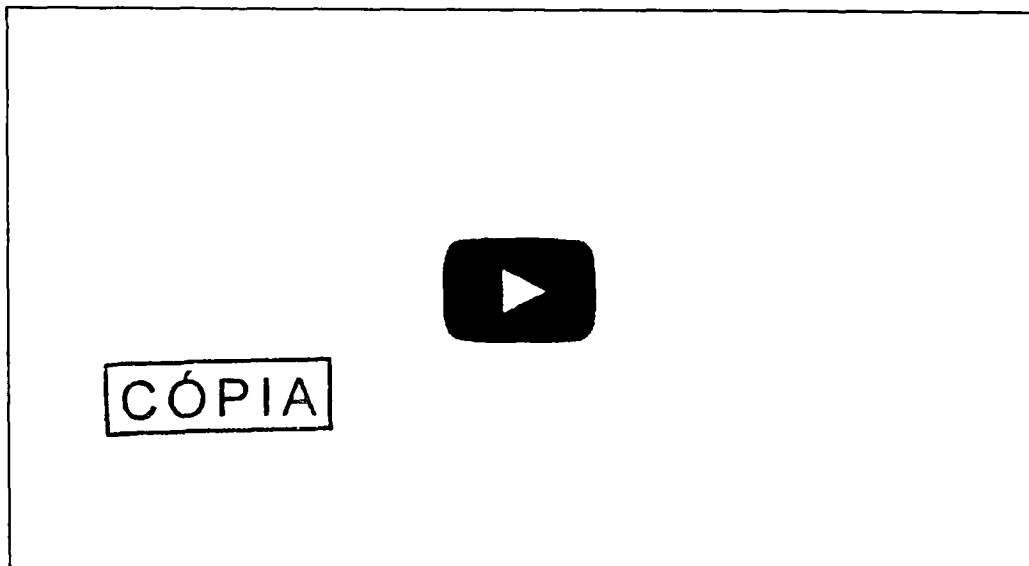
383

4º 2014 - 0.338 04

Carla Helena dos Santos
Assessor Técnico I
09/12/2014
SMDHC/GAB

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

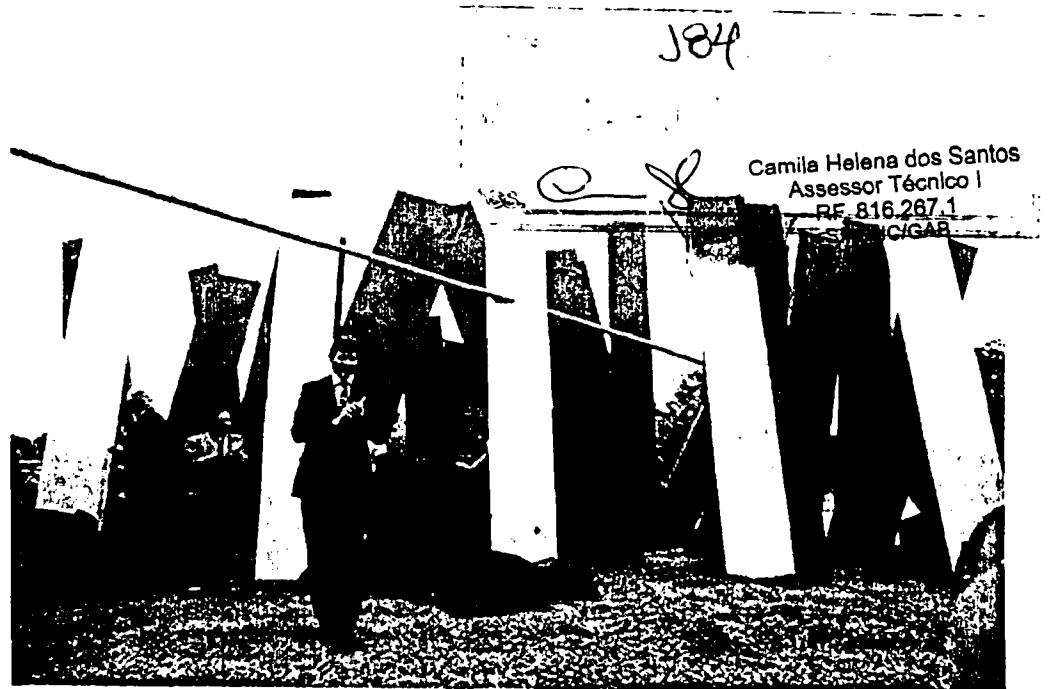


Cinquenta anos após o golpe de 1964 e quase 30 anos depois da redemocratização, a cidade de São Paulo inaugurou nesta segunda-feira (8) o Monumento em Homenagem aos Mortos e Desaparecidos Políticos da ditadura. Situada em frente ao portão 10 do Parque Ibirapuera, a obra do artista plástico Ricardo Othake se insere no primeiro dia do Festival de Direitos Humanos – Cidadania nas Ruas 2014, que promove uma série de atividades na cidade até o próximo domingo (14), quando haverá um grande show de encerramento na área externa do Auditório Ibirapuera.

A obra de seis metros de altura por doze de comprimento traz os nomes de todos os mortos e desaparecidos políticos do período da ditadura civil-militar de que se tem conhecimento até o presente. A instalação do monumento em um dos principais cartões postais da cidade, o Parque Ibirapuera, vai ao encontro de uma antiga demanda dos familiares de mortos e desaparecidos políticos e militantes do tema de sinalizar os sítios de memória que registram a história da resistência.

Presente no evento, o prefeito Fernando Haddad enfatizou a importância do local para instalação da obra em homenagem aos resistentes. "Acho muito importante que no parque mais visitado da cidade tenhamos um monumento que nos lembre aqueles que lutaram pela liberdade e pela democracia. Acho que é o primeiro monumento do gênero no país, com os nomes de todos os mortos e desaparecidos até para fazer justiça ao sentimento dos brasileiros", afirmou Haddad. "É fundamental que essa chama de liberdade seja acesa permanentemente para que nos lembremos do que são as trevas e afastá-las definitivamente das possibilidades históricas do Brasil. O país não merece outra ditadura", disse o prefeito.

O monumento celebra e encerra o ciclo de atividades formuladas e promovidas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania no ano do cinquentenário. Para Rogério Sottili, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo a obra é uma forma de reparação simbólica. "Com tantos logradouros e equipamentos públicos que ainda nos remetem a anti-heróis da ditadura, fica latente que nossa cidade carece de marcos que valorizem as vidas desses militantes, duas trajetórias e suas memórias", afirmou.

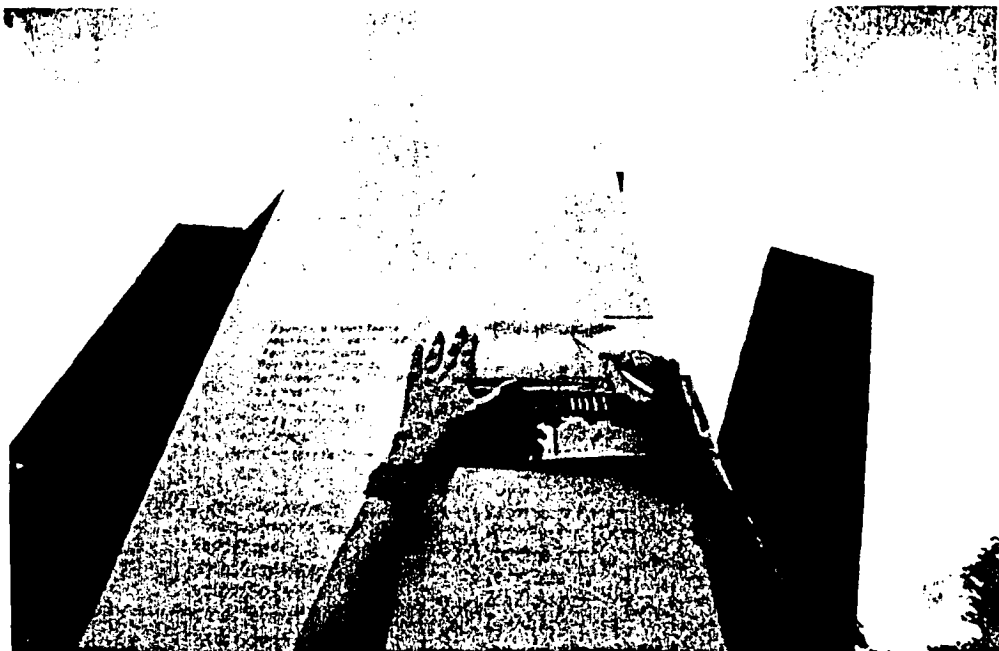


O prefeito Fernando Haddad, a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ideli Salvatti, e o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, descerraram o pano que cobria as cinco placas brancas, inaugurando oficialmente o monumento.

CÓPIA



Em torno de 200 mil pessoas visitam o Parque Ibirapuera nos finais de semana e poderão, agora, contemplar a obra que lista os 436 nomes dos mortos e desaparecidos de que se conhecimento até o momento.



Grafados em baixo relevo, familiares das vítimas podem decalcar o nomes dos seus entes queridos, como lembrança da homenagem.

CÓPIA



O secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, o prefeito Fernando Haddad e a ministra Ideli Salvatti destacaram em seus discursos a importância do monumento como valorização daqueles que deram a vida pela democracia.

Folha n.º	385	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
	RF. 816.267.1	
	SMDHC/GAB	



Cerca de 300 pessoas compareceram ao histórico ato de inauguração do monumento, com grande presença de familiares de mortos e desaparecidos e militantes dos direitos humanos.

CÓPIA

Foiha n.º	266	do Proc.
N.º	2014 - 0.333.040 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDH/IOAB	

Coordenação de



14/10/2014 20h37

CÓPIA

Folha n.º 187 do Proc.
N.º 2014 0.333.040-2
Ass. Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF 816.267.1
SMDH/CIDAD

Conhecer para não repetir: 50 anos do golpe de 1964

Em outubro, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania realiza formação e inicia distribuição de materiais de referência sobre a ditadura civil-militar para escolas da rede municipal

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade, organizou uma seleção de publicações sobre os anos da ditadura civil-militar no Brasil, para serem incluídos como material de apoio nos programas pedagógicos das escolas da rede municipal de educação. Os materiais começarão a ser distribuídos para as escolas, durante os encontros formativos do seminário "Conhecer para não repetir: 50 anos do golpe de 1964", que acontecem entre 22 e 29 de outubro, na sede da Secretaria Municipal de Educação e nos CEUs Água Azul e Lajeado.

A seleção reúne livros e documentários que abordam, sob diversas óticas e com sensibilidade, as graves violações de direitos humanos praticadas neste período da história do País, que até hoje não foram totalmente reveladas. Entre os 6 itens que compõem a seleção estão o documentário *'Verdade 12.528'* (2013, 55min), de Paula Sacchetta e Peu Robles, que faz um paralelo entre a impunidade do passado e as violações cometidas ainda hoje por agentes de Estado; o romance de estreia do jornalista Bernardo Kucinski, *'K, relato de uma busca'*, que narra, de forma pungente e avassaladora, a busca de um pai pela filha sequestrada pelo terrorismo de Estado, durante a ditadura no Brasil; e o finalista do Prêmio Jabuti 2014 *'A Constituição de 1988, 25 anos – a construção da democracia & liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte'*, coordenado pelo jornalista Marcos Emílio Gomes.

Completam a lista: um cartaz com a arte do Cinquentenário, criada por Elifas Andreato para marcar as ações desenvolvidas pela SMDHC em memória aos 50 anos do golpe de 1964; o livro *'Vala clandestina de Perus – desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira'*, publicado pela editora Instituto Macuco; e o documentário *'O dia que durou 21 anos'*, de Camilo Tavares.

O seminário, realizado pela SMDHC em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME), é voltado para educadores da rede municipal e visa aprofundar os conteúdos dos materiais distribuídos e estimular a reflexão sobre esse período de exceção da história do Brasil e suas implicações nos dias atuais. Os encontros contarão com exibição de documentários, debate com os diretores e palestras com gestores públicos, ativistas e resistentes. Os educadores que participarem poderão reverter as 8 horas de formação em pontuação para a progressão profissional. Confira, a seguir, a programação completa do evento.

Programação – Turma 1
Local: Secretaria Municipal de Educação

Carga horária: 8 horas
Vagas: 150

Dia 22/10, das 18h às 22h

18h - Abertura com Larissa Beltramim, secretária em exercício de Direitos Humanos e Cidadania, e Joane Vilela, secretária-adjunta de Educação

19h - Exibição do documentário 'Verdade 12.528' (2013, 55 min, Brasil), de Paula Sacchetta e Peu Robles/João e Maria.doc

O documentário trata da criação da Comissão Nacional da Verdade, por meio de relatos de militantes que resistiram à repressão e de familiares de desaparecidos políticos. Os diretores traçam um paralelo entre a violência de Estado de ontem e de hoje, mostrando como a impunidade do passado se apresenta das violações cometidas por agentes de Estado nos tempos atuais.

20h - Debate com a diretora Paula Sacchetta e o tenente Francisco Jesus da Paz
Paula Sacchetta é jornalista, trabalhou na grande mídia em veículos como Globo, TV Brasil e jornal O Estado de São Paulo. Em 2012, ganhou o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, com uma reportagem para o uma edição especial da revista Caros Amigos sobre a Comissão Nacional da Verdade. Francisco Jesus da Paz é um dos militares que lutaram pela resistência democrática. Atualmente é professor da PUC/SP.

Dia 29/10, das 18h às 22h

18h - Exibição do documentário 'Vala comum' (1994, 34 min, Brasil), de João Godoy

O documentário busca recuperar historicamente a discussão sobre a abertura da Vala Clandestina de Perus - onde foram ocultados diversos corpos de mortos e desaparecidos políticos, pessoas assassinadas pelo Esquadrão da Morte, vítimas da fome e da meningite - por meio de depoimentos de familiares que lutaram ou ainda lutam para descobrir o paradeiro de seus entes queridos.

19h - Mesa: Vala Clandestina de Perus - sobre a violência de Estado de ontem e de hoje
A proposta da mesa é discutir a questão dos desaparecimentos forçados pelo Estado, ocorridos durante a ditadura civil-militar, e os impactos que têm no presente.

Com: Susana Lisboa, ativista dos direitos humanos, integra, desde 1979, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Militou na Ação Libertadora Nacional e viveu na clandestinidade. Foi casada com Eurico Tejera Lisboa, primeiro desaparecido político no Brasil. Foi dele o primeiro corpo de desaparecido político a ser localizado.

Seminário "Conhecer para não repetir: 50 anos do golpe de 1964" – Turma 1

Secretaria Municipal de Educação
Rua Doutor Diogo de Faria, 1247, Vila Clementino
Dias 22 e 29/10, das 18h às 22h

Entrada gratuita
Inscrições aqui

CÓPIA

Programação – Turma 2
Local: CEU Água Azul e CEU Lajeado
Carga horária: 8 horas
Vagas: 150

Dia 24/10, das 19h às 23h

19h - Abertura com Valdirene Gomes, coordenadora-adjunta da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC

19h30 - Exibição do filme '30 anos da Anistia' (2009, 17 min, Brasil), de Luiz Fernando Lobo
O filme retrata a história da ditadura militar no Brasil, a luta do povo brasileiro pela liberdade e pela Anistia. Durante um período sombrio da história do País, ouve-se um grito de esperança e justiça, do povo que reivindicou e conquistou seus direitos.

20h - Mesa: Vala Clandestina de Perus - sobre a violência de Estado de ontem e de hoje
Exibição do filme 'Vala de Perus 2014' (2014, 16 min, Brasil), de Maria Angélica Lemos, seguida de discussão sobre a abertura da Vala Clandestina de Perus e o trabalho atual da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em cooperação com UNIFESP e Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, para analisar as mais de mil ossadas ali encontradas. Pretende-se ainda fazer uma relação entre os desaparecimentos forçados do passado e do presente.

Com: Clara Castellano, assessora da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC; e Eliana Faleiros Vendramini Carneiro, promotora de Justiça, associada ao Movimento do Ministério Público Democrático e mestre em Direito Penal.

22h - Oficina Silluetazo

Esta oficina é inspirada na experiência argentina denominada Silluetazo. A prática coletiva de

..... do Proc.

Folha n.º 388

N.º 2014 - 0.338.040

Camilla Helenides Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.287.1
SMDHC/GAB

Ass.

reprodução de silhuetas humanas, com nomes dos presos e desaparecidos políticos, se repetiu em diversos períodos violentos da história do país. Os participantes da oficina poderão interagir, física e emocionalmente, num processo de representação "presença/ausência" dos mortos e desaparecidos.

Com: Valdirene Gomes, coordenadora-adjunta da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC; e Fábio Franco, filósofo e consultor da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Dia 28/10, das 19h às 23h

19h - Debate: Direito à Memória e à Verdade no Festival ENTRETODOS

Exibição de curtas do Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos ENTRETODOS, seguida de debate com o curador do festival, Jorge Grinspum. Mediadora: Carla Borges, coordenadora de Direito à Memória e Verdade da SMDHC.

Seminário "Conhecer para não repetir: 50 anos do golpe de 1964" – Turma 2

CEU Água Azul

Avenida Dos Metalúrgicos, 1262, Cidade Tiradentes

Dia 24/10, das 19h às 23h

CEU Lajeado

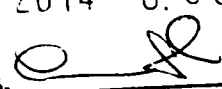
Rua Manuel da Mota Coutinho, 293, Guaianases

Dia 28/10, das 19h às 23h

Entrada gratuita

Inscrições aqui

CÓPIA

189	do Proc.
2014 - 0.338.040 - 2	
Ass. 	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I PE 816.267.1 SMDHC/CAR

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

CÓPIA

26/09/2014 17h16

Folha n.º 150

N.º 2014 - 0.338.040-2
Amila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SINDICAB

Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo começa a atuar

Os cinco membros que conduzirão os trabalhos da Comissão realizam nesta sexta-feira a primeira reunião de trabalho



Foto: Heloisa Ballarini / SECOM

O prefeito Fernando Haddad instalou oficialmente e deu posse aos cinco membros que conduzirão os trabalhos da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. A cerimônia ocorreu ontem à noite (25), no Edifício Ramos de Azevedo, que abriga o Arquivo Histórico de São Paulo, e que será a sede da Comissão.

"Temos que passar essa história a limpo para libertar a Cidade. Temos que perseguir a verdade a todo custo. A cidade de São Paulo tem muitos fantasmas. Desde a redemocratização, se faz esse esforço de 'naturalizar', de dizer que eram dois lados, que era uma guerra. A instalação da Comissão da Verdade hoje é um repúdio da autoridade municipal a esse tipo de pensamento. Nós não aceitamos", afirmou Haddad. O prefeito declarou que todas as condições materiais e políticas serão colocadas à disposição dos membros da Comissão.

Para o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, a criação da Comissão é um passo histórico. "A gestão municipal se prepara para enfrentar os mistérios guardados nos arquivos da prefeitura." Sottili reconheceu que o momento da instalação da Comissão é também de muita responsabilidade e que caberá aos membros estabelecer as metas e estratégias de trabalho. "Escolhemos personalidades com reconhecida competência e que há muito tempo fazem do direito à memória e à verdade sua bandeira."

Os jornalistas Audálio Dantas e Fernando Moraes, os advogados César Cordaro e Ferminio Fecchio, e a professora Tereza Lajolo são os cinco membros escolhidos para desenvolver os trabalhos da Comissão.

Presente ao ato, o deputado estadual Adriano Diogo (PT) destacou que as estruturas da ditadura continuam presentes ainda hoje, como é o caso das polícias militares e da ROTA. "Nunca é tarde para se contar a verdade", disse ele. O ex-presos político Ivan Seixas, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (Condepe), lembrou do período em que esteve preso e do desejo por justiça. "Olhávamos para quem nos torturava e pensávamos: 'Um dia a gente acerta a conta.' Nunca quisemos vingança. Queríamos justiça. A gente esperava alguma coisa que pudesse fazer justiça e chegamos hoje numa situação muito peculiar."

Para os membros da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, a sensação é um misto de honra por participar do processo e a certeza de haver muito trabalho pela frente. "Espero que a gente chegue à verdade e revele a participação do poder público neste terrorismo de Estado implantado pelo golpe de 64", disse Ferminio Fecchio. "A possibilidade de desvendarmos estes fatos é de fundamental importância, não só histórica, mas também para não permitir que esses fatos horrendos se repitam", completou o ex-ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, condecorado em 2003 pelo

Prêmio de Direitos Humanos Franz de Castro Holzwarth, concedido pela Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP.

"A participação de uma comissão dessa natureza tem um sentido importante na medida em que, de uma maneira efetiva, podemos contribuir para que os fatos do município durante o período da ditadura sejam finalmente levantados e registrados para o conhecimento da cidadania", ponderou Audálio Dantas. Para ele, a comissão, de acordo com a lei que a institui, tem condições de realizar um trabalho efetivo e que estava faltando na prefeitura de São Paulo. Na mesma linha de pensamento, Tereza Lajolo disse esperar que a Comissão consiga descobrir como ocorreu a colaboração da administração com a ditadura civil-militar.

O jornalista e escritor Fernando Moraes acredita que a comissão pode adquirir uma importância grande, considerando que a cidade de São Paulo concentra cerca 20% dos mortos e desaparecidos políticos registrados no Brasil. "Há 30 anos, como deputado, pude dar uma modestíssima contribuição quando fui procurado por familiares e descobrimos dois desaparecidos enterrados clandestinamente em São Paulo, que eram o Luis Eurico Ferreira Lisboa e a Sônia Maria de Moraes Angel. Naquela época não avançamos mais porque quando a prefeitura descobriu que tinha gente interessada e colocando como suspeitos os sepultamentos, ela começou a fechar as portas. Estas portas podem agora ser reabertas, com o interesse que o prefeito e o secretário Sottili manifestaram. Vamos ter condições de dar uma contribuição efetiva. Não é vingança nenhuma. É restaurar a verdade. Você não reconstrói um país enquanto houver crimes como estes encobertos pelas instituições. Tenho certeza de que há muita coisa pra ser apurada. Vamos ter um manancial muito grande para ser investigado."

A cidade de São Paulo foi palco de graves violações aos direitos humanos durante a ditadura civil-militar. A Comissão buscará esclarecer o papel desempenhado pela Prefeitura e agentes públicos municipais, no período de 1964 a 1988, e garantir o direito do cidadão à memória e à verdade. As investigações deverão apurar indícios de perseguição e demissão de funcionários por motivação política, a ocultação de pessoas em cemitérios públicos municipais e a censura e repressão a educadores da rede pública municipal, entre outras frentes.

O novo órgão é vinculado à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e trabalhará em diálogo estreito com a Coordenação de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC e em colaboração com as demais comissões da verdade estabelecidas no Município, além da Comissão Nacional da Verdade.

Veja as imagens do evento a seguir:



Folha n.º	198	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040	2
Ass.	Assessor Técnico RF. 816.267.1 SMDHC/GAB	



Fotos: Heloisa Ballarini / SECOM

CÓPIA

Folha n.º 152

N.º 2014 - 0.338.040 dos Santos
Câmara Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
DPOHC/GAB

Coordenação de



15/09/2014 14h20

Ossadas de Perus são transportadas para laboratório na UNIFESP

A universidade abrigará o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense onde será realizada a análise científica para a identificação dos restos mortais

Nos dias 10 e 11 de setembro, uma equipe multidisciplinar conduziu um minucioso trabalho para transportar parte dos remanescentes ósseos referentes ao Caso Perus para o Laboratório do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense (CAAF) montado pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) com apoio do Ministério da Educação para sediar as análises antropológicas dos materiais. No total foram transportadas 411 caixas, guardadas em 30 nichos ou sepulturas. Os materiais foram encontrados na Vala Clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, em 1990 e desde 2002 estavam alocados no Ossário Geral do Cemitério do Araçá, à espera de definições quanto à retomada da identificação.

O traslado foi realizado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, pela UNIFESP e por três secretarias da Prefeitura de São Paulo: a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, responsável pela política de direito à memória e à verdade na Cidade, a Secretaria Municipal de Serviços, onde está alocada a Superintendência do Serviço Funerário, e a Secretaria Municipal de Segurança Pública, que realizou a escolta durante todo o traslado.

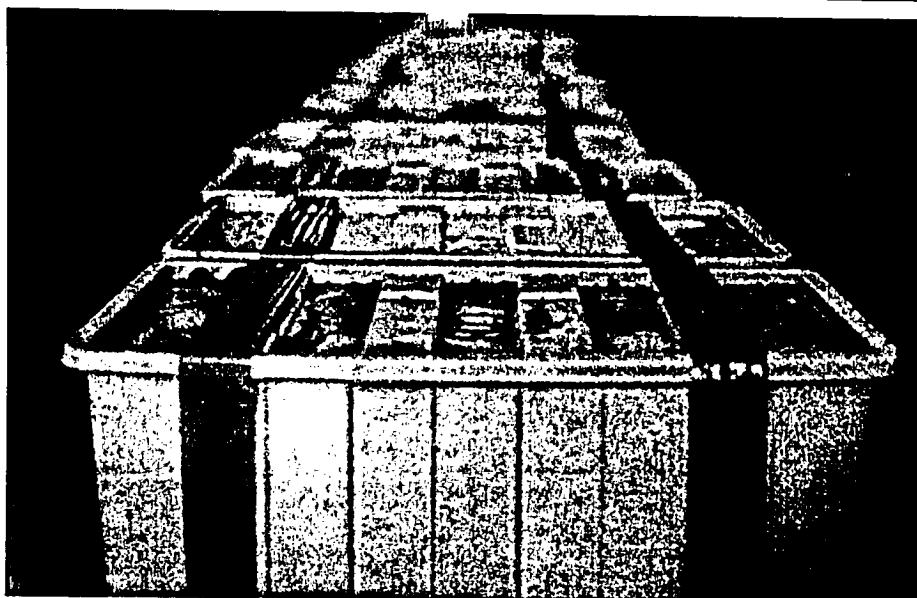


CÓPIA

Folha n.º 193 do Proc. N.º 2014 - 0.338.040-8
Assessor Técnico I
RF 816.267.1
SMDHC/GAB
Ass. [Assinatura]

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



CÓPIA

Fotos: Peu Robles / João e Maria.doc

Familiars de mortos e desaparecidos políticos, pelo Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça e pela Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" estiveram presentes em todas as etapas para acompanhar o trabalho. "É uma pena que tenha demorado tantos anos, mas finalmente está acontecendo, é um momento muito especial", disse Ivan Seixas, Coordenador da Comissão da Verdade da ALESP, ex-presos político e filho de Joaquim Seixas, assassinado pela ditadura e enterrado no Cemitério de Perus. "Nossos companheiros começaram a voltar para casa", afirmou emocionado Antônio Carlos Fon, do CPMVJ.

As más condições de conservação das ossadas e a série de negligências com que foi conduzido o caso até o presente reduzem sensivelmente a probabilidade de identificação e tornam a análise um processo complexo. O compromisso das instituições e equipes envolvidas é esgotar as possibilidades de análise e dar uma resposta definitiva às famílias, por meio de um processo transparente e com absoluto rigor científico, baseado em metodologias consagradas internacionalmente. "Eu sei que as chances de encontrá-lo são baixas, mas fico feliz que o Estado ao menos tente dar essa resposta", disse Walquíria Ibanez, sobrinha de Abílio Clemente Filho, desaparecido em 1971, aos 22 anos.

A transferência de custódia dos materiais da Prefeitura para a UNIFESP foi formalizada em documento específico que comporá o Termo de Cooperação firmado pelas instituições à frente da execução do trabalho de identificação no último dia 4. As demais caixas, do total de 1.049, serão transportadas uma vez concluída a reforma estrutural do imóvel, prevista para dezembro.

Folha n.º	134	do Proc.
N.º	2014 - 0338010-2	
	Camila Meloni dos Santos	
	Assessor Técnico I	
	RF. 816.267.1	
Ass.	SMDHC/GAB	

CÓPIA

Coordenação de



09/09/2014 15h53

Etapa de análise científica das ossadas encontradas na Vala Clandestina do Cemitério de Perus se inicia nos próximos dias

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I

SMDH/CICAB

Cerca de 40 especialistas brasileiros e estrangeiros serão responsáveis pela análise e identificação dos restos mortais

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Imagem retirada do livro 'Vala Clandestina de Perus: desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira'

Na última quinta-feira, dia 4, ato público ocorrido na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo marcou os 24 anos da abertura da Vala Clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, e anunciou a retomada dos trabalhos de análise de pelo menos 1049 ossadas exumadas, em 1990. A solenidade realizada no plenário Juscelino Kubitschek contou com a presença de autoridades públicas, representantes da sociedade civil e familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A retomada das análises é fruto de anos de empenho de familiares de mortos e desaparecidos políticos que cobram do Estado brasileiro esforços de reparação às vítimas das graves violações de Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar de 1964. Em resposta a essa demanda, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" uniram esforços para viabilizar a retomada dos trabalhos de análise.

Nos próximos dias, as ossadas que estão no cemitério do Araçá serão transportadas para o laboratório da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), onde será instalado o Centro de Arqueologia e Antropologia Forense. As más condições de conservação das ossadas e a falta de documentação adequada revelam uma sucessão de negligências do Estado ao longo dos anos e desafiam o trabalho de identificação.

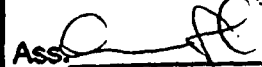
Registros realizados anos após a descoberta da Vala mostram caixas empilhadas no chão, com cadeiras jogadas em cima e caixas de papelão com crânios sem identificação. Não há, inclusive, certeza quanto ao número de pessoas enterradas naquele local. É possível que os números ultrapassem a estimativa inicial de 1.049 mortos.

Os livros de sepultamento de Perus indicam que a vala ocultou muitas outras histórias de violações cometidas pelo Estado e que afetou igualmente a presos e desaparecidos políticos, indigentes e

pessoas socialmente descartáveis pela ditadura, durante os anos 70. Há suspeita de que entre os restos mortais estejam vítimas do esquadrão da morte e de uma epidemia de meningite negligenciada pelo governo do Estado na época.

São todas vítimas da violência de Estado instalada pela ditadura militar e que permanece ainda hoje como um legado perverso. Retomar os trabalhos de análise das ossadas é uma forma de reparação do Estado que, ao revelar as violações cometidas no passado, dá um passo adiante na luta em defesa da memória e da justiça.

CÓPIA

Folha n.º	196	do Proc
N.º	2014 - 0.338.040-2	
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 GMDHCIGAB

Coordenação de



28/08/2014 18h27

CÓPIA

Folha n.º 133 do Proc.
N.º 2014 - 0.338.040 - 2
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.207-1
SMDHC/CAB
Ass.

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Ato público marca retomada das análises das ossadas encontradas no Cemitério de Perus

Solenidade será na próxima quinta-feira, dia 4, às 14h, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

No dia 4 de setembro, data em que se completam 24 anos da abertura da Vala Clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus, a retomada dos trabalhos de análise das 1049 ossadas exumadas daquele cemitério, em 1990, será oficialmente anunciada em uma solenidade na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. A solenidade acontecerá a partir das 14h, no plenário Juscelino Kubitschek, e contará com a presença de autoridades públicas, representantes da sociedade civil e familiares de mortos e desaparecidos políticos.

A retomada das análises é fruto de anos de empenho de familiares de mortos e desaparecidos políticos que, ao longo deste tempo, cobram do Estado brasileiro esforços de reparação às vítimas das graves violações de Direitos Humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar de 1964. Em resposta a essa demanda, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo "Rubens Paiva" uniram esforços para viabilizar a retomada da identificação dos restos mortais já exumados do Cemitério Dom Bosco.

Depositados no Ossário Geral do Cemitério Araçá desde 2002, os restos mortais encontrados na Vala Clandestina voltarão a ser analisados por especialistas em antropologia forense do Brasil e do exterior contratados pela SDH/PR, assim como por peritos legistas cedidos de diferentes órgãos públicos nacionais. Os pesquisadores iniciaram em julho deste ano uma sistemática e exaustiva compilação de informações para viabilizar a análises antropológicas.

Após as análises, o material genético coletado será encaminhado a laboratórios especializados para a elaboração de perfil genético das ossadas de Perus. Estima-se que as etapas de lavagem, secagem, catalogação, triagem e análise genética sejam conduzidas ao longo do próximo ano. No dia 22 de setembro, os especialistas que trabalharão no caso passarão por um curso de nivelamento de procedimentos, com a participação das equipes forenses nacionais e internacionais.

O ato terá transmissão online pelo link: <http://www.al.sp.gov.br/noticias/tv-alesp/assista/> (selecionar Plenário Juscelino Kubitschek)

Ato Público sobre o Caso Perus: retomada do trabalho de análise dos restos mortais encontrados na Vala Clandestina

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo - Plenário Juscelino Kubitschek
Avenida Pedro Álvares Cabral, 201, São Paulo
Dia 4/9, 14h

O cartaz criado para relembrar os 50 anos do golpe de 1964, por iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), foi desenhado pelo artista plástico e jornalista Elifas Andreato, importante ilustrador brasileiro que protestou, por meio da arte, contra a ditadura civil-militar. O artista explica que, na concepção artística, procurou ser o mais direto possível e refletir o sofrimento da época, mas fugindo do modelo de panfleto político, com um desenho moderno e ao mesmo tempo contundente. "O olhar presente no cartaz representa uma visão atenta às graves violações contra os direitos humanos praticadas durante a repressão e um alerta, um chamado por vigilância para os dias

de hoje, para que períodos como aquele não se repitam", explica Elifas.

- 'O dia que durou 21 anos', de Camilo Tavares (2013, 77 min.)

CÓPIA

O filme foca o dia do golpe civil-militar de 1964 e revela, com base em documentos oficiais da CIA e áudios originais da Casa Branca, como os presidentes John F. Kennedy e Lyndon Johnson articularam o plano civil e militar que derrubou o presidente João Goulart, eleito pelo voto popular.

- '1964 - um golpe contra o Brasil', de Alípio Freire (2012, 135 min.)

A partir de depoimentos de resistentes e especialistas do tema, o filme discute o golpe civil-militar que derrubou o governo do presidente João Goulart.

- 'Verdade 12.528', de Paula Sacchetta e Peu Robles (2013, 55 min.)

O documentário, cujo nome se refere à lei que criou a Comissão Nacional da Verdade, aprofunda o debate sobre as expectativas em relação a essa Comissão, por meio de uma série de relatos e depoimentos de quem viveu o período ditatorial. O filme traça um paralelo entre a violência de Estado daquela época e os dias atuais, mostrando como a impunidade daqueles que participaram do sistema repressor estimula e encoraja as violações por parte dos agentes de Estado hoje.

- Curtas-metragens do Festival ENTRETODOS sobre direito à memória e à verdade

Seleção especial com todos os curtas sobre o tema exibidos nas seis edições anteriores do Festival: 'Ato Institucional' (2012), 'Preto ou branco' (2013), 'Sr. Kleidemann' (2010), 'Salmon' (2013) e 'Aranceles' (2009, 15min).

- 'A Constituição de 1988, 25 anos. A construção da democracia e liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da constituinte' (Editora Instituto Vladimir Herzog)

O livro mostra como, nos últimos 25 anos, as liberdades e os direitos garantidos pela Constituição contribuíram para o aprimoramento da democracia, ainda que persistam graves problemas econômicos, sociais e políticos, principalmente no que se refere ao funcionamento dos partidos e do Congresso Nacional.

- 'Vala clandestina de Perus - desaparecidos políticos, um capítulo não encerrado da história brasileira' (Editora Instituto Macuco)

A descoberta da vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, bairro de Perus, no começo dos anos 90, e o trabalho da CPI instalada na Câmara Municipal de São Paulo para investigar a origem das mais de mil ossadas ali encontradas são retratados com detalhes pela publicação organizada pelo Instituto Macuco, como fruto do projeto Marcas da Memória da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça.

- 'K, relato de uma busca' (Editora Cosac Naify)

Aclamado pela crítica e finalista dos prêmios Portugal Telecom e São Paulo de Literatura de 2012, o livro é o romance de estreia do jornalista Bernardo Kucinski, que conta a história de um pai em busca da filha que desapareceu, como tantos outros, durante a ditadura no Brasil. A narrativa é composta de capítulos quase independentes, apresentando vários ângulos de uma mesma história, uma história de ausência e de impunidade.

Folha n.º 133 do Proc.
N.º 2014 - 0.333.040 - 2
Ass.  Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267-1
SMDRC/GAB



29/05/2014 11h22

Diretorias Regionais de Educação realizam atividades sobre o golpe de 1964 em parceria com a SMDHC

São seminários, cursos, exibição de filmes e debates, que buscam estimular a reflexão sobre o período da repressão e os seus reflexos nos dias atuais. Ações já alcançaram quatro distritos da Cidade e cinco CEUs, mobilizando cerca de 300 professores e 200 estudantes

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Debate com Ivan Seixas
na DRE Ipiranga

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade e da Coordenação de Educação em Direitos Humanos, tem construído junto à Secretaria Municipal de Educação (SME) uma programação ao longo de 2014 para levar às escolas o debate sobre o cinquentenário do golpe de 1964, que tem como lema "conhecer para não repetir".

A parceria com a SME foi construída a partir de reuniões com o Núcleo de Educação em Direitos Humanos e em agendas específicas da Coordenação de Direito à Memória e à Verdade com diferentes setores da Secretaria de Educação – Diretorias Regionais de Educação (DREs), Diretoria de Orientação Técnica Pedagógica (DOT-P) e os Centros de Educação Unificados (CEUs) – para programar atividades de formação de professores, alunos e da comunidade sobre a ditadura civil-militar.

As atividades variam de cursos com pontuação para progressão na carreira docente a exibições de filmes, debates e encontros que buscam estimular a reflexão sobre esse período de exceção e suas implicações nos dias atuais. As ações já alcançaram quatro diferentes distritos de São Paulo e cinco CEUs, mobilizando cerca de 300 professores e 200 estudantes.

Os debates contaram com a presença de especialistas e ex-presos políticos, como Ivan Seixas, ex-presos político e representante de familiares de mortos e desaparecidos políticos; Manoel Cyrillo de Oliveira Netto, ex-militante da ALN; Rita Siphai, ex-presa política e conselheira da Comissão de Anistia; Audálio Dantas, jornalista; Maurice Politi, do Núcleo Memória Política; Maria Aparecida Aquino, professora do Departamento de História da USP.

Também participaram de exibições de filmes os diretores Camilo Tavares, do filme 'O dia que durou 21 anos', e Paula Sachetta, co-diretora do filme 'Verdade 12.528'.

200
30 Proc.
Carmila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

CÓPIA

Folha n.º 201 do Pro
N.º 2014 0.338.040-2
Camila Helena dos S
Assessor Técnico
Ass. [assinatura] RF. 816.267.1
SMDHCAB

Coordenação de



13/05/2014 10h58

Grupo de Trabalho de Direito à Memória e à Verdade faz balanço das ações do cinquentenário do golpe de 1964

Também foram discutidos o trâmite na Câmara Municipal do projeto de lei que cria a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura e as próximas ações referentes à identificação das ossadas da vala clandestina de Perus

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

O secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, e a coordenadora de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC, Carla Borges, se reuniram na tarde de sexta-feira, dia 9, com representantes da sociedade civil que compõem o Grupo de Trabalho de Direito à Memória e à Verdade (GT-DMV) para fazer um balanço das atividades do cinquentenário do golpe de 1964, além de debater o trâmite na Câmara Municipal do projeto de lei que cria a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. Também foram discutidas as próximas ações referentes à identificação das ossadas encontradas na vala clandestina de Perus, em 1990.

Os participantes concordaram que as atividades em torno do cinquentenário alcançaram o objetivo de resgatar o tema do direito à memória e à verdade na Cidade e trouxeram à tona o debate da revisão da Lei da Anistia. "O debate ganhou outra dimensão, mobilizamos a juventude em torno do tema, atingimos a grande mídia e conseguimos traçar um paralelo consistente dos impactos da ditadura sobre os dias atuais. A compreensão da importância do tema está num nível mais elevado", afirmou Rogério Sottili.

Anivaldo Padilha, um dos representantes do Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, disse que as ações estabeleceram uma nova conjuntura na luta sobre o tema, mas alertou para o risco de haver uma desmobilização nos próximos meses. "Foi uma euforia. Agora, temos que cuidar para não entrarmos numa ressaca." Representante do Ministério Público, Marlon Weichert sugeriu uma reflexão e esforços para já se pensar na agenda para além de 2014.

O secretário Sottili fez uma breve atualização sobre o status da tramitação do Projeto de Lei 65/2014, enviado à Câmara Municipal em 20 de fevereiro, que propõe a criação da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, e ouviu relatos dos presentes quanto à mobilização da sociedade civil pela aprovação do projeto.

Sobre a identificação das ossadas encontradas na vala clandestina de Perus, Sottili enfatizou que o tema é prioridade e que a Prefeitura atua em conjunto com a nova gestão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para retomar as investigações com a devida urgência. "Esse tema representa uma dívida histórica do Estado perante os familiares, que não podem mais esperar. Para nós, esta é uma questão central", disse.

Também estiveram presentes na reunião representantes do Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense; da Central Única dos Trabalhadores (CUT/Nacional); da UNIFESP; da Comissão da Verdade Estadual/ALESP; da Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos; da Comissão da Verdade da FESP-SP; do Centro Acadêmico XI de Agosto (Faculdade de Direito da USP); e a vereadora Juliana Cardoso.

CÓPIA

Folha n.º 702 do Fr

N.º 2014 - 0.338.040 - 2

Ass. Camila Helena dos Sa
Assessor Técnico
BR 816.267.1
SMDH/CIGAB

Coordenação de



25/03/2014 10h53

Confira a programação para o marco do cinquentenário do golpe de Estado de 1964

Conheça as atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, com o objetivo de estimular a reflexão sobre o período da ditadura no Brasil e as suas implicações nos dias atuais, e pela sociedade civil (grupos, coletivos e entidades)

Endereço

R. Libero Badaró, 119, 5º andar,
centro
(11) 3113-9746 / 9756 / 9751
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



(Atualizado em 8/4/14)

As atividades realizadas e apoiadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e pela sociedade civil (grupos, coletivos e entidades) para o marco do cinquentenário do golpe de Estado de 1964 já podem ser conferidas no hot site que reúne a programação completa:

50anosdogolpe.prefeitura.sp.gov.br

Entre as atividades da Secretaria, estão um show de Tom Zé, em meio a outras apresentações musicais, peça teatral e diálogo com a sociedade. Uma programação especial do Cine Direitos Humanos dedicada a obras que tematizam o período da repressão acontece até o dia 19 de abril.

Além disso, a partir de 31 de março, todos os postos da SPTrans para aquisição do Bilhete Único receberão uma edição especial do cartão, com a logomarca dos 50 anos do golpe de 1964, criada pelo artista Elifas Andreato – importante ilustrador brasileiro que protestou, por meio da arte, contra a ditadura –, por iniciativa da SMDHC.

50 anos

O golpe de Estado de 1º de abril de 1964 instalou no País uma ditadura civil-militar que se estendeu por mais de 20 anos. Um período severamente marcado pelo autoritarismo e por graves violações aos direitos humanos, que até hoje não foram totalmente reveladas.

Em 2014, também são comemorados os 35 anos da Lei de Anistia e os 30 anos da campanha Diretas Já!, que compuseram a caminhada de enfrentamento ao regime ditatorial, formalmente encerrado em 1985, e que culminou na promulgação de uma nova Constituição Federal, em 1988.

Esses marcos compõem, assim, uma oportunidade privilegiada para se promover a reflexão sobre a valorização da democracia e sobre formas de vivenciar a cidadania. Ao compreender o que significou viver com liberdades e direitos cerceados, num período em que, no lugar da participação cidadã, pairava o medo e o silêncio, valorizamos a democracia e lutamos pelo seu fortalecimento. É necessário conhecer os acontecimentos daquele período para que eles nunca mais se repitam.



Folha n.º	204	
N.º	2014	0.538.040-2
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816.267.1 SMDHC/CAD

Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes-CPCA

Do Ofício-SGP12 - 00615/2014

Folha de Informação n.º ____

Em 22/12/2014

Assunto: Requerimento n.º 121/2014, da Comissão de Administração Pública.

SMDHC – CHG

Prezado Senhor,

GIORDANO MAGRI

Chefe de Gabinete

CÓPIA

Cumprimentando-o cordialmente, sirvo-me do presente para encaminhar parecer da assessoria técnica desta Coordenação, que acolho e referendo, sobre o requerimento n.º 121/2014, da Comissão de Administração Pública, da Câmara Municipal de São Paulo, encaminhado pelo seu presidente, nobre vereador José Américo, solicitando informações sobre a Meta 66, do Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo, referente ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares.

Atenciosamente,

FLARISTON FRANCISCO DA SILVA
Coordenador
CPCA - SMDHC



Folha n.º	205	do Pro
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico I	
Ass.	RF. 816.267.1	
	SMDHC/GAB	

Folha de Informação n.º _____

Do Of-SGP12 -00615/2014

em ____/____/____

Ref.: Requerimento n.º 121/2014, da Comissão de Administração Pública

CÓPIA

Prezado Coordenador,

Ao cumprimentá-lo, informo que o presente requerimento fora deliberado na Comissão de Administração Pública em 03/12/2014 e trata de averiguação sobre o andamento da Meta 66, de fortalecimento dos Conselhos Tutelares, dotando-os de infraestrutura adequada e oferecendo política permanente de formação.

A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania assume efetivamente a responsabilidade pela gestão dos Conselhos Tutelares em fevereiro de 2014, conforme explícito no Decreto n.º 54.871, entretanto a Prefeitura do Município de São Paulo já vinha se preocupando com o fortalecimento deste importante órgão desde o início de sua gestão, quando decidiu pela transição da gestão de SMSP para SMDHC, bem como sancionou a lei 15.911/13, que garante direitos sociais aos conselheiros tutelares.

No presente requerimento são feitos três questionamentos, os quais apresento as informações a seguir:

1) A SMDHC vem atuando no sentido de garantir melhorias de estrutura física e de equipamentos para o adequado funcionamento dos 44 Conselhos Tutelares. Por esta razão, formalizou parceria com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e recebeu Kit equipagem para ser entregue aos 44 Conselhos Tutelares, compostos por 05 computadores, 01 impressora multifuncional, 01 bebedouro, 01 refrigerador e 01 veículo.

Estes kits foram entregues em maio deste ano, todavia nem todos os veículos estão em circulação, visto que as Subprefeituras afirmam dificuldades em disponibilização de motoristas e haver impedimento para contratação terceirizada. Cabe informar que todos os veículos se encontram com documentação regularizada, já houve licitação para contratação de

Secretaria Municipal de Políticas para Criança e Adolescente

Do Of-SGP12 -00615/2014

CÓPIA

Folha de Informação n.º _____
em ____/____/____

Ref.: Requerimento n.º 121/2014, da Comissão de Administração Pública

empresa para realização da Gestão de Frota, que compreende abastecimento e manutenção preventiva e corretiva dos veículos, bem como licitação para contratação de seguro automotivo.

Neste primeiro ano de gestão, realizamos ação diagnóstica para conhecimento da realidade das sedes dos Conselhos Tutelares e encaminhamos providências para mudanças de sede os Conselhos Tutelares Pedreira e Casa Verde. Além destas mudanças já efetivadas, tramitam processos para locação de imóveis aos Conselhos Tutelares: Guaianases, Lajeado, Pirituba, Ipiranga e Butantã.

Além disso, importante considerar que entendemos o fortalecimento como ação contínua, que permanece como meta sob responsabilidade desta Secretaria, respeitando a disponibilidade orçamentária prevista para este exercício.

2) Em relação à capacitação de conselheiros tutelares, a Prefeitura do Município de São Paulo atuou como parceira na realização do IV Seminário Estadual do SGD – Sistema de garantia de direitos humanos, que teve como temática central a discussão "Orçamento Público e o Conselho Tutelar", realizado nos dias 18 à 21 de setembro, no Anhembi. Foi disponibilizado transporte e alimentação a dois representantes de cada Conselho Tutelar.

Além disso, nos dias 25 e 26 de novembro, a Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes realizou Encontro de formação e convidou os 220 conselheiros tutelares, para alinhamento de informações e troca de conhecimentos. Contamos com a participação de 152 conselheiros, representando 40 Conselhos Tutelares. A Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes está, também, tramitando os processos para contratação de empresa para capacitação de conselheiros tutelares, deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com previsão de contratação para 2015.

CÓPIA



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Folha n.º	207	do Proc.
N.º	2014 0.338.040-2	
Ass.	<i>Zaill</i>	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHCIGAB

Assessoria de Direitos Humanos e Cidadania - Co-Adjuvante

Folha de Informação n.º _____
em ____/____/____

Do Of-SGP12 -00615/2014

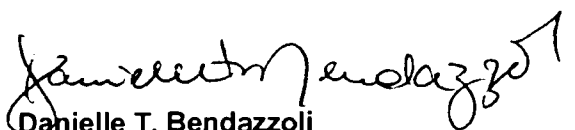
Ref.: Requerimento n.º 121/2014, da Comissão de Administração Pública

3) A SMDHC iniciou discussão com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) para implantação do Conselho Tutelar Referencial, comumente conhecido como Conselho Tutelar Modelo. No decorrer das tratativas, optou por buscar terreno na região de Itaquera, com vistas às ações da Copa do Mundo de 2014. Por razões alheias a nossa vontade, não seria possível a construção do Conselho em tempo hábil à Copa do Mundo, assim, mesmo sem abandonar a possibilidade desta implementação com apoio do Governo Federal, foi realizada reflexão sobre a necessidade de priorizarmos as ações para melhorias de estrutura a todos os Conselhos Tutelares, frente à implantação do Conselho Tutelar Referencial.

Desta forma, espero ter respondido aos questionamentos apresentados e reafirmo compromisso de fortalecimento como ação contínua desta Prefeitura em relação aos Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo.

Certa de vossa compreensão.

Atenciosamente,


Danielle T. Bendazzoli
Assessora Técnica

03/09/2014 18h53

Conselho Tutelar de Pedreira inaugura sede própria

Desde 2011, quando foi criado, o conselho tutelar funcionava na sede da Subprefeitura de Cidade Ademar

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 6º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9646 / 9641
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A nova sede do Conselho Tutelar de Pedreira foi inaugurada ontem, dia 2, pelo secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili. Criado em 2011, o Conselho Tutelar (CT) do distrito de Pedreira funcionava desde então na sede da subprefeitura de Cidade Ademar, em condições aquém das necessidades exigidas para cumprir sua função.

Com a mudança para a nova sede – uma casa ampla, de dois andares, com salas exclusivas para cada um dos cinco conselheiros – o CT de Pedreira passa a atuar mais próximo da sua comunidade e de modo mais assertivo. Na sede antiga eram realizadas, em média, cerca de 1.200 atendimentos por mês. “O compromisso da nossa gestão é fortalecer e levar boas condições para os conselhos tutelares da cidade de São Paulo”, declarou no ato Rogério Sottili.



Durante a solenidade de inauguração, o secretário destacou o grande desafio de tornar São Paulo uma cidade alicerçada no respeito aos direitos humanos e às suas crianças e adolescentes. “Queremos fazer dos conselhos tutelares de São Paulo um exemplo para o país. Sabemos que não é fácil”, afirmou. Sottili ainda reforçou o importante papel desempenhado pela Subprefeitura de Cidade Ademar, que se empenhou em alugar e reformar o novo imóvel. “Nós não conseguimos desempenhar nenhum trabalho eficaz sem a parceria com as Subprefeituras. Essa parceria é fundamental”, disse Sottili.

Presente ao ato, Franciaco Lo Prete Filho, subprefeito de Cidade Ademar, contou já estar em tratativa com a SPTrans para aproximar uma linha de ônibus à nova sede do CT. Já Rogério dos Santos de Paula, um dos cinco conselheiros que atuam no CT de Pedreira, não escondeu a satisfação com a nova sede e com as melhores condições que ele e seus colegas terão para atuar na defesa dos direitos das crianças e adolescentes. “Fico muito feliz pela sede que temos hoje.”

Plano de Metas

O compromisso de fortalecer os Conselhos Tutelares, assim como o fornecimento de infraestrutura adequada, é uma das 13 metas sob responsabilidade da SMDHC incluídas no Programa de Metas da Cidade de São Paulo, que reúne as ações prioritárias da Prefeitura para os próximos anos. Na área de crianças e adolescentes, a gestão do prefeito Fernando Haddad tem ainda o objetivo de enfrentar a exploração sexual, dar atenção à criança e ao adolescente em situação de rua e a promoção dos direitos da primeira infância.

CÓPIA

Folha n.º	208	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
	Camila Helena dos Santos	
	Assessor Técnico	
Ass.	RF. 816.267.1	
	SMDHC/GAB	

CÓPIA

Coordenação de Políticas para



30/04/2014 13h53

SMDHC se reúne com conselheiros tutelares para dialogar sobre a gestão dos Conselhos

Foi a primeira vez que o governo municipal abriu o orçamento e convidou os conselheiros para participar da administração dos recursos, apontando necessidades e prioridades

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 8º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9646 / 9641
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

O secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili, e o coordenador de Políticas para Crianças e Adolescentes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Fábio Silvestre, se reuniram na terça-feira, dia 29, com conselheiros tutelares de todas as regiões da Cidade. O encontro teve como objetivo abrir o diálogo sobre a gestão administrativa e financeira dos Conselhos Tutelares, estimular a participação dos conselheiros nesta gestão e ouvir de cada um as principais demandas para melhorar suas atuações.

"Queremos manter esse canal de diálogo aberto. Queremos que vocês contribuam para a política, dando sugestões e cobrando os resultados. A Secretaria tem a participação social como método de gestão, acreditamos não ser possível fazer uma boa política sem ouvir a população e a sociedade civil", disse o secretário Rogério Sottili na abertura do encontro. Sottili ressaltou o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, assim como o fornecimento de infraestrutura adequada aos conselheiros, como uma das 13 metas sob responsabilidade da SMDHC incluídas no Programa de Metas da Cidade de São Paulo, que reúne as ações prioritárias da Prefeitura para os próximos anos.

"Queríamos estimular o debate sobre as atribuições previstas no Estatuto dos Conselhos Tutelares e as dificuldades enfrentadas", disse Fábio Silvestre após o encontro. O coordenador ressaltou que foi a primeira vez na história do Conselho Tutelar da cidade de São Paulo que o governo municipal estabeleceu esse nível de diálogo, abrindo o orçamento e convidando os conselheiros para participar da gestão dos recursos, apontando as necessidades e prioridades.

Rudinéia Alves Arantes, coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares e conselheira de Santo Amaro, também falou sobre a importância do encontro. "Demos continuidade às conversas que já vínhamos tendo e hoje temos um canal de diálogo para colocar nossas dificuldades e construir juntos alguma coisa. Nunca houve esse tipo de conversa. Nós tínhamos relação com as subprefeituras, mas diálogo mesmo, de sentar e conversar, nunca houve", afirmou a conselheira. Rudinéia destacou a importância de os conselheiros entenderem todos os trâmites administrativos e financeiros. "Hoje tem essa transparência de passar para nós o que dá para fazer. Essa relação é fundamental", concluiu.

Para Fábio Ivo, conselheiro em Brasilândia, a iniciativa da administração municipal de chamar os conselheiros para pensar no modelo de Conselho Tutelar desejado para a Cidade "demonstra que há uma vontade de resolver uma questão estrutural que nunca foi enfrentada". "Tivemos a oportunidade de apontar os objetivos, definir as prioridades e fazer juntos a execução do orçamento", declarou, enfatizando a importância de não ser apenas "como fazer, mas o que fazer".

Desde o início de 2014, a gestão dos Conselhos Tutelares da Cidade está sob responsabilidade da SMDHC.

Folha n.º 209 do Proc.

N.º 2014 - 0.333.040 - 2

Ass. [Assinatura] Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF 816/287-1
SMDHC/GAB

Coordenação de Políticas para



17/01/2014 09h50

Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes fará a gestão dos Conselhos Tutelares a partir deste ano

Secretarias municipais de Coordenação das Subprefeituras e de Direitos Humanos e Cidadania se reuniram com os subprefeitos para tratar da transição da gestão dos Conselhos e definir as atribuições de cada secretaria para o pleno funcionamento desses órgãos

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 8º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9646 / 9641
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A partir deste ano, os Conselhos Tutelares passam a ser de responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), por meio da Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes. Na segunda-feira, dia 13, as secretarias municipais de Coordenação das Subprefeituras e de Direitos Humanos e Cidadania se reuniram com os subprefeitos para tratar da transição da gestão dos Conselhos e definir as atribuições de cada secretaria para o pleno funcionamento desses órgãos.

Estiveram presentes no encontro o secretário de Coordenação das Subprefeituras, Chico Macena, e a secretária-adjunta de Direitos Humanos e Cidadania, Larissa Beltramim.

Assim, a Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes da SMDHC – que foi instituída em maio de 2013, pela Lei nº 15.764/13 – fica responsável pela gestão e pelos encargos necessários para o funcionamento dos Conselhos Tutelares, enquanto as Subprefeituras têm o papel de oferecer a estrutura administrativa – contratação de pessoal, infraestrutura e manutenção predial – para cada equipamento. Durante o período da transição, não haverá interrupção no atendimento dos Conselhos nem mudanças nos prazos das remunerações dos conselheiros.

Para o coordenador de Políticas para Crianças e Adolescentes, Fábio Silvestre, a mudança é importante para o alinhamento das políticas de infância e adolescência. "A pactuação com a Secretaria das Subprefeituras permitiu garantir a transversalidade da política em 32 territórios da Cidade", afirma.

O compromisso de fortalecer os Conselhos Tutelares, assim como o fornecimento de infraestrutura adequada, é uma das 13 metas sob responsabilidade da SMDHC incluídas no Programa de Metas da Cidade de São Paulo, que reúne as ações prioritárias da Prefeitura para os próximos anos.

Entre as ações para cumprir esta meta, cabem à Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes:

- Entregar um kit de equipagem, adquirido junto ao governo federal, para cada Conselho Tutelar, contendo: 1 automóvel, 5 computadores, 1 impressora, 1 refrigerador e 1 bebedouro
- Iniciar, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, um programa de formação permanente dos conselheiros tutelares, como parte integrante do seu compromisso com esses profissionais
- Implantar o Sistema de Informação para Criança e Adolescente, que consiste num banco de dados sobre a situação de cada criança atendida nos Conselhos

O fortalecimento dos Conselhos também é um dos quatro objetivos da gestão do prefeito Fernando Haddad na área de crianças e adolescentes, formados ainda pelo enfrentamento à exploração sexual, pela atenção à criança e ao adolescente em situação de rua e pela promoção dos direitos da primeira infância.

CÓPIA

Folha n.º 210 do Proc.

N.º 2014 0.333.040-2

Ass. QSL Camila Helena dos Santos

Assessor Técnico I

RF. 816.267.1

SMDHC/CAB

CÓPIA

Folha nº 211

de 1

Coordenação de Políticas para



10/12/2013 15h26

Conselheiros tutelares de São Paulo terão direito a 13º. férias e licença paternidade

Camila Helena dos
Assessor Técn
16.267
SMOHC/GA

Projeto de lei sancionado pelo prefeito Fernando Haddad será retroativo à promulgação da Lei Federal 12.696/12, de julho de 2012, que regulamentou a atuação dos Conselhos em nível federal

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 8º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9646 / 9641
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



Rogério Sottili,
Fernando Haddad e
Fábio Silvestre no
ato de sanção

O prefeito Fernando Haddad sancionou na manhã desta terça-feira, dia 10, o Projeto de Lei 748, que garante o direito ao 13º salário, a férias remuneradas e a licença paternidade aos conselheiros tutelares da cidade de São Paulo.

"Temos hoje um corpo de conselheiros muito representativo, que tem respeito pela população e faz um trabalho importante. Nós queremos aperfeiçoar este trabalho e, para isso, nós precisamos ter o respeito ao direito de vocês, pois tudo começa com o respeito ao trabalhador que está envolvido nesta mediação entre o poder público e os beneficiários vulneráveis que precisam de atendimento", disse o prefeito Fernando Haddad aos conselheiros que acompanharam o ato de sanção do PL, na sede da Prefeitura, no centro.

Para Rudineia Alves Arantes, coordenadora da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares, a sanção marca um dia histórico para a Cidade. "São Paulo terá uma nova visão em relação ao Conselho Tutelar e ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. E nós teremos também os nossos direitos garantidos", disse.

Os novos direitos serão retroativos à promulgação da Lei Federal 12.696/12, de julho de 2012, que regulamentou a atuação dos conselhos em nível federal. Substituto ao PL do vereador José Américo, o projeto adequa a legislação municipal aos parâmetros nacionais para os próximos processos de escolha, com a realização de eleições para os conselhos tutelares sempre no ano seguinte ao pleito presidencial. Já os mandatos dos conselheiros passarão de três para quatro anos.

Os 220 conselheiros dos 44 Conselhos Tutelares do município de São Paulo já têm direito à cobertura previdenciária e à licença paternidade. A remuneração dos profissionais é calculada a partir das escalas de padrões de vencimentos do quadro de profissionais da administração municipal.

"Este é um dia de comemoração, um dia de entrega. Nós assumimos a determinação de fortalecer os conselhos tutelares porque entendemos que o papel de vocês, na ponta, vai ajudar a construir uma relação diferente na garantia dos direitos das nossas crianças e adolescentes da cidade de São Paulo", afirmou o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili.

Próximos passos

Também visando o fortalecimento dos Conselhos Tutelares, compromisso previsto pelo Programa de Metas da Cidade de São Paulo (2013-2016), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania dará início, junto ao governo federal, a um programa de formação contínuo e permanente dos conselheiros tutelares.

Ainda no primeiro semestre de 2014, uma escola municipal deverá ser criada com este intuito. "Será um trabalho que não só reconhece os direitos sociais dos conselheiros, mas que também vai assegurar a qualificação da atuação e do trabalho deles", garantiu Fábio Silvestre, coordenador do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Conselho Tutelar

Criado em 1990 junto ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos

direitos da criança e do adolescente. Os conselhos atuam caso a caso, somente no âmbito do Município.

Quando o órgão recebe denúncias de violação de direitos, tais como violência física, psicológica e sexual, negligência ou abandono, cabe a ele apurar e encaminhar os casos aos órgãos competentes que, por sua vez, prestarão atendimento de acordo com as necessidades que a situação apresenta.

Fonte: SECOM

Foto: Fábio Arantes/SECOM

CÓPIA

Folha n.º	232	do Proc.
N.º	2014	0.338.040-2
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I
RP. 010.207.1 SMDHC/GAB		

CÓPIA

Folha n.º 213 do

Coordenação de Políticas para



19/11/2013 11h10

Carros que equiparão os 44 Conselhos Tutelares da Cidade chegam à Prefeitura

N.º 2014 0338040 -
Camilla Helena do
Assessor Técnico
F. 816.267
SMDHC/CA

Em ato com a presença do prefeito Fernando Haddad e do secretário Rogério Sottili, governo federal iniciou a entrega dos kits para a melhoria da infraestrutura dos Conselhos

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 8º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9646 / 9641
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.



O Dia Nacional do Conselheiro Tutelar foi comemorado em São Paulo, nesta segunda-feira, dia 18, com a entrega à Prefeitura, pelo governo federal, dos carros que compõem os kits destinados a equipar os 44 Conselhos Tutelares da Cidade. Além do automóvel, cada kit é formado por cinco computadores, uma impressora multifuncional, um bebedouro e um refrigerador.

Realizado na Praça das Artes, no centro, pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), o ato contou com a presença do prefeito Fernando Haddad; da primeira-dama e coordenadora da Política Municipal para a Primeira Infância, Ana Estela Haddad; do secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; da secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Luciana Temer; da secretária municipal da Pessoa Com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Marianne Pinotti; do coordenador-geral do Programa de Fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, Marcelo Nascimento; do coordenador de Políticas para Crianças e Adolescentes da SMDHC e presidente do CMDCA, Fábio Silvestre; do desembargador e coordenador de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Antônio Carlos Malheiros; da promotora do Ministério Público Luciana Bérnago; e da representante da Comissão Permanente dos Conselheiros Tutelares, Rudnéia Arantes.

"Este é um ato de homenagem, mas também de entrega, de prestação de contas quanto ao nosso compromisso pelo fortalecimento dos Conselhos Tutelares", disse o secretário Rogério Sottili. Este compromisso, com o fornecimento de infraestrutura adequada e uma política permanente de formação, é uma das 13 metas sob responsabilidade da SMDHC incluídas no Programa de Metas da Cidade de São Paulo, que reúne as 123 ações prioritárias da Prefeitura nos próximos anos.



A meta integra os quatro eixos da gestão do prefeito Fernando Haddad na área de crianças e

adolescentes, formados, além do fortalecimento dos Conselhos Tutelares, pelo enfrentamento à exploração sexual, pela atenção à criança e ao adolescente em situação de rua e pela promoção dos direitos da primeira infância.

A SMDHC também está empenhada em garantir os direitos sociais dos conselheiros tutelares, previstos em lei federal desde julho de 2012 e ainda não regulamentados no Município, com um projeto de lei – já enviado à Câmara pelo prefeito – que garantirá a esses profissionais o direito a férias remuneradas, 13º salário e licenças maternidade e paternidade. "O projeto foi aprovado em primeiro turno na semana passada e deverá ser aprovado na semana que vem no segundo turno", anunciou o secretário. "Este projeto, além de superar uma dívida histórica, coloca São Paulo na vanguarda pelo reconhecimento da importância dos conselheiros tutelares", completou.

Fernando Haddad garantiu que sancionará a medida com urgência. "Vindo da Câmara, em 48 horas o projeto de lei estará sancionado", declarou. "Certamente, será ano novo, vida nova para os conselheiros tutelares. Vale reforçar que os direitos estão sendo garantidos retroativamente à data da sanção federal."



Próximos passos

A missão de fortalecer os Conselhos Tutelares está a cargo da Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes da SMDHC, que, após diagnóstico da Comissão Permanente do Conselho Tutelar sobre as condições de infraestrutura dos Conselhos da Cidade, tomou a iniciativa de cadastrar os 44 aqui existentes no Programa Equipagem dos Conselhos Tutelares, do governo federal, que prevê o fornecimento, a cada um, dos kits acima mencionados.

Agora, a SMDHC tomará as providências administrativas para a formalização patrimonial e logística necessária à distribuição dos veículos aos conselheiros. Entre novembro e dezembro, os carros ficarão no pátio da Guarda Civil Metropolitana, onde receberão as placas e a identificação oficial. A partir da segunda quinzena de janeiro, os automóveis serão entregues nas Subprefeituras, que farão a entrega para os 44 Conselhos Tutelares. A previsão é que os computadores e demais equipamentos sejam entregues pelo governo federal até dezembro.

A SMDHC ainda planeja iniciar um programa de formação permanente dos conselheiros tutelares, como parte integrante do seu compromisso com esses profissionais.

Fotos: Comunicação/SMDHC

CÓPIA

Folha n.º	234	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040-2	Santos
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB



27/11/2013 12h22

Câmara Municipal aprova projeto de lei que garante os direitos sociais dos conselheiros tutelares

Todos os 45 vereadores presentes na sessão votaram pela aprovação do projeto, que assegura aos conselheiros o direito a férias remuneradas, 13º salário e licenças maternidade e paternidade

Endereço

Rua Libero Badaró, 119, 8º andar,
centro
Tel.: (11) 3113-9646 / 9641
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A Câmara Municipal de São Paulo aprovou nesta terça-feira, dia 26, em segunda votação, o projeto de lei (PL) que garante os direitos sociais dos conselheiros tutelares, previstos em lei federal desde julho de 2012. A medida, um substitutivo ao PL do vereador José Américo, assegura aos conselheiros o direito a férias remuneradas, 13º salário e licenças maternidade e paternidade. Todos os 45 vereadores presentes na sessão votaram pela aprovação do projeto.

Além de regulamentar a legislação sobre o tema, o projeto será também retroativo ao período de promulgação da lei federal. "A aprovação é uma conquista importante, que reconhece e valoriza os conselheiros. São eles que zelam pelo bem-estar das crianças e dos adolescentes da Cidade", afirma o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili.

O secretário destaca que a aprovação do PL, somada às medidas de melhoria da infraestrutura dos Conselhos Tutelares, reforça o compromisso da atual gestão com o tema da criança e do adolescente.

No dia 18, cada um dos 44 Conselhos da Cidade começou a receber, do governo federal, um kit composto por um automóvel, cinco computadores, uma impressora multifuncional, um bebedouro e um refrigerador (leia mais). "Garantir a infraestrutura necessária para os conselheiros é fundamental para que eles possam exercer com eficiência suas atribuições", afirmou na ocasião Fábio Silvestre, coordenador de Políticas para Crianças e Adolescentes e presidente do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA).

Os 44 automóveis foram entregues após a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) cadastrar os conselhos da Cidade de São Paulo no programa Equipagem dos Conselhos Tutelares.

Com a aprovação na Câmara de Vereadores, o PL será enviado à sanção do prefeito Fernando Haddad, que já se comprometeu a sancionar o projeto de lei tão logo ele chegasse em suas mãos.

CÓPIA

Folha n.º 235	do Proc.
N.º 2014 0.338.040-2	
Ass. 	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816.267.1 SMDHC/GAB



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Folha n.º	239	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
Ass.	Jemila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816.267.1 SMDHC/GAB	

Folha de informação n.º

Do Processo Adm. n.º 2014-0.338.040-2 em 15/12/2014 (a) _____

São Paulo, 15 de dezembro de 2014

CÓPIA

Prezado Senhor **GIORDANO MAGRI**
MD Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Direitos Humanos
e Cidadania da Prefeitura Municipal de São Paulo (SMDHC – PMSP)

Em atenção ao requerimento formulado pelo Vereador Mario Covas Neto e dirigido à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania solicitando informações sobre as metas 69 e 71, esclarecemos:

Meta 69- Campanha de conscientização da violência contra a pessoa idosa

A campanha teve início em junho de 2013 com um seminário na Praça das Artes tendo como convidados palestrantes: Dr. Jonas Melman (Secretaria de Saúde-Saúde da Pessoa Idosa); Profa. Vera Lucia Lemos Soares, Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas-SPM); Dra Claudia Maria Beré (Promotoria de Justiça de Direitos Humanos do Ministério Público). O evento contou com as presenças dos Secretários de Saúde, Assistência e Desenvolvimento Social e Direitos Humanos e Cidadania.

Nesta ocasião foram elaborados folders, cartaz e inserção de matéria no Jornal do Ônibus, no Metro, nos Jornais de bairro e voltados à população idosa.

Foram realizados diálogos sobre o tema com palestras da Coordenadora nos seguintes territórios: Itaquera, São Miguel, Ermelino Matarazzo e Guaianases.

CÓPIA

Folha de informação n.º

Do Processo Adm. n.º 2014-0.338.040-2 em 15/12/2014 (a) _____

No dia 1º de outubro foi realizado um encontro com representantes dos diversos movimentos sociais para discussão do tema. Estiveram presentes representantes do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas, Associação dos Bancários Aposentados, Garmic, Rede e Foruns.

Em 2014 realizamos a campanha focando as interfaces da violência contra a pessoa idosa portadora de deficiência, da mulher idosa e das pessoas negras idosas. Com este pano de fundo realizamos a campanha partilhando a discussão com representantes das Secretarias da Pessoa com Deficiência, da Mulher, da Igualdade Racial. Organizamos dois grandes seminários e 5 diálogos em diversos territórios do município. O primeiro seminário foi realizado em junho no CEU Butantan tendo como palestrante a Profa. Maria Vitória Benevides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Faculdade de Educação da USP; e a participação de representantes das secretarias mencionadas que abordaram o tema sob as diversas óticas. O 1º diálogo foi realizado em Perus tendo como palestrante a Profa. Bibiana Graeff da Gerontologia da USP Leste. Os representantes das Secretarias da Mulher, Pessoa com Deficiência e Igualdade Racial também estiveram presentes neste encontro.

O 2º diálogo foi realizado em Itaquera tendo como convidadas Marcia Campos Eurico, Assistente Social da Agencia do INSS de São Miguel Paulista.

O 3º diálogo foi realizado também com a participação das secretarias mencionadas e palestrante a Profa Lucila Amaral Vianna DA Faculdade de Enfermagem da Unifesp. Estiveram presentes a Diretora do Campus São Paulo (Unifesp), Profa Dra. Rosana Puccini e representantes das Secretarias da Mulher e Igualdade Racial.

Folha de informação nº

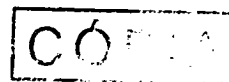
Do Processo Adm. nº 2014-0.338.040-2 em 15/12/2014 (a) _____

O 2º seminário foi realizado no CEU Água Azul na Cidade Tiradentes tendo como convidada a Profa. Guita Debert professora titular do Departamento de Antropologia da Unicamp, contando com a participação também das secretarias parceiras.

Foram realizados mais três diálogos com palestras da Coordenadora nos CEUs Água Azul em Guaianases, Caminho do Mar no Jabaquara e Aricanduva.

Elaboramos novo folder para campanha deste ano que foram distribuídos em todos os locais dos seminários ou diálogos.

Meta 71-Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI)



Em 2013 foi desenvolvido um projeto piloto no Polo Cultural do Idoso-equipamento desta Secretaria localizado no Cambuci, com início em agosto de 2013 e finalização em dezembro do mesmo ano. Foram formadas 4 turmas com uma média de 30 alunos por turma, permitindo maior participação e aproveitamento das aulas. O curso foi organizado com as seguintes disciplinas: História incluindo História da Arte; Saúde; Arte que incluiu escultura em argila, pintura, origami, fotografia e teatro; atividade física e novas tecnologias (informática).



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

222

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

CÓPIA

Folha de informação nº

Do Processo Adm. nº 2014-0.338.040-2 em 15/12/2014 (a) _____

O módulo de História desenvolveu um trabalho com foco nas vivências individuais dos alunos, moradores no bairro, estendendo o conhecimento para a história do desenvolvimento da cidade. Dentro deste bloco foi elaborado um vídeo com relatos das experiências dos alunos no bairro do Cambuci, valorizando a memória do período. Uma das atividades incluiu a apresentação de filmes que forneceram elementos para discussão da importância da história oral. A fotografia estava integrada a este módulo de forma a construir e registrar os aspectos mais importantes e reveladores das características do bairro. No módulo- História da Arte foi possível discutir os períodos que marcaram o desenvolvimento da Arte, acentuando principalmente a arte plástica. Neste contexto os alunos visitaram a Pinacoteca acompanhados dos professores e os museus de Embu das Artes.

Nas aulas de artes plásticas foi introduzida técnica de escultura com argila, percorrendo com os alunos o período da arte primitiva até à época contemporânea. Em Embu das Artes puderam apreciar a arte em cerâmica dos artistas pioneiros da região.

No curso de teatro foi possível realizar exercícios diversos, trabalhando a expressão corporal, a relação com o outro, a interpretação. O trabalho teve como base o tema Direitos Humanos.

O módulo de saúde objetivou o conceito de promoção de saúde e incluiu noções da transição demográfica e epidemiológica, epidemiologia do envelhecimento, noções do envelhecimento individual, atenção farmacêutica, segurança alimentar e violência contra a pessoa idosa.

O módulo de saúde incluiu também a atividade física com as seguintes modalidades: dança, tai chi chuan, equilíbrio, fortalecimento muscular e alongamento.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

Folha n.º	223	do Proc.
N.º	2014 0 338.040-2	
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816.207-1 SMDHC/GAB



Folha de informação n.º

Do Processo Adm. n.º 2014 0.338.040-2 em 15/12/2014 (a) _____

O Módulo de novas tecnologias incluiu informática, noções gerais de funcionamento dos novos equipamentos (celulares, máquinas fotográficas, iphone, computadores etc).

A finalização do curso aconteceu com uma exposição de arte produzida pelos alunos, vídeos e esquetes teatrais que foram apresentados durante o Festival de Direitos Humanos.

O início do ano de 2014 estava reservado à reforma do edifício do Polo que apresentava problemas de conservação que certamente foi relevada durante anos. A reforma, entretanto se estendeu até julho de 2014.

Neste período articulamos com a Universidade Federal de São Paulo uma parceria na qual poderíamos desenvolver novas unidades da UAPI em outros territórios. A direção do campus São Paulo (Unifesp) se comprometeu com esta parceria, disponibilizando a unidade de extensão localizada em Santo Amaro e a unidade da Vila Clementino como novos polos da UAPI.

Com a demora da finalização da reforma o edital para seleção de professores ficou pronto em junho e foi publicado em setembro, portanto os cursos para novas turmas ocorrerão a partir do início do ano 2015.

A UAPI do Polo do Cambuci terá um novo formato, acatando as demandas dos alunos que frequentaram o projeto piloto.



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
DIREITOS HUMANOS
E CIDADANIA

CÓPIA

Folha n.º <u>224</u>	do Proc.
N.º 2014 0 338.040-2	Camilla Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB
Ass.	

Folha de informação n.º

Do Processo Adm. n.º 2014-0.338.040-2 em 15/12/2014 (a) _____

Há também da nossa parte um empenho neste ano para articular com a Coordenação dos CEUs (Secretaria de Educação) a ampliação do projeto para outros territórios, principalmente contemplando as 5 macro-regiões. Foi preliminarmente acordado uma nova UAPI no CEU Aricanduva e há negociação para estabelecer o projeto também em outras 3 regiões.

Atenciosamente,

GUIOMAR SILVA LOPES

Coordenação de Políticas para os Idosos



Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

30/09/2014 10h20

SMDHC lança edital para credenciamento de educadores e coordenadores para a Universidade Aberta da Pessoa Idosa

Há vagas para profissionais nas áreas de saúde, artes, educação física, ciências sociais, história, geografia, psicologia, meio ambiente, serviço social, comunicação, informática e outras

A Coordenação de Políticas para Idosos da SMDHC estará recebendo inscrições de profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuar como educadores dentro do projeto Universidade Aberta da Pessoa Idosa (U

Publicly recommend this as Luiz Campos.

Inaugurada em agosto de 2013, a Universidade Aberta da Pessoa Idosa é um projeto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que tem como objetivo a inserção e reinserção de pessoas com idade a partir de 50 anos num ambiente de estudo e aprendizagem, valorizando sua interação social. A retomada das atividades da UAPI está prevista para dezembro de 2014, no Polo do Idoso do Cambuci.

Saiba mais sobre a UAPI

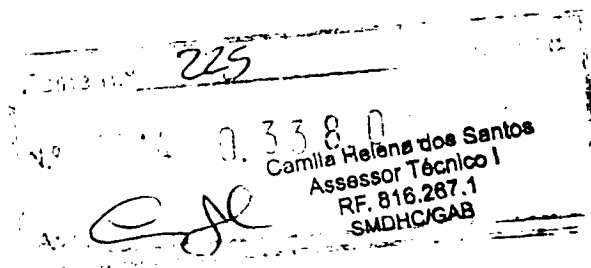
Os interessados em participar do credenciamento deverão preencher o formulário eletrônico no link a seguir e aguardar o recebimento do e-mail de confirmação com protocolo de inscrição e informações sobre o envio dos documentos previstos item 4.1 do edital.

Formulário de inscrição: https://docs.google.com/forms/d/17wnIH0jqDmeFKD1cmCIRuOOoWiuZzu82lonoJ1yc5M/viewform?edit_requested=true

Veja a íntegra do edital

Anexo 1 | Anexo 2 | Anexo 3 | Anexo 4 | Anexo 5

CÓPIA



Folha n.º 226 do Proc. N.º 2014 - 0.333.040
Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/CAB
Ass. [assinatura]

Coordenação de Políticas para



26/09/2014 20h31

3º Seminário da Campanha pela Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa acontece nesta quarta

Evento contará com palestra da antropóloga Guita Grin Debert sobre a rede de proteção ao idoso no Brasil

Endereço

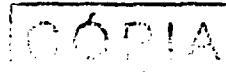
Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

No dia 1 de outubro, data em que a ONU celebra o Dia Internacional do Idoso, será realizado o 3º Seminário da Campanha pela Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa. O encontro acontece no CEU Água Azul, em Cidade Tiradentes, e contará com palestra de Guita Grin Debert, professora titular do Departamento de Antropologia da UNICAMP, com ampla experiência de pesquisa nos temas envelhecimento, família, gênero e violência.

Debert apresentará uma breve reflexão sobre a rede de proteção ao idoso na Cidade, abordando a importância dos espaços de diálogo, as campanhas de enfrentamento à violência e as políticas públicas voltadas à defesa dos direitos sociais da pessoa idosa. O seminário tem como objetivo aprofundar o debate sobre o tema e difundir as informações necessárias para que a violência contra esta população seja denunciada e superada.

A ação foi construída em parceria com as secretarias municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED), de Políticas para as Mulheres (SMPM) e de Promoção da Igualdade Racial (SMPIR), no intuito de abordar, de forma integrada, as nuances do preconceito e as diferentes formas de discriminação e violência, buscando caminhos para a afirmação de uma cultura de direitos humanos.

Programação



14h – Mesa de Abertura

15h – Palestra: violência contra a pessoa idosa: uma reflexão sobre a rede de proteção
Com: Guita Grin Debert, docente do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP

15h40 - Debate

3º Seminário da Campanha pela Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa

Local: CEU Água Azul

Avenida dos Metalúrgicos, 1262, COHAB Cidade Tiradentes

1/9, das 14h às 17h

Tel.: (11) 3396-3520 / 2016-4476

Entrada livre e gratuita

Coordenação de Políticas para



18/08/2014 17h31

Folha n.º	227	do Proc.
N.º	2014	0 338 0 10 2
Camilla Helena dos Santos Assessor Técnico		
RF. 816.267.1 SMDHC/GAB		
Ass.		

SMDHC realiza o 2º Diálogo da Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa

Proposta foi ampliar o debate para além dos idosos, compreendendo as nuances do preconceito e identificando as diferentes formas de discriminação social, racial e de gênero

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro

Tel.: 3113-9753 / 3113-9908

Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

(Atualizado em 20/8/14)

A Coordenação de Políticas para Idosos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) realizou nesta quarta-feira, dia 20, na Subprefeitura de Itaquera, zona leste, o 2º Diálogo da Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa. O evento contou com um público de aproximadamente 120 pessoas, composto, principalmente, por moradores da região e participantes do Fórum do Idoso de Itaquera.

Organizado em parceria com as secretarias municipais da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED), Políticas para as Mulheres (SMPM), Promoção da Igualdade Racial (SMPIR) e Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), o encontro teve como objetivo criar um espaço de reflexão sobre as diversas formas de violações de direitos que atingem estas populações.

A proposta foi ampliar o debate para além dos idosos, compreendendo as nuances do preconceito e identificando as diferentes formas de discriminação social, racial e de gênero. O Diálogo buscou criar uma consciência comum sobre as violações sofridas, como forma de fortalecer estes grupos sociais e difundir as informações necessárias para que a violência contra eles possa ser denunciada e superada.

Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa



CÓPIA

A violência contra a pessoa idosa é crime previsto pela Lei 10.741. Ainda assim, as diversas formas de agressão estão presentes, diariamente, em todas as instâncias e espaços de convivência – na família, nas ruas, nos serviços públicos e privados – e tem crescido de forma alarmante na cidade de São Paulo.

Para romper o silêncio que costuma envolver esse tema, a Prefeitura de São Paulo lançou, em 2013, a Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa, com o objetivo de avançar na garantia dos direitos da pessoa idosa, fortalecer o diálogo sobre esse tema e enfrentar a violência. Além da veiculação de material publicitário informativo, a campanha é composta por diálogos, oficinas e seminários em diversas regiões da Cidade.

Confira, a seguir, a programação do 2º Diálogo da Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa.

Programação

14h - Abertura

Com: Guiomar Silva Lopes, coordenadora de Políticas para Idosos da SMDHC; Mauricio Luis Martins, subprefeito de Itaquera; e Waldomira de Paula, representante do Fórum do Idoso de Itaquera

14h30 - Palestra: racismo institucional e o direito da população negra à saúde

Com: Márcia Campos Eurico, assistente social

15h - Mesa de reflexão

Com: representantes das secretarias municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED) e Políticas para as Mulheres (SMPM)

15h15 - Coffee break

15h30 - Debate com o público

16h30 - Propostas e encaminhamentos

17h - Encerramento

2º Diálogo da Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa
Auditório da Subprefeitura de Itaquera
Rua Augusto Carlos Bauman, 851
Tel.: (11) 2944-6555 ou 2944-8626
Dia 20/8, às 14h
Entrada livre e gratuita

CÓPIA

Folha n.º	728	do Proc.
N.º	2014 0.338 040 12	
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB



20/09/2013 11h19

Prefeitura e sociedade civil discutem modos de enfrentar a violência contra a população idosa

Coordenação de Políticas para Idosos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, realizou na quinta-feira, dia 19, na Praça das Artes, o 2º Seminário de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Dados do último Censo do IBGE comprovam: o Brasil está envelhecendo. Atualmente, cerca de 12% da população brasileira é composta por idosos (pessoas acima de 60 anos), que hoje somam 23 milhões de cidadãos. Com o aumento da expectativa de vida – hoje vive-se, em média, até os 70 anos –, pesquisas indicam que nos próximos 20 anos a população idosa no Brasil crescerá em 30%. É preciso, assim, garantir que a população idosa, que tende a ser cada vez maior, possa viver com dignidade e usufruir plenamente de seus direitos.

Pensando nisso, a Coordenação de Políticas para Idosos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), realizou nesta quinta-feira, dia 19, na Praça das Artes, o 2º Seminário de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, um dos mais graves problemas enfrentados por essa parcela da população.

"Temos que fazer uma campanha impactante em defesa do direito dos idosos, um trabalho imenso de conscientização contra a violência sofrida por eles", afirmou, na abertura, Rogério Sottili, secretário de Direitos Humanos e Cidadania da cidade de São Paulo. Segundo dados de 2010, do Sistema de Informação para Vigilância e Acidentes (SIVVA), 759 notificações de agressões por terceiros contra as pessoas com mais de 60 anos foram registradas na capital paulista. Este número, entretanto, não condiz com a realidade, já que grande parte da violência contra o idoso ocorre dentro de casa, fator que constrange a vítima a denunciar o próprio parente. "É uma violência sorrateira", define Sottili.

Discutir novos caminhos de enfrentamento à violência e expandir a campanha de conscientização foram os objetivos centrais do seminário. Para Marly Augusta Feitosa da Silva, presidenta do Conselho Municipal do Idoso, o seminário é uma oportunidade aprofundar o conhecimento a partir da experiência de estudiosos e especialistas no tema e debater o problema com os próprios idosos, que vivem a experiência do cotidiano. Para ela, o seminário também cumpre a importante missão de esclarecer que há canais de denúncia que preservam a identidade, o que evita constrangimentos com a família. "Estas palestras são esclarecedoras. No disque 100, por exemplo, o idoso não precisa se identificar. E isto é fundamental porque na cabeça do idoso ele teme romper com toda a família", pondera. Outros canais de denúncia são o telefone do próprio Conselho Municipal do Idoso (11/3113-9633), as delegacias especializadas e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Ao final do encontro, a coordenadora de Políticas para Idosos da SMDHC, Guiomar Lopes, avaliou como positiva a participação heterogênea do público, que incluiu a sociedade civil, acadêmicos e representantes das subprefeituras. Entre as conclusões e sugestões está a necessidade de levar a campanha de conscientização aos bairros mais afastados da periferia e a formação de monitores para ajudar nesta tarefa. "Estamos fortalecendo os laços com as universidades, pensando em como envolver neste processo os alunos de carreiras que têm interface com o idoso, alunos de pós-graduação ou de especializações", refletiu Guiomar.

Presente no seminário, o ex-ministro de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, elogiou a iniciativa do seminário. Para ele, estas conferências não são mais como no tempo da ditadura ou no período de transição democrática, quando eram apenas homologatórias. "Hoje os governantes precisam se curvar diante das decisões da sociedade. As políticas públicas não vão muito longe se forem formuladas exclusivamente nos gabinetes de ministros e secretários", afirmou. Por fim, Vannuchi definiu que o avanço de uma sociedade se mede pelo modo com que ela trata suas crianças e seus idosos. "O futuro do Brasil é hoje, com sua pujança e com seus problemas."

Folha n.º	229	do Proc.
N.º	2014 - 0.338.040 - 2	
Ass.	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB	



19/09/2013 12h37

Programa de Metas: ações da SMDHC para a população idosa estão em implementação

Campanha contra violência ao idoso e universidade voltada a quem tem mais de 50 anos, ambas realizadas pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, integram o planejamento da Prefeitura para os próximos anos

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Das 13 metas de responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania que constam do programa da Prefeitura para os próximos anos de gestão (leia mais aqui), as duas que se referem a políticas para idosos estão em implementação:

- Desenvolver campanha de conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa
- Criar a Universidade Aberta da Pessoa Idosa do Município

A Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa foi lançada pela SMDHC, por meio da Coordenação de Políticas para Idosos, no dia 14 de junho, com o objetivo de combater os maus-tratos contra essa população, apresentando as diversas formas de agressões e mostrando os meios de denúncia disponíveis.

Só em 2010, segundo o Sistema de Informação para Vigilância de Violências e Acidentes (SIVA), o município registrou 759 casos de agressões contra idosos. Mas a violência também se manifesta de outras maneiras, como quedas causadas pelas más condições de mobilidade, locomoção e acessibilidade das ruas, calçadas e edificações da cidade. Em 2010, foram notificadas 3.304 quedas de pessoas com 60 anos ou mais.

Composta por cartazes, spots de rádio e mídia eletrônica, a campanha abrange todos os equipamentos públicos municipais. Ela ficará vigente durante 2013 e vem sendo complementada por oficinas, rodas de conversas, seminários (o último aconteceu nesta quinta, dia 19 / LINK) e debates em diversas regiões da Cidade.

Saiba mais sobre a campanha aqui

Já a Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI) foi inaugurada no dia 21 de agosto, no Polo Cultural do Idoso, no Cambuci, focada em contribuir para a inserção e reinserção da população idosa no mercado de trabalho, com cursos para pessoas a partir de 50 anos e profissionais que se interessem em trabalhar com este público.

Sob a responsabilidade da Coordenação de Políticas para Idosos, da SMDHC, em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), o curso da UAPI inclui aulas de saúde, segurança alimentar, direitos da pessoa idosa, novas formas de sociabilidade, relações intergeracionais, história da arte, além de teatro e atividades físicas, entre outros temas.

A SMDHC mantém o compromisso de implantar outras cinco Universidades Abertas da Pessoa Idosa em diferentes regiões da Cidade.

Saiba mais sobre a UAPI aqui

Folha n.º	230	do Proc.
N.º	2014	0 338.040-2
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 818.267.1 SMDHC/CAP



21/08/2013 16h39

Universidade Aberta da Pessoa Idosa inaugura atividades

Uma das metas da SMDHC incluídas no programa da Prefeitura, a universidade recebeu a sua primeira turma em uma cerimônia de boas-vindas. No dia 23, acontece a aula inaugural

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A Universidade Aberta da Pessoa Idosa (UAPI) foi inaugurada nesta quarta-feira (21), no Polo Cultural do Idoso, com a presença de cerca de 100 futuros estudantes. Sob a responsabilidade da Coordenação de Políticas para Idosos, da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), a UAPI pretende contribuir para a inserção e reinscrição da população idosa no mercado de trabalho, com cursos para pessoas a partir de 50 anos e profissionais que se interessem em trabalhar com este público.

"A Universidade ajudará a combater os estigmas associados aos idosos. Engana-se quem tem a imagem do idoso como aquele velhinho frágil jogando dama ou fazendo tricô. O perfil tem mudado completamente. Hoje, a pessoa de 60 anos está em plena atividade, muitos moram sozinhos, conhecem e exigem seus direitos", disse Rogério Sottili, secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania, no ato de lançamento da UAPI.

Guimar Lopes, coordenadora de Políticas para Idosos da SMDHC, destacou o pioneirismo do projeto, o primeiro na Cidade, e o significado da universidade na vida de cada um dos futuros alunos. "O idoso de hoje tem um importante papel a cumprir. É uma geração em sua maioria nascida no pós-guerra, inclusive com participação na construção da Cidade", ponderou. "Não podemos desperdiçar este momento. Temos que avançar nas conquistas e não admitir retrocesso", afirmou a coordenadora, lembrando que a UAPI será também um legado para futuras gerações.

A grade curricular da Universidade Aberta da Pessoa Idosa foi desenvolvida por docentes e pesquisadores da Unifesp. O curso inclui aulas de saúde, segurança alimentar, direitos da pessoa idosa, novas formas de sociabilidade, relações intergeracionais, história da arte, além de teatro e atividades físicas, entre outros temas. "É importante para o idoso estudar um pouco de tudo para criar um dinamismo, uma diversidade de conhecimentos, e não ficar fixo numa única questão", explicou Elaine Dias, pesquisadora do Departamento de História da Arte da Unifesp.

Início das aulas

A aula inaugural acontecerá dia 23 de agosto, com os professores de cada módulo apresentando a programação do curso e as diversas disciplinas. Durante as aulas, estão previstas visitas aos museus da Pinacoteca, Língua Portuguesa, Memorial da Resistência, Museu Afro-Brasileiro e parques. Inicialmente serão quatro turmas: duas com aulas às segundas e quartas-feiras, e outras duas às terças e quintas-feiras, sendo que às sextas-feiras serão oferecidas atividades físicas e teatro.

A criação da Universidade Aberta da Pessoa Idosa é uma das metas da SMDHC que estão no programa estabelecido pelo prefeito Fernando Haddad. A Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania mantém o compromisso de implantar outras cinco Universidades Abertas da Pessoa Idosa em diferentes regiões da cidade.

Universidade Aberta à Pessoa Idosa
Polo Cultural do Idoso
Rua Teixeira Mendes, 262, Cambuci
Tel.: 3207-9708 / 3207-9687 / 3113-9710

Folha n.º 231 do Proc.

0.338.04

Camila Helena dos Santos
Assessor Técnico I
RF. 816.267.1
SMDHC/GAB

CÓPIA

Coordenação de Políticas para



11/07/2013 16h35

Campanha contra violência à população idosa, da SMDHC, realiza palestra com Guiomar Lopes

Coordenadora de Políticas para Idosos, Guiomar Silva Lopes falou no dia 7 de agosto, no auditório do Hospital Municipal de Ermelino Matarazzo

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa, lançada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para Idosos, realizou palestra no dia 7 de agosto, com Guiomar Silva Lopes, coordenadora de Políticas para Idosos.

Aberto a toda a população e gratuito, o evento teve como tema 'O idoso no município de São Paulo: uma abordagem sobre a violência' e aconteceu no auditório do Hospital Municipal de Ermelino Matarazzo, na zona leste, a partir das 14h.

Também como parte da campanha, foi realizado, no dia 14 de junho, um seminário na Praça das Artes. O evento contou com a participação da secretária municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Marianne Pinotti; da Assistência e Desenvolvimento Social, Luciana Temer; das Políticas para as Mulheres, Denise Dau; do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; e da Saúde, José de Filippi Júnior (leia mais sobre o encontro aqui).

Composta por atividades como debates, oficinas e seminários, em diversas regiões da cidade, além da veiculação de material publicitário, a Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa vai durar o ano inteiro. Saiba mais sobre a iniciativa aqui.

Palestra 'O idoso no município de São Paulo: uma abordagem sobre a violência', com Guiomar Silva Lopes, coordenadora de Políticas para Idosos

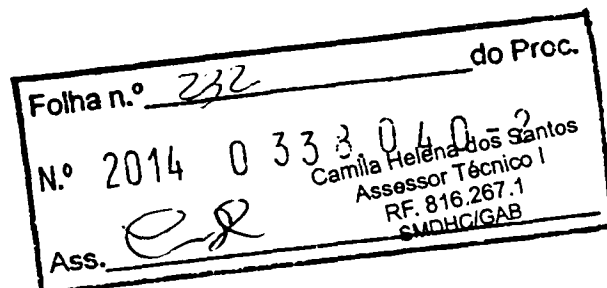
Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa

Auditório do Hospital Municipal de Ermelino Matarazzo

Alameda Rodrigo de Brun, 1989

Dia 7 de agosto, às 14h

Entrada gratuita





05/07/2013 09h55

Veja como foi o 1º seminário da Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa

Iniciada em 15 de junho, Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa, campanha da SMDHC reuniu secretários municipais e outras autoridades na Praça das Artes

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro

Tel.: 3113-9753 / 3113-9908

Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

Composta por atividades como debates, oficinas e seminários em diversas regiões da cidade, além da veiculação de material publicitário, a Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa, realizada pela SMDHC por meio da Coordenação de Políticas para Idosos, organizou o seu primeiro encontro na Praça das Artes, no dia 14 de junho, quando a campanha também foi lançada oficialmente.

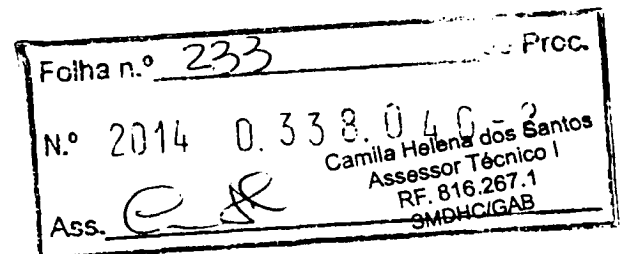
O evento contou com um seminário sobre o tema, com a participação da secretária municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, Marianne Pinotti; da Assistência e Desenvolvimento Social, Luciana Temer; das Políticas para as Mulheres, Denise Dau; do secretário de Direitos Humanos e Cidadania, Rogério Sottili; e da Saúde, José de Filippi Júnior.

A secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, Vera Lúcia Lemos Soares, também esteve presente no seminário de lançamento.

Segundo o secretário Rogério Sottili, o perfil dos idosos mudou com o aumento da expectativa de vida e essa classe chega a 12% da população brasileira atualmente. "É alarmante saber que 45% dos idosos sofrem algum tipo de violência dentro do lar. Temos que implementar políticas públicas de não violência de qualquer natureza", afirmou.

Saiba mais sobre a campanha e como participar dela, compartilhando o material de divulgação ou fazendo denúncias, aqui.

Fonte: Secom



CÓPIA

Coordenação de Políticas para



04/07/2013 18h10

Participe da Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa

Endereço

Rua Líbero Badaró, 137, 4º andar,
Centro

Tel.: 3113-9753 / 3113-9908

Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

- Baixe os cartazes e compartilhe:

180 X 75

180 X 170

540 X 240

544 X 143

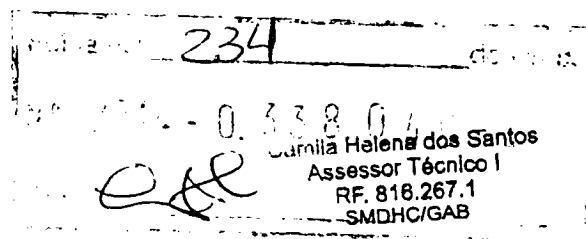
745 X 220

897 X 638

- Ouça o spot de rádio aqui.

- Veja o folder da campanha aqui.

- Saiba mais sobre a iniciativa da Coordenação de Políticas para Idosos aqui.



SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO IDOSO:

Disque-Denúncia – DISQUE 100

Grande Conselho Municipal do Idoso – GCM
Rua Libero Badaró, 119, 1º andar
Tel.: 3113-9631 / 9635

Conselho Estadual do Idoso

Rua Guaianases, 1058 / Campos Eliseos / São Paulo
Tel.: 3361-4222 / 3222-1229
E-mail: cei@desenvolvimentosocial.gov.br

Grupo de Atenção Especial de Proteção ao Idoso

Ministério Público do Estado de São Paulo
Rua Riachuelo, 115
Tel.: 3119-9944 / 3119-9082/9083/ 9590
Site: <http://www.mp.sp.gov.br>
E-mail: caocivel@mp.sp.gov.br

Núcleo Especializado de Direitos do Idoso

e da Pessoa com Deficiência
Avenida Liberdade, 32, 4º andar
E-mail: idosospecd@defensoria.gov.br
Tel.: 3705-5799 / 3105-9040

Comissão dos Direitos dos Advogados Idosos

Rua Anchieta, nº 35 / Centro / São Paulo / SP
Tel.: (11) 3244-2013 / 2014 / 2015
E-mail: direitos.idosos@oabsp.org.br

Delegacias Especializadas de Proteção ao Idoso / DEPI

1ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Estação República do Metrô / 1º piso / Centro
Tel.: 3237-0666

2ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Av. Eng. George Corbisier 322 / Jabaquara
Tel.: 5017-0485 e 5011-3459

3ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Itapicuru 80 / 2º andar / Perdizes
Tel.: 3672-6231

4ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua dos Camarés 94 / Carandiru
Tel.: 2905-2523

5ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Antonio Camargo 69 / Vila Gomes Cardim
Tel.: 2225-0287

6ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Padre José de Anchieta 138 / Santo Amaro
Tel.: 5541-9074

7ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Av. Padre Estanislau de Campos 750 - Conj. Hab.
Padre Manoel da Nóbrega / Tel.: 2217-0075

8ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Osvaldo Pucci 180 / Jd. Nossa Senhora do Carmo
Tel.: 2217-1727

CÓPIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
WWW.PREFEITURA.SP.GOV.BR/DIREITOSHUMANOS

SÃO PAULO COM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

VIVER A CIDADE QUE A GENTE AMA.
FAZER A SÃO PAULO QUE A GENTE QUER.



PREFEITURA DE
SÃO PAULO

www.prefeitura.sp.gov.br



**VIOÊNCIA CONTRA
O IDOSO É CRIME.
E VOCÊ PODE AJUDAR
A COMBATÊ-LA.
RESPEITE, PROTEJA
E DENUNCIE.**

CAMPANHA PELA CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA

A violência contra a pessoa idosa é crime. Diariamente a população idosa se depara com a violência em todas as instâncias e espaços de convivência da cidade – na família, nas ruas, nos serviços públicos e privados e nem sempre encontra suporte para dar uma resposta a esta situação que, com frequência, se cala.

Para ajudar a romper o silêncio e conquistar novos adeptos para essa luta, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, por meio da Coordenação de Políticas para Idosos, lança a Campanha de Conscientização da Violência Contra a Pessoa Idosa, que tem por objetivos apresentar alguns aspectos da violência no município e divulgar os meios de denúncia disponíveis.

O fortalecimento da luta pelos direitos da pessoa idosa, que se traduz pelo cumprimento do Estatuto do Idoso, constitui uma das metas desta Campanha. Só por meio da ação conjunta com vários setores da sociedade será possível reduzir as situações de abusos que comprometem a integridade da pessoa idosa.

CÓPIA

Os dados assinalados adiante ainda são pouco conhecidos e são inaceitáveis. Por isso, a campanha conduzida pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em conjunto com todas as Secretarias Municipais, convida ao diálogo, à reflexão e ao debate, incentivando a participação intergeracional da sociedade, além de integrar e fortalecer as ações de enfrentamento a todo tipo de agressão.

A conscientização sobre a violência contra a pessoa idosa deverá contribuir sensivelmente para a construção de uma cidade do futuro, uma cidade melhor e mais acolhedora para a pessoa que envelhece. A sociedade tem direito a envelhecer com dignidade e desfrutar seus direitos.

**Faça sua parte: respeite os idosos
e denuncie qualquer tipo de violência.**

O RETRATO DA VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA IDOSA EM SÃO PAULO

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A violência doméstica é uma das principais formas de agressão contra idosos no Brasil e em São Paulo não é diferente. Muitos idosos com frequência são agredidos dentro de suas próprias casas. Segundo o Sistema de Informação para Vigilância de Violências e Acidentes (SIVVA), o município de São Paulo registrou 759 casos de agressões contra idosos em 2010, concentrados em distritos mais extremos, como São Miguel, Itaquera, Jardim Ângela, Pirituba, Parelheiros e Grajaú. Os idosos, em sua maioria mulheres, apontaram o uso da força como a principal forma de agressão, e o agressor, na quase totalidade dos casos, era uma pessoa da família, em geral, um filho.

QUEDAS

As quedas têm vitimado muitos idosos em São Paulo, seja de forma acidental, seja pelas más condições de mobilidade, locomoção e acessibilidade das ruas, calçadas e edificações da cidade. Em 2010, foram notificadas 3.304 quedas de pessoas com 60 anos ou mais, sobretudo no Campo Limpo, Grajaú, São Miguel, Vila Curuçá, Jardim Ângela, Itaim Paulista, Parelheiros e Penha. É necessário salientar que as perdas funcionais caracterizadas pela diminuição da visão, da audição, a perda muscular e do equilíbrio, além dos efeitos das medicações, podem aumentar os riscos de acidentes, que muitas vezes chegam a ser fatais. Em 2010, houve 647 mortes de pessoas com 60 anos ou mais decorrentes dessas quedas acidentais.

ACIDENTES DE TRÂNSITO, SUICÍDIOS E HOMICÍDIOS

Os acidentes de trânsito provocaram 288 mortes de pessoas idosas em 2010. Registra-se um número elevado de acidentes em distritos mais centrais, como a Sé e a Mooca, assim como em Itaquera, Capela do Socorro, Campo Limpo, Santana, Ipiranga, Vila Prudente/Sapopemba e Penha. O número de mortes por suicídios e homicídios entre a população idosa também é significativo: em 2010 ocorreram 63 suicídios e 96 homicídios. Esses dados podem se constituir como mais um indicador das condições de vida dos idosos e merecem ser analisados de forma aprofundada.

AGRESSÕES VERBAIS

As agressões verbais também são consideradas uma forma de violência, desrespeito e desvalorização da pessoa idosa. São perversas, pois passam quase despercebidas e expõem as pessoas idosas a um constrangimento diário, crescente e silencioso, com inúmeras implicações psicológicas e sociais. Grande parte dos casos ocorre durante o acesso a serviços públicos ou privados. Um estudo realizado recentemente pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (Nancy Cardia, Rafael Cinolo et al., 2012) em 11 capitais brasileiras mostra que as violências verbais representam 30,6% dos casos notificados de violência contra idosos.

NEGLIGÊNCIA

A negligência consiste na omissão ou recusa de serviços ou cuidados por parte dos responsáveis familiares ou institucionais (M. C. Minayo, 2005). Ocupa um dos primeiros lugares entre as formas de violência contra o idoso no Brasil. Em São Paulo foram registradas 655 notificações por negligência que ocorreram fora do domicílio, muitas delas com pessoas vivendo em asilos.

Referências – CARDIA, Nancy. Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência de direitos humanos e violência: um estudo em 11 capitais de Estado / Coordenação: Nancy Cardia; Rafael Cinolo et al. São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012, 413 p. MINAYO, M. C. Violência contra idosos: avesso do respeito à experiência e à sabedoria. Brasília, DF: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.

Violência do Idoso

Coordenação de Políticas para



Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

02/07/2013 09h22

Campanha combate a violência contra os idosos

Lançada pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para Idosos, a Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa apresenta as diversas formas de agressões e divulga os meios de denúncia disponíveis

Diariamente, a população idosa enfrenta diversas formas de violência em todas as instâncias e espaços de convivência da cidade – em casa, nas ruas, nos serviços públicos e privados. E, como os abusos ocorrem, na maioria das vezes, dentro de casa, as vítimas, frequentemente, se calam.

Para ajudar a romper este silêncio, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, por meio da Coordenação de Políticas para Idosos, lançou a Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa.

Esse tipo de violência é crime previsto pela Lei 10.741, que a campanha busca divulgar. A iniciativa também tem como objetivos apresentar as diversas formas de agressões e mostrar os meios de denúncia disponíveis, fortalecendo a luta pelos direitos da pessoa idosa na cidade de São Paulo e o cumprimento do Estatuto do Idoso.

Só em 2010, segundo o Sistema de Informação para Vigilância de Violências e Acidentes (SIVA), o município registrou 759 casos de agressões contra idosos. Mas a violência também se manifesta de outras maneiras, como as quedas, seja de forma acidental, seja pelas más condições de mobilidade, locomoção e acessibilidade das ruas, calçadas e edificações da cidade. Em 2010, foram notificadas 3.304 quedas de pessoas com 60 anos ou mais.

A negligência também ocupa um dos primeiros lugares entre as formas de violência contra os idosos no Brasil. Em São Paulo, em 2005, foram registradas 655 notificações por negligência fora do domicílio, muitas delas com pessoas vivendo em asilos.

Composta por cartazes, spots de rádio e mídia eletrônica, a campanha abrange todos os equipamentos públicos municipais. Ela ficará vigente durante 2013 e será complementada por oficinas, rodas de conversas e debates em diversas regiões da cidade.

Só assim, pela ação conjunta, atenta e informada da sociedade, será possível reduzir os índices de agressões à população idosa no município.

E você pode fazer a sua parte na campanha denunciando qualquer tipo de violência contra idosos. Conheça os canais:

Disque Denúncia
DISQUE 100

CÓPIA

Grande Conselho Municipal do Idoso (GCM)
Rua Libero Badaró, 119, 1º andar
Tel.: 3113-9631 / 9635

Conselho Estadual do Idoso
Rua Guaianeses, 1058, Campos Elísios
Tel.: 3361-4222 / 3222-1229
E-mail: cei@desenvolvimentosocial.gov.br

Grupo de Atenção Especial de Proteção ao Idoso
Ministério Público do Estado de São Paulo
Rua Riachuelo, 115
Tel.: 3119-9944 / 3119-9082/9083/9590
www.mp.sp.gov.br
E-mail: caocivel@mp.sp.gov.br

Núcleo especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência
Avenida Liberdade, 32, 4º andar
Tel.: 3705-5799 / 3105-9040
E-mail: idosoepcd@defensoria.gov.br

Comissão dos Direitos dos Advogados Idosos
Rua Anchieta, nº 35, Centro
Tel.: 3244-2013 / 2014 / 2015
E-mail: direitos.idosos@oabsp.org.br

Delegacias Especializadas de Proteção ao Idoso (Depi)

1ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Estação República do Metrô, 1º piso, Centro
Tel.: 3237-0666

Forma n.º	237	do Pro
N.º	2014 0 338 040	2
Ass.	all	Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB

2ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Av. Eng. George Corbisier 322, Jabaquara
Tel.: 5017-0485 e 5011-3459

3ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Itapicuru 80, 2ª andar, Perdizes
Tel.: 3672-6231

4ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua dos Camarés 94, Carandiru
Tel.: 2905-2523

5ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Antonio Camardo 69, Vila Gomes Cardim
Tel.: 2225-0287

CÓPIA

6ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Padre José de Anchieta 138, Santo Amaro
Tel.: 5541-9074

7ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Av. Padre Estanislau de Campos, 750, Conj. Hab. Padre Manoel da Nóbrega
Tel.: 2217-0075

8ª Delegacia Especializada de Proteção ao Idoso
Rua Osvaldo Pucci 180, Jd. Nossa Senhora do Carmo
Tel.: 2217-1727

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
www.prefeitura.sp.gov.br/direitoshumanos

Folha n.º	236	do Proc.
N.º	2014	0 338.048-2
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RF. 816.267.1 SMDHC/GAB

Coordenação de Políticas para



13/06/2013 19h33

Seminário sobre Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra o Idoso

Confira abaixo programação do Seminário sobre o Dia Mundial de Conscientização sobre a Violência contra a Pessoa Idosa e Lançamento da Campanha de Combate à Violência contra Idosos no Município de São Paulo, que ocorre nesta sexta-feira

Endereço

Rua Libero Badaró, 137, 4º andar,
Centro
Tel.: 3113-9753 / 3113-9908
Preencha o formulário e entre em
contato conosco.

A violência contra a pessoa idosa é crime previsto pela Lei 10.741. Lamentavelmente, as diversas formas de agressão estão presentes diariamente em todas as instâncias e espaços de convivência – na família, nas ruas, nos serviços públicos e privados – e tem crescido de forma alarmante na cidade de São Paulo.

Para romper o silêncio que costuma envolver esse tema, a Prefeitura de São Paulo lança a Campanha pela Conscientização sobre a Violência Contra a Pessoa Idosa, com o objetivo de avançar na garantia dos direitos da pessoa idosa, fortalecer o diálogo sobre esse tema e dizer basta à violência.

A campanha é composta por cartazes, spots de rádio e mídia eletrônica e abrange todos os equipamentos públicos municipais. Ficará vigente durante todo o ano de 2013 e será complementada por oficinas, rodas de conversas e debates em diversas regiões da cidade.

Só assim, pela ação conjunta, atenta e informada, será possível reduzir os índices de agressões.

Faça sua parte: respeite os idosos e denuncie qualquer tipo de violência.

Juntos podemos construir a São Paulo que queremos, sem preconceitos, sem discriminação e sem violência. Uma São Paulo com Direitos Humanos e Cidadania.

CÓPIA

Detalhes da programação:

15:00 Mesa de Abertura

15:40 Lançamento da Campanha de Combate à Violência contra a Pessoa Idosa no Município de São Paulo

16:30 Debate

Data: 14 de junho de 2013 (sexta-feira).

Local: Praça das Artes – Avenida São João, 281 – Centro

Horário: das 15h às 17h30min (convidados chegam às 14h30)

Folha n.º	239	do Proc.
N.º	2014	0 33 1.040-2
Ass.		Camila Helena dos Santos Assessor Técnico I RE 816.267.1 SMDH/CAB

Folha de Informação nº 240
Em 13/01/2015 (a)

Do Processo nº 2014-0.338.040-2

Assunto: Requerimentos da Comissão da Administração Pública

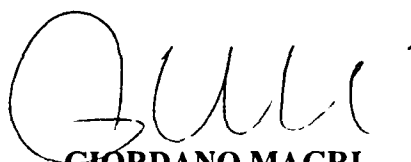
Prezada Senhora,

CÓPIA

Cumprimentando-a cordialmente, em atenção ao processo em epígrafe encaminho anexas as manifestações das áreas técnicas desta Secretaria sobre o pleito.

Coloco-me à disposição para informações e esclarecimentos adicionais e aproveito para reiterar os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


GIORDANO MAGRI
Chefe de Gabinete

Ilustríssima Senhora.

JUNE ALBERICI DE MELLO

Assessora Especial Chefe de SGM - ATL III

Secretaria de Governo Municipal

Ed. Matarazzo – Viaduto do Chá- 5º andar

CEP: 01002-900 – São Paulo / SP.

GM/cs

